



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

MIRIAM SUELI MONTEIRO DE JESUS SOUSA

ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DE
CABO VERDE 1980 - 2005

FLORIANÓPOLIS, 2008.

MIRIAM SUELI MONTEIRO DE JESUS SOUSA

**ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO
DE CABO VERDE 1980 - 2005**

**Monografia submetida ao Curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal de Santa
Catarina, como requisito obrigatório para
obtenção do grau de Bacharelado.**

Orientador: Prof. Louis Roberto Westphal, Dr.

FLORIANÓPOLIS, 2008.

MIRIAM SUELI MONTEIRO DE JESUS SOUSA

**ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DE
CABO VERDE 1980 - 2005**

Esta Monografia foi julgada e aprovada para obtenção do Título de Bacharel em Economia do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, sendo atribuída a nota 8,0 à aluna Miriam Sueli Monteiro de Jesus Sousa na Disciplina CNM 5420 – Monografia (TCC), pela apresentação deste trabalho à Banca Examinadora.

Florianópolis, 10 de Março de 2008.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Louis Roberto Westphal

(Presidente)

Prof. Cícero Ricardo França Barbosa

(Membro)

Prof. Luiz Carlos de Carvalho Junior

(Membro)

Com todo amor à minha mãe e heroína Zélia, pelo amor, pela confiança, pela força nos momentos de saudades, e especialmente pela pessoa que sou. Agradeço.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me ter dado força nos momentos de cansaço, de dúvidas e anseios, e por me iluminar a cada passo, mesmo quando o sonho parecia ser difícil de alcançar, mas não impossível.

A minha família, meu pai João, minha mãe Zélia, meus irmãos Fábio e Jéssica, as minhas tias Betty e Lucy, pela confiança, força e encorajamento, nos momentos que mais precisei.

Ao meu companheiro e amigo Hamilton, por ser meu porto seguro, pelas palavras de consolo e carinho e especialmente pelo amor.

Aos meus amigos do curso, em especial à Carol, Paula e Alfonso pela amizade e cumplicidade.

A UFSC, pela oportunidade, em especial aos professores do curso de economia pela minha formação acadêmica e pessoal, e por fazer despertar em mim a vocação tanto procurada e desejada.

Um especial obrigado ao Eduardo pela grande ajuda e pela paciência, que resultaram no aprimoramento deste trabalho.

Ao meu orientador e professor Louis, pela paciência e orientação, e principalmente por me ter encorajado a tornar material a idéia do meu projeto.

Agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a materialização desse projeto. **MUITO OBRIGADO!!!**

*“Aprender na vida, aprender junto do povo,
aprender nos livros e na experiência dos outros.
Aprender sempre.” Amílcar Cabral*

RESUMO

A economia caboverdiana apresentou muitos progressos, tanto em nível econômico como social. A expansão populacional tem aumentado rapidamente, crescendo à taxa de 2,4% a.a em 2000, embora sua estrutura e distribuição, assim como crescimento estejam muito condicionados pela forte tradição migratória do país. Durante o período analisado, a economia expandiu à taxa de 1,4% a.a, no início do período (1993), para 4,3% no final do período analisado, em 2003. O produto interno bruto *per capita* conseguiu acompanhar a expansão populacional garantindo níveis de renda *per capita* crescentes, à taxas superiores à do crescimento populacional. A distribuição da renda em Cabo Verde é equilibrada, segundo o índice de Gini, de 0,54 em 2002, sendo mais concentrada nos maiores centros urbanos do país. A pobreza atinge mais as mulheres, em razão do desemprego e tem maior incidência no meio rural, principalmente as faixas etárias mais baixas. Este fenômeno ainda é desigual entre as ilhas, apesar de o nível de conforto ser relativamente satisfatório. A população ativa do país, em 2006, se resumia a 183.254 pessoas, aproximadamente 38% da população residente, dentre as quais 33.554 se encontravam desempregadas, sendo na sua maioria indivíduos jovens, sem muita escolaridade e principalmente mulheres. Segundo os setores da economia, o que mais cresce e emprega é o do comércio e serviços, com destaque para o turismo. O setor primário é muito vulnerável às condições climáticas, pouco favoráveis, e à escassez de recursos naturais, enquanto que o setor terciário enfrenta problemas estruturais: sua estrutura é fraca e pouco desenvolvida. O desenvolvimento humano segundo o PNUD está entre os melhores da África, sendo conseguido através de melhorias na saúde (aumentando a longevidade da população) e educação (sendo que 81,2% da população do país é alfabetizada). As Metas do Milênio para o desenvolvimento apontam melhorias e conquistas no desenvolvimento socioeconômico do país, assim como o aumento das parcerias entre Cabo Verde e instituições mundiais, tais como BM, ONU, FMI, BAD, BADEA, e com outros países tais como Holanda, China, Japão, entre outros. Cabo Verde está no rumo certo para que o desenvolvimento possa se sustentar apostando na boa governança e no combate às vulnerabilidades do país, mas ainda há muito para se fazer.

Palavras-chave: Cabo Verde, Desenvolvimento Socioeconômico, Qualidade de Crescimento, Pobreza

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de Cabo Verde.....	38
Figura 2: Divisão Administrativa de Cabo Verde	41
Figura 3: Taxas de Crescimento da População caboverdiana	45
Figura 4: Crescimento das Taxas de Fecundidade.....	46
Figura 5: População Residente por Ilhas	48
Figura 6: Crescimento efetivo da população residente e suas taxas de crescimento – 1980-2010*	51
Figura 7: Repartição da população total de 15 anos ou mais segundo a condição na Atividade Habitual.....	56
Figura 8: Percentagem da População Empregada por Setor de Atividade, 2002	58
Figura 9: População Empregada por Nível de Instrução e Sexo (15 anos ou mais), 2002	60
Figura 10: Repartição da População Desempregada segundo o Nível de Instrução por Sexo, 2002	61
Figura 11: Nível de Instrução da População Ativa Empregada, 2005, (%)	64
Figura 12: Nível de Instrução da População Ativa Desempregada, 2005 (%)	65
Figura 13: Cabo Verde, Tempo de Desemprego, 2005 (%)	66
Figura 14: PIB a preços constantes de 1990- 2003.....	70
Figura 15: Taxa de Crescimento do PIB 1991-2003.....	71
Figura 16: Participação dos Setores Econômicos no PIB á preços constantes 1990-2003 em milhões de escudos caboverdianos.....	74
Figura 17: Evolução do PIB <i>per capita</i> de Cabo Verde 1993-2005	77
Figura 18: Índice de Gini por Ilhas, 2002	79
Figura 19: Índice de Desenvolvimento Humano 1985-2005	81
Figura 20: Taxas de Alfabetismo e Analfabetismo da população maior de 15 anos, 1985-1990/ 1995-2005	82
Figura 21: Expectativa de Vida ao Nascer, 1975-2007.....	83
Figura 22: Comportamento da Pobreza Absoluta.....	86
Figura 23: Variação da População com mais de 17 anos segundo o Índice de Massa Corporal 2002-2003	87
Figura 24: Variação das Taxas de Alfabetismo e Analfabetismo 1985-1995/ 1995-2005	88
Figura 25: Taxas de Analfabetismo por Faixa Etária 1990-2000.....	89
Figura 26: Taxa de Atividade por Sexo (%).....	90
Figura 27: Mortalidade Infantil (2000-2007) em Percentagens	92

Figura 28: Taxa de Mortalidade Maternal.....	93
Figura 29: Evolução dos Novos Casos de HIV Notificados em Números Absolutos, 1987-2002	94
Figura 30: Evolução dos Casos de Tuberculose e o Número de Pessoas Vitimadas pela Doença	95
Figura 31: Porcentagens de Famílias abaixo das Linhas de Pobreza e Indigência por Ilhas, 2002	101
Figura 32: Indicência da Pobreza segundo Sexo e respectivos Grupos Etários	102
Figura 33: Famílias Pobres segundo Gênero do Chefe de Família e por Ilhas, 2002	104
Figura 34: Porcentagem de Famílias Pobres segundo o Nível de Instrução e por Ilhas, 2002	105
Figura 35: Repartição Percentual da População Pobre segundo a Atividade Habitual	106
Figura 36: Conforto das Famílias Pobres	108

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Distribuição da população residente por ilhas 1940-2010, em números absolutos	44
Quadro 2: Distribuição da população residente por Ilhas, 2002.....	52
Quadro 3: Repartição percentual da população segundo meio de residência, sexo e idade, 2002	53
Quadro 4: Repartição Percentual da população ativa e seus componentes, 2000	55
Quadro 5: Repartição da População Empregada segundo o Ramo de Atividade, 2002	57
Quadro 6: Percentagem da População Empregada por Alfabetização segundo Grupo Etário e sexo, 2002	59
Quadro 7: Situação na atividade da população 2005-2006 em números absolutos.....	62
Quadro 8: Empregados e Desempregados segundo os ramos de atividade, 2005-2006	63
Quadro 9: Relação entre a PEA nos anos de 2000, 2002, 2005 e 2006	67
Quadro 10: Proporção de Áreas Florestais	96
Quadro 11: Incidência da Pobreza por Meio de Residência, 2002	100
Quadro 12: Incidência da Pobreza por Gênero de Chefe de Família, 2002	103
Quadro 13: Famílias Pobres segundo o Gênero do Chefe por Ilhas, 2002	104
Quadro 14: Condições de Vida das Famílias, 2002.....	107

LISTA DE EQUAÇÕES

Equação 1: Produto Interno Bruto	23
Equação 2: Coeficiente de Gini	24
Equação 3: Índice de Desenvolvimento Social	25
Equação 4: Índice de Desenvolvimento Humano	26
Equação 5: Longevidade da população	27
Equação 6: Taxa de adultos matriculados	27
Equação 7: Renda com base no PIB ajustado.....	27
Equação 8: Índice de Pobreza Humana.....	28

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACP: África Caraíbas e Pacífico

ASS: África Subsariana

BAD: Banco Africano para o Desenvolvimento

BCV: Banco de Cabo Verde

BADEA: Banco Árabe de Desenvolvimento Estado Africano

BM: Banco Mundial

CVE: Escudos Caboverdianos

ENSA: Estratégia Nacional de Segurança Alimentar

FAO. Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação

FMI: Fundo Monetário Internacional

HIV. Human Immunodeficiency Virus

IDA: Índice de Desenvolvimento Ambiental

IE: Inquérito ao Emprego

IDH: Índice de Desenvolvimento Humano

IDRF: Inquérito as Despesas e Receitas Familiares

IDS: Índice de Desenvolvimento Social

IMA: Índice de Massa Corporal

INE: Instituto Nacional de Estatística

UE: União Européia

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF: Fundo das Nações Unidas Para as Crianças

OIT: Organização Mundial do Trabalho

ONU: Organização das Nações Unidas

ONUDI: Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

PAM: Programa Alimentar Mundial

PEA: População Economicamente Ativa

PIB: Produto Interno Bruto

PNLP: Plano nacional da Luta contra Pobreza

PNUD: Programas das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - PROBLEMA DE PESQUISA.....	14
1.1 Introdução.....	14
1.2 Objetivos	16
1.2.1 Geral	16
1.2.2 Específicos.....	16
1.3 Metodologia	16
CAPÍTULO 2 - ASPECTOS CONCEITUAIS.....	18
2.1 A evolução do marco teórico	18
2.2 Crescimento e Desenvolvimento.....	20
2.3 Desenvolvimento sustentável.....	21
2.4 Indicadores de Desenvolvimento Sócio-Econômico	22
2.4.1 Indicadores de desempenho econômico.....	23
2.4.2 Indicadores de desempenho social.....	24
CAPÍTULO 3 – DISCUSSÕES TEÓRICAS.....	30
3.1 A Qualidade do crescimento	30
3.1.1 Princípios	31
3.2 Desenvolvimento e redução da pobreza	34
3.2.1 Fatores determinantes da pobreza.....	35
CAPÍTULO 4 –ASPECTOS GERAIS DE CABO VERDE.....	37
4.1 Contextualizações sobre Cabo Verde.....	37
4.1.1 Geografia, Demografia e Cultura	37
4.1.2 Política e Economia	39
CAPITULO 5 – ANÁLISE SÓCIOECONOMICA DE CABO VERDE	43
5.1 Perfil Demográfico de Cabo Verde.....	43

5.1.1 População residente total.....	43
5.1.2 População Economicamente Ativa (PEA)	54
5.2 Características do Desenvolvimento Económico.....	69
5.2.1 Produto Interno Bruto - PIB	69
5.3 Perfil do Desenvolvimento Social.....	77
5.3.1 Distribuição de Renda	77
5.3.2 Índice de Desenvolvimento Humano.....	79
5.3.3 Avaliação das Metas do Milênio para Cabo Verde	84
CAPÍTULO 6 – POBREZA EM CABO VERDE	99
6.1 Perfil da pobreza em Cabo Verde	100
6.2 Condições de Vida dos Pobres em Cabo Verde	106
6.3 O papel das políticas de redução da pobreza em Cabo Verde.....	109
CAPÍTULO 7 – CONCLUSÃO E SUGESTÕES.....	110
REFERÊNCIAS.....	113

CAPÍTULO 1 - PROBLEMA DE PESQUISA

1.1 Introdução

O processo de desenvolvimento econômico e social é um processo complexo que inclui diferentes variáveis e um determinado conjunto de indicadores. As teorias sobre o desenvolvimento estão sempre se dinamizando, baseadas em novas características que vêm adquirindo ao longo dos tempos.

O desejo desenfreado pelo crescimento, industrialização, globalização e desenvolvimento econômico levou muitos países a focarem suas forças e recursos no aumento do Produto Interno Bruto (PIB), ignorando as demais vantagens que se poderia extrair desse crescimento e, assim, banindo dos seus cadernos de prioridades o bem estar social, a qualidade de vida.

Observe-se que o crescimento econômico era entendido como meio e fim do desenvolvimento, segundo Amartya Sen. Contudo, as formas que a teoria de desenvolvimento vem adquirindo até os dias de hoje, tanto na sua prática como na sua concepção, são diferentes. Se na década de 1960 o crescimento agregado era considerado o próprio desenvolvimento, hoje, o desenvolvimento tem um caráter voltado ao bem estar social, à qualidade do meio ambiente, à redução da pobreza, enfim ao desenvolvimento sustentável.

Tratar de desenvolvimento, atualmente, implica aceitar variáveis e indicadores antes desprezados.

A pobreza apresenta-se hoje como um grande entrave ao processo de desenvolvimento, sendo sua compreensão importante para que se possa entender o processo de desenvolvimento. Se antes, este se debruçava sobre os níveis de renda, de consumo, um desenvolvimento focado no crescimento do PIB, agora é importante também avaliar os níveis de educação, saúde, as liberdades sociais, políticas, os níveis de desemprego, em outras palavras, os níveis de bem estar oferecidos à população como um todo e de forma sustentada, sendo isso considerado qualidade de crescimento.

A qualidade do crescimento tem como alicerces: a) a qualidade dos fatores-chaves entendidos como as políticas desempenhadas no âmbito interno baseadas na distribuição de oportunidades, b) a sustentabilidade do meio ambiente, c) o gerenciamento dos riscos globais

e também o engajamento das suas instituições e d) o desenvolvimento com crescimento sustentável e principalmente o bem estar.

Tendo em conta o Relatório do Banco Mundial “Desenvolvimento e Redução da Pobreza, Reflexão e Perspectiva” de Outubro de 2004, os indicadores que hoje medem o progresso são: o desenvolvimento humano, que compreende a pobreza, o analfabetismo, a mortalidade infantil, a expectativa de vida, o nível de renda, a desigualdade de renda, o crescimento da renda que compreende o PIB *per capita*, a sustentabilidade ambiental que compreende a emissão de dióxido de carbono, os desmatamentos e a poluição da água¹.

Através dessa visão o trabalho aqui apresentado propõe a analisar da economia de Cabo Verde, um país pertencente à África, formado por um arquipélago de dez ilhas. Sua economia está concentrada principalmente no setor de serviços, sendo muito vulnerável, principalmente por ser um país de cunho importador.

Como quase a totalidade dos países africanos, a realidade de conseguir alcançar níveis de desenvolvimento satisfatórios parecia distante.

Cabo Verde hoje é um exemplo de país que se empenhou, apresentando resultados cada vez mais aparentes e compensatórios. Atualmente, sua economia consegue avançar à passos sólidos, e ainda o mais importante, mostrando os aspectos qualitativos desse desenvolvimento, os quais serão posteriormente analisados levando-se em conta os parâmetros pelos quais se avaliada a qualidade do crescimento.

Juntamente com outros países, Cabo Verde pertence ao grupo de países Africanos que conseguiram nos últimos anos aumentar porcentagens significativas de sua população acima do nível da pobreza, segundo (Banco Mundial, 2004). O documento ainda afirma que Cabo Verde está no caminho para alcançar os “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”, adotados pelas Nações Unidas em 2000, no que diz respeito à redução, para metade, da pobreza extrema e da fome até 2015. A África é hoje um continente em movimento, com progressos significativos quando se trata da prestação de melhores serviços de Saúde e Educação, do crescimento, comércio e da redução da pobreza: as estatísticas indicam que Cabo Verde está entre os países de sucesso do continente africano. Deste modo, será avaliado o grau de desenvolvimento social e econômico de Cabo Verde através do enfoque nos aspectos que oferecem qualidade ao crescimento deste país.

¹ Ver “Desenvolvimento e Redução da Pobreza, Reflexão e Perspectiva” Banco Mundial, 2004.

1.2 Objetivos

1.2.1 Geral

Estabelecer uma análise do desenvolvimento sócio econômico de Cabo Verde no período de 1980 a 2005 explorando os indicadores econômicos e sociais. Identificar os aspectos qualitativos de seu crescimento e desenvolvimento econômico.

1.2.2 Específicos

- Estabelecer uma análise dos diferentes indicadores que mensuram o Desenvolvimento Sócioeconômico, enfatizando os aspectos qualitativos do desenvolvimento;
- Estabelecer o panorama atual do desenvolvimento socioeconômico de Cabo Verde;
- Analisar o comportamento dos indicadores econômicos e sociais deste país;
- Fazer uma análise dos fatores qualitativos do desenvolvimento econômico e social de Cabo Verde.

1.3 Metodologia

Em relação à metodologia do trabalho, esta tem como técnica de coleta de dados a pesquisa documental a partir de trabalhos já elaborados.

A pesquisa compreende documentos relacionados aos indicadores de desenvolvimento sócio-econômico tais como população, população economicamente ativa (PEA), Produto Interno Bruto (PIB), Coeficiente de Gini, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), assim como as linhas de Pobreza, entre outros, relacionados à Cabo Verde.

Os materiais bibliográficos foram pesquisados em *sites* e documentos do Banco Mundial, Banco do Desenvolvimento Africano, Banco de Cabo Verde (BCV), Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INE), Fundo Monetário Internacional (FMI), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Organização das Nações Unidas (ONU), dentre outras organizações relacionadas a esta organização.

Também foi utilizada a pesquisa bibliográfica de diferentes autores que tratam de questões relacionadas às teorias e ao objetivo deste trabalho.

Este trabalho teve como alicerce duas importantes teorias, quais sejam: a Teoria da Qualidade do Crescimento (THOMAS, 2000) e a Teoria contida no texto “Desenvolvimento e Redução da Pobreza, Reflexão e Perspectiva” (BANCO MUNDIAL, 2004).

A análise do Produto Interno Bruto (PIB), em suas taxas reais, se realizou através do defator implícito² do PIB, tendo como base o ano de 1990.

Para analisar as médias dos períodos analisados em relação a variáveis como a população, foi utilizada a média geométrica, que se baseia na seguinte equação:

$$X = (Y_i / Y_o)^{1/n} - 1$$

Onde:

X = Média geométrica

Y_i = Valor Final

Y_o = Valor Inicial

n = Número de períodos analisados

² Ver BCV, 2000.

CAPÍTULO 2 - ASPECTOS CONCEITUAIS

Este capítulo tem como objetivo destacar de forma geral a evolução histórica do conceito de desenvolvimento econômico e suas abordagens tais como a do crescimento e do desenvolvimento sustentável e endógeno. Ainda trata os diferentes indicadores utilizados na mensuração do desenvolvimento econômico.

A primeira seção trata da evolução histórica da teoria do desenvolvimento econômico ao longo das décadas, partindo-se da década de 1950 até as décadas mais recentes. A segunda seção do capítulo aborda as teorias de desenvolvimento e crescimento. A terceira seção discorre sobre a teoria do desenvolvimento sustentável, seus princípios e dimensões. A quarta seção traz em seu bojo uma discussão sobre o desenvolvimento endógeno, sua origem e seu desenvolvimento. Por último, a quinta seção trata dos índices de desenvolvimento, dividindo-os conforme suas respectivas categorias e enfatizando a importância das mesmas na mensuração do desenvolvimento.

2.1 A Evolução do Marco Teórico

O conceito de desenvolvimento econômico consagrou-se como um tema de grande destaque neste século, muito debatido entre diversos autores com diferentes visões sobre o assunto. O resultado desse processo resultou em diferentes concepções na evolução do sistema mundo, embora ainda hoje não se tenha conseguido chegar à uma definição universal.

Nas décadas de 1950 e 1960, a idéia de desenvolvimento econômico era associada ao crescimento agregado, ao processo de acumulação de capital, com o intuito de enriquecimento, ou seja, o aumento da renda nacional e conseqüentemente outras variáveis, tal como emprego, seriam impulsionadas pelo crescimento agregado.

Ainda na metade da década de 1960, autores como Singer e Seers ajudaram a formular a idéia de desenvolvimento econômico como uma nova visão, voltada aos processos de transformação social e econômica, o que auxiliou a desencadear uma nova onda de pensamento sobre o desenvolvimento.

Na década de 1970, a concepção de redução da pobreza como meta para o desenvolvimento e a distribuição de renda norteou muito dos projetos de desenvolvimento, baseados em argumentos ideológicos, mas acabou não se sucedendo devido à precariedade

das análises empíricas e teóricas: conseqüentemente as abordagens sobre a redução da pobreza foram deixadas de lado.

Na década de 1980, com o predomínio da onda neoliberal³, observou-se que mais uma vez as considerações da pobreza e distribuição da renda ficaram de lado em detrimento do restabelecimento dos mecanismos de mercado como agentes promotores do crescimento.

Já a década de 1990 representou um período de importantes mudanças e progressos, já que foram inseridos novos elementos de análise do desenvolvimento econômico com ênfase na redução da pobreza. Agora, a redução da pobreza era analisada articuladamente ao crescimento, não sendo mais visto como fatores antagônicos.

O modelo⁴ de Harrod e Domar deu lugar aos fundamentos micro das questões de desenvolvimento. Isso significou uma mudança na concepção do desenvolvimento, deixando de ser exclusivamente um problema macro para se pensá-lo como um problema também micro.

Souza (1995) define o desenvolvimento econômico,

[...] pela existência de crescimento econômico contínuo (g), em ritmo superior ao crescimento demográfico (g^*), envolvendo mudanças de estruturas e melhoria de indicadores econômicos e sociais *per capita*” (SOUZA, 1995, p.17).

Paulo Sandroni destaca o conceito de desenvolvimento econômico como “crescimento econômico (aumento do Produto Nacional Bruto *per capita*) acompanhado pela melhoria do padrão de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura de sua economia” (SANDRONI, 2002, p.169).

Ainda considerando o autor, para classificar os países segundo o grau de desenvolvimento, a Organização das Nações Unidas faz uso dos seguintes indicadores:

- índice de mortalidade infantil;
- expectativa de vida média;
- grau de dependência econômica externa;
- nível de industrialização;
- potencial científico e tecnológico;

³ O neoliberalismo é uma doutrina político-econômica que representa uma tentativa de adaptar os princípios do liberalismo econômico às condições do sistema capitalista moderno.

⁴ O modelo de Harrod e Domar é um modelo de crescimento econômico, em que Harrod sustentou a idéia que a taxa de investimento precisa ser igual á taxa de poupança, para que existam condições para um crescimento equilibrado, e Domar defendeu a necessidade de igualdade entre o crescimento da renda e o crescimento da capacidade produtiva.

- grau de alfabetização e instrução;
- condições sanitárias.

Considerando que o desenvolvimento econômico é caracterizado pela qualidade e aumento sustentado nos níveis de vida e bem estar, constata-se que a análise do crescimento econômico bem como do PIB *per capita* são importantes para a análise do desenvolvimento, mas são indicadores que não podem ser analisados isoladamente, pois podem camuflar determinadas variáveis, como é o caso da distribuição de renda. Deve-se ter em conta, portanto, outras variáveis como concentração de renda, saúde, educação, pobreza, liberdades políticas entre outros.

Resume-se que estudar o desenvolvimento econômico de uma nação implica considerar indicadores de desempenho social, mas também de desempenho econômico e, ainda, as especificidades de cada região, sempre enfatizando o papel crucial do Estado concentrado na boa governança e na distribuição de oportunidades.

2.2 Crescimento e Desenvolvimento

A visão dos dois conceitos considerados como sinônimos se manteve durante muitos anos, apesar de equivocada, o que acabou gerando diferentes modelos, alguns focados na acumulação de capital, e outros que envolvem a análise das variáveis qualitativas conseqüentes do crescimento agregado.

Segundo Souza (2005), considerando a evolução do marco teórico de desenvolvimento econômico, existem duas correntes de economistas do desenvolvimento igualmente importantes que fizeram corpo à teoria. A primeira corrente está voltada essencialmente ao desenvolvimento teórico de modelos elaborados por economistas de tradição neoclássica, com destaque para Meade, Solow e ainda economistas de tradição keynesiana, tais como Harrod, Domar e Kaldor, que em sua concepção consideravam o crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento. Na segunda corrente, com características mais empíricas, destacam-se economistas como Lewis, Hirschman, Myrdal e Nurkse, no desenvolvimento de modelos direcionados à realidade das economias subdesenvolvidas.

A primeira corrente entendia o crescimento econômico como elemento que impulsionava a distribuição da renda entre os proprietários dos fatores de produção e conseqüentemente a melhoria nas condições de vida da população. Mas essas formulações

teóricas fugiam à realidade, uma vez que a experiência mostrava que nem sempre o crescimento econômico era benéfico para a economia como todo e para a população. Portanto, o desenvolvimento não pôde mais ser somente explicado pelo crescimento econômico.

A segunda corrente, de economistas estudiosos do desenvolvimento, trata o desenvolvimento como um conjunto de mudanças qualitativas nas condições de vida da população, das estruturas produtivas e das instituições, garantindo à economia um caráter de modernidade, ao passo que o crescimento era considerado como uma variação na quantidade do produto, como afirma Souza (2005, p.7).

Para que o desenvolvimento signifique qualidade de vida às pessoas é primordial que haja crescimento de produto e conseqüentemente da renda *per capita*, resultando na diminuição das desigualdades e favorecendo o acesso das pessoas aos bens e serviços, e melhorias em seu bem estar.

2.3 Desenvolvimento Sustentável

Segundo Montibeller, o surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável⁵, que se difundiu na década de 1980, foi conseqüência do aumento da preocupação pela preservação do meio ambiente conjugada com a melhoria das condições socioeconômicas da população, pois originou o conceito de ecodesenvolvimento e foi mais tarde substituído pelo conceito de desenvolvimento sustentável.

O conceito de desenvolvimento sustentável⁶ se refere ao desenvolvimento que em seu processo não esgota os recursos naturais que consome nem danifica o meio ambiente de forma a comprometer esta atividade no futuro, como afirma Sandroni (2002).

Segundo Montibeller (2004, p.49) o novo paradigma do desenvolvimento sustentável está baseado nos seguintes princípios:

- integrar conservação da natureza e desenvolvimento;
- satisfazer as necessidades humanas fundamentais;
- Perseguir equidade e justiça social;
- buscar a autodeterminação social e respeitar a diversidade cultural;

⁵ Atualmente, segundo Montibeller, o desenvolvimento sustentável é o importante padrão normativo do movimento ambientalista que surge e se prolifera nos anos de 1970.

⁶ O Relatório Brundtland de 1987 define o desenvolvimento sustentável como “Desenvolvimento que responde às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades” (1987.p.9).

- manter a integridade ecológica.

Ainda, para que se possa atingir o desenvolvimento sustentável, segundo Sachs (1993), há que se sustentar as cinco dimensões e alcançar seus objetivos, quais sejam:

- sustentabilidade social;
- sustentabilidade econômica;
- sustentabilidade ecológica;
- sustentabilidade espacial geográfica;
- sustentabilidade cultural.

O desenvolvimento sustentável se traduz na idéia de oferecer e garantir aspectos qualitativos para a população e o meio onde ela vive e transmí-ti-las às gerações futuras. Assim, seus princípios quando respeitados e alcançando-se a sustentabilidade nas cinco dimensões, sem limitar-se somente ao crescimento em si, pode-se alcançar o tão almejado desenvolvimento sustentável.

2.4 Indicadores de Desenvolvimento Sócio-Econômico

Para se analisar e mensurar o desenvolvimento econômico faz-se uso de um conjunto de indicadores de progresso, os quais, segundo Montibeller (1999, p.6), constituem “[...] algo que não sendo a própria essência do que está em questão, consegue, todavia apontar os movimentos ou inércia desta” já que podem ser utilizados para avaliação social, econômica e ambiental.

Podem ser divididos em dois grupos: um grupo de indicadores de desempenho econômico e outro de desempenho social, que será mais enfatizado no presente trabalho.

Os indicadores de desempenho sociais (IDS) refletem melhorias ou a falta das condições mais gerais de vida das pessoas, permitindo, por exemplo, a medição e avaliação a possibilidade de uma vida digna e longa, com sabedoria e saúde (MONTIBELLER, 1999). Já os indicadores de desempenho econômicos refletem na distribuição de renda e nas taxas de crescimento.

Considerando a sustentabilidade ambiental, apontado pelo Índice de Desenvolvimento Ambiental (IDA), sua mensuração se utiliza de alguns indicadores tais como a emissão de dióxido de carbono (CO₂), os desmatamentos e, ainda, a poluição da água.

Dentre os indicadores tratados e que servirão de alicerce à este trabalho, destaca-se o PIB, o IDH e o índice de Gini. Ainda são tratadas outras variáveis, quais sejam, a população, os níveis de pobreza, desemprego, educação e saúde. A seguir estão os indicadores tratados na análise do desenvolvimento de Cabo Verde.

2.4.1 Indicadores de Desempenho Econômico

Os indicadores de desempenho econômico têm o objetivo de analisar a renda e conseguir detectar a ocorrência e alterações ou não na distribuição de renda, sendo avaliados a partir dos indicadores subsequentes.

2.4.1.1 Produto Interno Bruto

O PIB é um importante indicador para mensurar a renda. Refere-se ao valor agregado de todos os bens e serviços finais produzidos dentro do território econômico de um país (independente da nacionalidade das unidades produtoras). Está expresso na seguinte equação:

Equação 1: Produto Interno Bruto

$$\text{PIB} = C + I + G + \text{NX}$$

Onde:

C = Consumo

I = Investimento

G = Despesas do governo

NX = Exportações líquidas

O PIB está diretamente relacionado ao crescimento econômico e como indicador relativo a mudanças estruturais, não implica prioritariamente melhorias nos indicadores sociais, logo, é um indicador que por si só não expressa o desenvolvimento econômico na sua plenitude.

Em termos médios, o PIB se apresenta como o PIB *per capita*, indicador bastante utilizado e essencial nos estudos de desenvolvimento socioeconômico. O PIB *per capita* mostra quanto do total produzido anualmente caberia a cada indivíduo de determinada sociedade. Apesar deste indicador apresentar correlação imperfeita com indicadores tais como índice de matrículas escolares, mortalidade infantil, índices de liberdades políticas etc., é

ainda bastante utilizado para avaliar o desenvolvimento humano, a pobreza e o índice de condição de vida, entre outros.

2.4.1.2 Índice de Gini

O coeficiente de Gini é uma medida de concentração e desigualdade de renda. É medido por uma fórmula geral dada por Silva (2007)⁷:

Equação 2: Coeficiente de Gini

$$G = 1 - \sum_{i=1}^n (Y_i + Y_{i-1})(X_i - X_{i-1})$$

Onde,

G= Coeficiente de Gini

X= Proporção acumulada da população

Y= Proporção acumulada da renda

O Índice de Gini expressa-se em pontos percentuais (igual ao coeficiente multiplicado por cem), compreendendo a faixa de zero a um, significando que quanto mais próximo estiver de 0, menor desigualdade na distribuição de renda, e quanto mais próximo de 1, maior desigualdade de renda ou maior concentração de renda.

2.4.2 Indicadores de Desempenho Social

Os indicadores de desempenho social têm como objetivo quantificar o grau de bem-estar ou a qualidade de vida da população.

2.4.2.1 Saúde

A saúde é um importante indicador, principalmente quando se quer observar a qualidade do crescimento. Este indicador é dado pelo conjunto de outras informações, como a mortalidade infantil, a esperança de vida ou expectativa de vida ao nascer, o consumo de calorias e as taxas de fertilidade.

⁷ Ver SILVA, 2007.

Outros fatores ainda têm influência direta sobre esse indicador, tais como a desigualdades na renda, o acesso a determinados serviços com qualidade, como saúde, água potável, saneamento básico etc.

2.4.2.2 Educação

A educação é responsável por diversas mudanças que podem acontecer em uma sociedade, pois ajuda a constituir indivíduos mais informados e cientes de seus direitos e deveres.

Juntamente com a educação, é analisado: a) o índice de analfabetismo, que mostra em porcentagens as quantidades de pessoas analfabetas com idade superior a 10 anos, b) o índice de escolarização, que analisa a população escolarizada em relação à população escolarizável e, por último, c) o grau de instrução que analisa as matrículas em cursos médios, profissionalizantes e superiores.

2.4.2.3 Índice de Desenvolvimento Social (IDS)

O IDS é uma metodologia que consegue captar e sintetizar um conjunto de indicadores socioeconômicos. Apresenta-se como uma variável do índice de desenvolvimento humano (IDH), métodos esses desenvolvidos pela Organização das Nações Unidas em 1990.

Segundo Montibeller (1999), o IDS leva em conta as três dimensões básicas para uma pessoa, ou para o desenvolvimento humano, que são:

- ter vida longa e saudável;
- adquirir conhecimentos;
- ter acesso a recursos para possibilitar um padrão de vida digno.

Ainda, o IDS associa informações como nível de escolaridade, consumo de energia elétrica, analfabetismo, acesso a programas sociais e a mortalidade infantil.

Para seu cálculo recorre-se à média dos indicadores da expectativa de vida, saúde e mortalidade infantil, sendo sua equação final representada à seguir:

Equação 3: Índice de Desenvolvimento Social

$$IDS = \sum ID's / n,$$

Onde:

IDS é o índice de desenvolvimento social;

ID é o índice de desenvolvimento relativo ao indicador considerado;
n, é o número de índices de desenvolvimento.

Utilizando o IDS para analisar o desenvolvimento de um país, este pode ser medido numa escala de zero a um. A região ou país analisado que se encontrar próximo de zero, significará um baixo desenvolvimento (tal qual o dos países subdesenvolvidos), com condições sociais deterioradas. Por outro lado, a região ou país analisado que se encontrar próxima de um, significará um maior nível de desenvolvimento (tal qual o dos países desenvolvidos), ou seja, em melhor situação social.

2.4.2.4 Índice de Desenvolvimento Humano

O índice de desenvolvimento humano, elaborado na década de 1990 pela ONU (pelos renomados economistas Mahbub Ul Haq e por Amartya Sen), considera não só as necessidades fundamentais e materiais, tais como a condição política, cultural e social, isto é, a realização do indivíduo em suas múltiplas dimensões (MONTIBELLER, 1999, p.11).

O IDH reflete a renda, assim como a longevidade da população e o grau de maturidade educacional. É composto pelos seguintes indicadores:

- Esperança de vida ao nascer ou longevidade, que representa uma vida longa e com bem-estar;
- Nível educacional (frequência escolar e taxas de alfabetização), representando o conhecimento;
- PNB real (em paridade do poder de compra), representando um padrão de vida decente.

O IDH é dado pela seguinte equação⁸:

Equação 4: Índice de Desenvolvimento Humano

$$\text{IDH} = \frac{\text{L} + \text{E} + \text{R}}{3}$$

Onde:

IDH= Índice de Desenvolvimento Humano

L= Longevidade

E= Educação

⁸ Ver SILVA, 2007. MONTIBELLER, 1999.

R= Renda

O IDH varia de zero (significando nenhum desenvolvimento humano) a 1 (significando desenvolvimento humano total). Deste modo, países com IDH até 0,499 têm um desenvolvimento humano considerado baixo, países com índice entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano e países com IDH maior ou igual a 0,800 têm desenvolvimento humano elevado.

A longevidade indica a média de anos de vida da população de nasceu numa determinada localidade ou país durante o período de referência, sendo que 25 anos é o parâmetro mínimo de longevidade e os 60 anos destacados na euação correspondem á razão entre o parâmetro mínimo e máximo de longevidade. Sua avaliação é dada pela seguinte equação:

Equação 5: Longevidade da população

$$L = EV - 25 / 60$$

Onde:

L= Longevidade

EV= Expectativa de Vida

A educação indica o acesso das pessoas à educação, ou seja, mede a taxa relativa de adultos matriculados nos diferentes níveis de escolaridades de uma sociedade. É dada pela equação abaixo:

Equação 6: Taxa de adultos matriculados

$$E = 2TA + TE / X$$

Onde:

E= Educação

TA= Taxa de Alfabetização

TE= Taxa de Escolaridade e X= População na faixa etária dos 7 aos 22 anos

A renda é calculada com base no PIB *per capita* ajustado. É dada pela seguinte equação:

Equação 7: Renda com base no PIB ajustado

$$R = \log (\text{Pibpc}) - \log (100) / \log (4000) - \log (100)$$

Onde:

R= Renda

Pibpc= PIB *per capita*

Ela tem como principal objetivo refletir uma face diferente do desenvolvimento humano não apenas baseado na expectativa de vida e na educação.

2.4.2.5 Índice de Pobreza Humana (IPH)

Criado em 1997, o índice de Pobreza Humana para os países em desenvolvimento mede os desvios nas três dimensões abordadas no desenvolvimento humano dado pelo IDH. São estas:

- Uma vida longa e com bem-estar, medida pela vulnerabilidade em relação à morte, numa idade relativamente nova, ou seja, pela probabilidade de nascer e não sobreviver até a idade de 40 anos;
- Conhecimento, que é medido pela exclusão do mundo de leitura e comunicação, calculado pela taxa de adultos analfabetos;
- Um padrão decente de vida, medido pelo não acesso à economia global, pelo percentual de população que não tem acesso à água potável e o percentual de crianças menores de cinco anos que estão abaixo do peso normal.

Para se calcular o IPH, existem duas formulações, o IPH-2, que refere-se aos países desenvolvidos e o IPH-1, relacionado aos países em desenvolvimento, que é o caso de Cabo Verde. Assim, conforme Silva (2007), parte-se da seguinte equação, utilizando três variáveis:

Equação 8: Índice de Pobreza Humana

$$HPI-1 = [1/3 (P_1^\alpha + P_2^\alpha + P_3^\alpha)]^{1/\alpha}$$

Onde:

P1 = Probabilidade de nascer e não sobreviver até os 40 anos (x 100)

P2 = Taxa de analfabetismo adulto (pessoas maiores que 15 anos)

P3 = Percentagens da população que não tem acesso à água potável e crianças menores que cinco anos abaixo do peso. A média é dada por: (população que não tem acesso à água potável + crianças menores que cinco anos abaixo do peso) / 2)

$$\alpha = 3$$

2.4.2.6 Índice de condição de vida

O Índice de Condições de Vida (ICV) tem como objetivo avaliar as condições de vida de determinada nação, ou localidade, refletindo mais amplamente o processo de desenvolvimento social da mesma. Ela incorpora uma vasta gama de indicadores, tais como habitações, infância, renda, longevidade, educação, entre outros, abordando ainda a proporção de pessoas que vivem com menos de UD\$ 1 por dia.

CAPÍTULO 3 – DISCUSSÕES TEÓRICAS

Este capítulo tem como objetivo expor as principais teorias e conceitos usados na realização deste trabalho. Após a exposição do marco teórico, será analisada a importância dos indicadores sociais e sua correlação com a teoria do desenvolvimento econômico.

As teorias utilizadas foram elaboradas pelo Banco mundial: a primeira é de Vinod Thomas *et al* (2000), “A Qualidade do Crescimento”, a segunda é do Relatório do Banco Mundial de outubro de 2004, “Desenvolvimento e Redução da Pobreza Reflexão e Perspectiva”.

A teoria desenvolvida por Thomas (2000) tem como principal preocupação o crescimento econômico atrelado a uma qualidade sustentável, que resulte no bem estar social da nação envolvida. A seguinte teoria, “Desenvolvimento e redução da Pobreza: reflexão e Perspectiva” enfatiza a redução da pobreza como sendo um passo importante para o desenvolvimento, não tratando essas duas questões de modo antagônico.

3.1 A Qualidade do Crescimento

Hoje, falar em desenvolvimento econômico implica falar essencialmente de questões tais como a qualidade de vida, bem estar sociais e mais recentemente, relacionadas à sustentabilidade ambiental. A evolução do conceito de desenvolvimento econômico faz com que se esteja focado nestes tópicos como sendo prioritários, pois assim pode-se saber se as nações progrediram ou não, de forma qualitativa.

A qualidade do crescimento é mais importante do que somente o crescimento em si. Segundo Thomas (2000), na sua discussão sobre a Qualidade do Crescimento, existe um conjunto de indicadores que ajudam a avaliar o crescimento com qualidade. O foco de sua discussão está voltado aos resultados positivos que um crescimento econômico pode acarretar para o desenvolvimento de um país, ou seja, se há crescimento econômico e quais os seus aspectos qualitativos.

Esta seção, que se divide em quatro subseções, introduz uma visão geral sobre a teoria desenvolvida por Thomas e, na seqüência, analisa a questão da qualidade de crescimento tendo em vista os diversos indicadores ou enfoques que a constituem quais sejam: o desenvolvimento humano e o crescimento da renda, que serão indicadores muito importantes

no trabalho, sendo posteriormente discorrido a importância das ações que são primordiais para o sucesso da qualidade de crescimento.

3.1.1 Princípios

Durante todo o desenvolver do conceito e da Teoria do Desenvolvimento Econômico, foram diagnosticados novos valores de suma importância para o desenvolvimento de um país, em detrimento do foco do desenvolvimento calcado no crescimento econômico, enfatizando-se, agora, que o crescimento é crucial assim como a qualidade desse mesmo crescimento. Novos aspectos do desenvolvimento, como redução da pobreza, o desenvolvimento humano e a sustentabilidade ambiental foram trazidos à tona como os pilares para a construção de um desenvolvimento sustentável e com qualidade.

Conseguiu-se identificar valores e prioridades vinculados às instituições, ao governo e à responsabilidade corporativa, inclusão social, às liberdades de expressão e à participação e distribuição de oportunidades, vistos como os atores chave de qualquer processo de desenvolvimento.

O novo milênio introduziu novas mudanças tal como a expansão da democracia, contribuindo para a maior liberdade de expressão e oportunidades, conjuntamente com a revolução das comunicações e tecnologias prometendo igualdade no acesso global do conhecimento. Contudo, todas essas mudanças também foram acompanhadas de desigualdades sociais, muitas delas localizadas nos países mais pobres, onde pacotes políticos privilegiam a elite em detrimento da massa.

Assim, se torna cada vez mais urgente identificar, priorizar e desenvolver políticas com o objetivo de combater e inibir essas desigualdades e de garantir a qualidade no crescimento e desenvolvimento de qualquer nação.

A qualidade do crescimento traz em seu bojo os seguintes princípios de desenvolvimento fundamentais, de características tanto qualitativas como quantitativas:

- foco sobre os valores: capitais físico, humano e natural;
- atender aos aspectos distributivos do decorrer do tempo;
- enfatizar a estrutura institucional para o bom governo.

Nos tópicos abaixo são tratados esses princípios dentro da Teoria da Qualidade de Crescimento, elaborada por Vinod Thomas *et al.* (2004), em seu trabalho “A qualidade do Crescimento”.

3.1.1.1 Capital Físico, Capital Humano e Capital Natural

Os capitais físico, natural e humano contribuem e proporcionam o crescimento e o bem estar de uma nação.

O capital físico aumenta os retornos do capital humano e natural, sendo ainda determinado pelos ativos que contribuem com a produção. Já o capital humano (e social) se refere à designação de aptidões e habilidades das pessoas, adquiridas em processos de aprendizagem, para que as mesmas possam auferir de uma renda. Por sua vez, capital natural (ou ambiental) engloba o conjunto dos recursos naturais disponíveis na natureza que possam ser usadas e que possam beneficiar o processo de crescimento econômico.

Conjuntamente, esses capitais, quando são alvos de fortes investimentos, contribuem para o progresso tecnológico, o crescimento do fator produtividade e conseqüentemente, o crescimento.

É importante enfatizar, a importância das reformas políticas e da boa governabilidade nesse processo, pois políticas ineficazes, corrupção, mau governo, externalidades, podem distorcer os efeitos que esses capitais podem trazer ao crescimento e no bem estar. Logo, o equilíbrio dos capitais é conseguido através da correção dos fatos acima apontados.

Equilibrando sistematicamente os três capitais e driblando obstruções consegue-se obter o crescimento e, sincronicamente, o bem estar.

3.1.1.2 Aspectos Distributivos

Os aspectos distributivos são fundamentais para a qualidade do processo de crescimento econômico. Quando há equidade na distribuição de fatores como a terra, o capital humano e os demais bens referentes ao processo produtivo, assegura-se que as pessoas se beneficiem das tecnologias e aproveitem melhor a distribuição das remunerações. Assim, o resultado de uma distribuição mais equitativa produz uma melhora nas condições de vida das pessoas além de contribuir para o crescimento.

É clara a correlação positiva que existe entre uma distribuição equitativa e qualitativa com as taxas de crescimento, na medida em que a distribuição de oportunidades, educação e

dos fatores acima apontados apresentam resultados diretos na redução da pobreza, tendo como resultado final uma qualidade no crescimento também observada nas variações positivas de sua taxa.

Thomas *et al.* (2000. p XXVIII) aponta que: “assim para o crescimento reduzir a pobreza, ele precisa não apenas ser, de forma habitual, relativamente estável, como seus benefícios serem amplamente distribuídos”. Concluindo, afirma-se que as políticas desenvolvimentistas devem incluir não apenas a redução das desigualdades de oportunidades, mas também a desigualdade e volatilidade de resultados de crescimento, investindo sempre na melhoria das operações das agencias reguladoras, acentuando o gerenciamento dos riscos financeiros e diminuindo a sensibilidade do povo em relação as mesmas (THOMAS, 2000).

3.1.1.3 A estrutura do Governo - O bom governo

O bom funcionamento do corpo institucional, de forma transparente e responsável, favorece o desenvolvimento com qualidade e de modo sustentável. “Logo, investir na capacidade para um melhor governo é a principal prioridade para uma melhor *performance* econômica” (THOMAS, 2000 p. XXIX).

Uma sociedade ativa, livre e informada é indispensável na luta contra a corrupção e outras formas de mau governo - alguns dos maiores entraves para o desenvolvimento qualitativo - contribuindo para um maior nível de bem estar.

Os direitos civis são colocados como instrumentos primordiais quando se trata de complementar reformas políticas governamentais e implementar estratégias desenvolvimentistas.

O papel do bom governo vai desde a resolução dos entraves burocráticos, o asseguramento do bom funcionamento de suas instituições e a promoção e garantimento das liberdades civis até o combate à corrupção. O bom governo deve exercer a boa governabilidade, utilizando-se de forma responsável dos instrumentos à ele disponíveis, garantindo transparência, equidade e participação da sociedade, promovendo, portanto, o crescimento e sua qualidade de forma sustentável.

A sociedade tem como uma de suas principais funções participar ativamente de diferentes formas, nas decisões políticas, garantindo os seus direitos de participação.

3.2 Desenvolvimento e redução da pobreza

A visão de que a redução da pobreza seria uma importante alavanca impulsionadora do desenvolvimento socioeconômico de qualquer nação foi detectada e apontada como uma das mais importantes revelações à teoria do desenvolvimento econômico.

A pobreza⁹ é um fenômeno multidimensional, se manifestando pela insuficiência de recursos e precariedade e pela exclusão social. Sua percepção, segundo Fall:

[...] é relativa e deve ser considerada em relação com as práticas sociais, as culturas, as representações, as maneiras de pensar e as formas de sociabilidade. Portanto, existem tantas percepções quantas sejam as diferentes entidades sócio-culturais, as categorias de atores e as épocas (FALL, 2006, p.4).

Na evolução do conceito da pobreza suas dimensões foram se multiplicando, na medida em que surgiram modificações nos seios das sociedades. Essas dimensões explicam a multiplicidade do conceito da pobreza, são elas: a pobreza relativa e absoluta, a pobreza urbana e rural, a pobreza tradicional e a nova pobreza e a pobreza objetiva e subjetiva.

A partir da década de 2000, a comunidade internacional adotou a redução da pobreza como uma das metas mais importantes, constituinte ao grupo de metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Torna-se fundamental a adoção de programas de redução da pobreza, principalmente nos grupos de países subdesenvolvidos onde a pobreza é um entrave ao desenvolvimento.

O FMI elaborou o Programa para a Redução da Pobreza e para o Crescimento (PRGF) com o intuito de oferecer condições para que os governos dos países elaborem e desenvolvam pacotes de políticas e estratégias com o objetivo de reduzir a pobreza.

Qualquer modelo de uma estratégia de redução da pobreza deve ter em conta as especificidades de cada país, assim, o combate à pobreza deve ter em conta as características sociais e econômicas de cada país.

Assim, Babakar Fall¹⁰ (2006, p.1), aponta um conjunto de princípios universais¹¹ que devem ser adotados nos modelos de luta contra pobreza. Destacam-se:

⁹ Pobreza é definida como um estado de carência que impossibilita as pessoas de terem acesso ao consumo por insuficiência de renda, dificultando a satisfação das necessidades básicas. Ela se manifesta mais intensamente em países subdesenvolvidos. (Sandroni, 2002).

¹⁰ FALL, *Debt Relief Internacional*, 2006.

¹¹ Ver FALL, 2006.

- possibilitar que a evolução da pobreza seja medida de acordo com um número máximo de suas definições;
- ajudar a identificar e analisar os fatores determinantes dessa evolução, principalmente aqueles que estão sujeitos ao impacto das ações da política governamental;
- estabelecer os vínculos entre a estabilização, o crescimento e a redução da pobreza;
- ser confiáveis como instrumentos de discussão entre os parceiros na elaboração de uma estratégia nacional de redução da pobreza, incluídas a sociedade civil e a comunidade financeira internacional;
- ser apropriados e adaptados às circunstâncias e características de cada país;
- ser suficientemente simples para utilizar os dados e capacidades disponíveis em nível nacional (ou estar acompanhados de um importante esforço de fortalecimento de dados e capacidades).

A redução da pobreza implica a justiça social e os direitos humanos, onde as instituições promovem oportunidades, segurança e transparência.

3.2.1 Fatores determinantes da pobreza

Os indicadores dos fatores determinantes¹² da pobreza numa sociedade são importantes quando se quer lutar contra a pobreza. Existe um conjunto de variáveis que determinam cada um dos indicadores. Segundo Fall (2006, p.4) são eles:

- os determinantes da pobreza de renda ou pobreza monetária → a falta de renda determinada pelo crescimento econômico, e a exposição e impacto dos choques exógenos entre estes, climáticos, tendências econômicas internacionais, conflitos, entre outros, tendências demográficas, indicadores-chave da macroeconomia, como a inflação e o desemprego, a produtividade e utilização de recursos nos setores, sobretudo no setor agrícola;
- determinantes da pobreza de condições de vida → a falta de utilização de serviços básicos depende da oferta desses serviços, que por sua vez depende da quantidade e da qualidade dos investimentos públicos e privados, e da demanda dos pobres por esses serviços (que depende do preço dos serviços, da informação e de fatores culturais);

¹² Ver FALL, 2006.

- determinantes da pobreza relativos à não-realização de potencialidades → também são determinantes de indicadores de utilização de serviços à oferta e o custo desses serviços (sistemas de micro crédito ou de financiamento descentralizado; sistemas de), redistribuição da terra, existência de estradas e de centros de comercialização) e a demanda dos pobres por esses serviços.

É essencial definir e detalhar os fatores que determinam, dentre esses três tipos de pobreza, aqueles que se encontram presentes na sociedade, oferecendo assim mais facilidade de produzir instrumentos de combate à pobreza com maior eficiência.

CAPÍTULO 4 - ASPECTOS GERAIS DE CABO VERDE

Este capítulo tem como objetivo oferecer informações referentes á localização, cultura, política e economia do país, de forma breve, para que se possa entender melhor o contexto em que o país vive, dentro destas características.

4.1 Contextualizações sobre Cabo Verde

Essa seção fornece informações básicas sobre o país para que se possa conhecer melhor seu perfil.

4.1.1 Geografia, Demografia e Cultura

Cabo Verde é um arquipélago de origem vulcânica, formado por dez ilhas das quais nove são habitadas e cinco ilhéus situadas no Oceano Atlântico, a cerca de 500 km na costa ocidental africana, constituindo um total de área terrestre de aproximadamente 4.033 km². As ilhas são divididas em dois grupos regionais: as ilhas ao sul são denominadas de Sotavento e as ilhas ao norte, Barvalento. Pertencem ao Barlavento as ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santa Lúzia¹³, São Nicolau, Sal e Boavista e pertencem a Sotavento as ilhas de Maio, Santiago, Fogo e Brava.

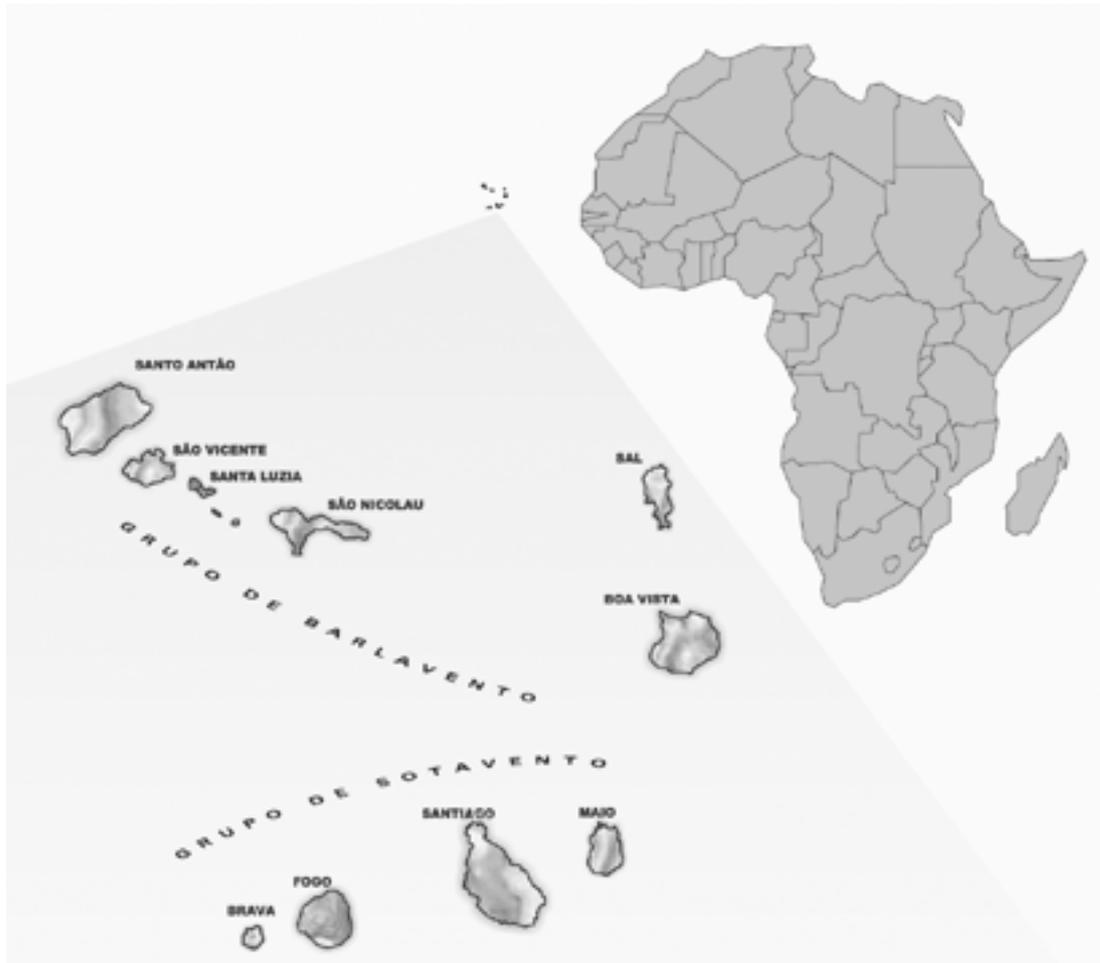
O clima é caracterizado por tropical quente e seco, sendo que algumas ilhas são áridas, mas outras possuem uma vegetação exuberante e com características tropicais. A população resultou de um processo de mestiçagem entre colonos europeus e escravos africanos que se fundiram num só povo, o crioulo.

Segundo estimativas do Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde, a população residente totalizou 487.121 habitantes em 2006 e aumentaria para 496.319 habitantes em 2007.

A Língua Oficial é o Português e a Língua Nacional é o Crioulo, originário de uma miscelânea de português e dialetos africanos, trazidos pelos escravos africanos, transformando-se num dos símbolos máximos da identidade cultural do país. Ainda foi herdada dos colonizadores portugueses a tradição religiosa católica, que corresponde á 96% dos caboverdianos e as demais religiões corespondem a apenas 4% da população.

¹³ Santa Lúzia é uma das ilhas pertencentes ao arquipélago de Cabo Verde e é totalmente desabitada.

Figura 1: Mapa de Cabo Verde



Fonte: www.cv.com. Acesso em 19/08/07

4.1.2 Política e Economia

De colonização Portuguesa¹⁴, descoberta por navegadores portugueses em Maio de 1460, seu povoamento iniciou somente dois anos após a descoberta. O processo de independência começou após 500 anos, como colônia portuguesa, de modo que 1950 marca o início da luta pela liberdade.

A divulgação de idéias nacionalistas pelo líder da revolução Amílcar Cabral¹⁵ conduziu à independência do arquipélago em 5 de Julho de 1975 constituindo-se, então, a República de Cabo Verde.

Até ao início da década de 1990, a economia caboverdiana caracterizava-se por ser centralizador, com forte intervenção estatal nos domínios da produção e afetação de recursos e, por isso, pouco incentivadora do setor privado.

Até então, esteve centrado em um regime parlamentar de partido único - por meio do Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV) -, mas em 1991 o país realizou sua primeira eleição multipartidária, substituindo, assim, o ritmo lento de desenvolvimento econômico (até então sustentado por remessas de emigrantes e ajudas externas). Com o advento da democracia multipartidária e a aposta no modelo da economia de mercado (em contraposição ao modelo estatal planificador), o sector privado empresarial ganhou uma dinâmica crescente e, hoje, as empresas tenderam a ganhar peso na economia e começaram a ser parceiros sociais com capacidade de influência. A descentralização iniciada em 1991 esteve acompanhada do processo de democratização. Desde então, Cabo Verde vem conquistando o seu espaço no núcleo dos países democráticos do mundo, posicionando-se de forma destacável no grupo dos demais países da zona ocidental da África.

De acordo com a atual Constituição, a República de Cabo Verde é um Estado de direito democrático, soberano e unitário onde os direitos dos cidadãos são respeitados. O regime em vigor é de base republicana e parlamentarista. Pedro Pires, veterano da luta pela independência, é o atual presidente da república ou o chefe de Estado e José Maria Neves o

¹⁴ Ver *Cultura Caboverdiana*, UNICV, 2005.

¹⁵ Amílcar Cabral nasceu na Guiné em 1924 e viveu em Cabo Verde, até mudar-se para Portugal para concluir seus estudos superiores. Juntamente com outros revolucionários, em 1959 em Portugal, formou e liderou um partido clandestino, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Após a divulgação de seus ideais nacionalistas, a luta armada se iniciou em 1963 na Guiné contra a metrópole colonialista, dando início ao processo de independência da Guiné e de Cabo Verde.

Primeiro-Ministro. A Cidade da Praia, localizada na ilha de Santiago, é a capital do país, que possui um poder local organizado em câmaras e assembleias municipais assim como as demais ilhas.

Segundo a divisão administrativa da República de Cabo Verde, o país está dividido em dois grupos de ilhas, Barlavento e Sotavento, com 22 Conselhos ou Municípios e 32 Freguesias. O caráter da divisão administrativa foi herdada de Portugal, desde a época colonial e se manteve até hoje.

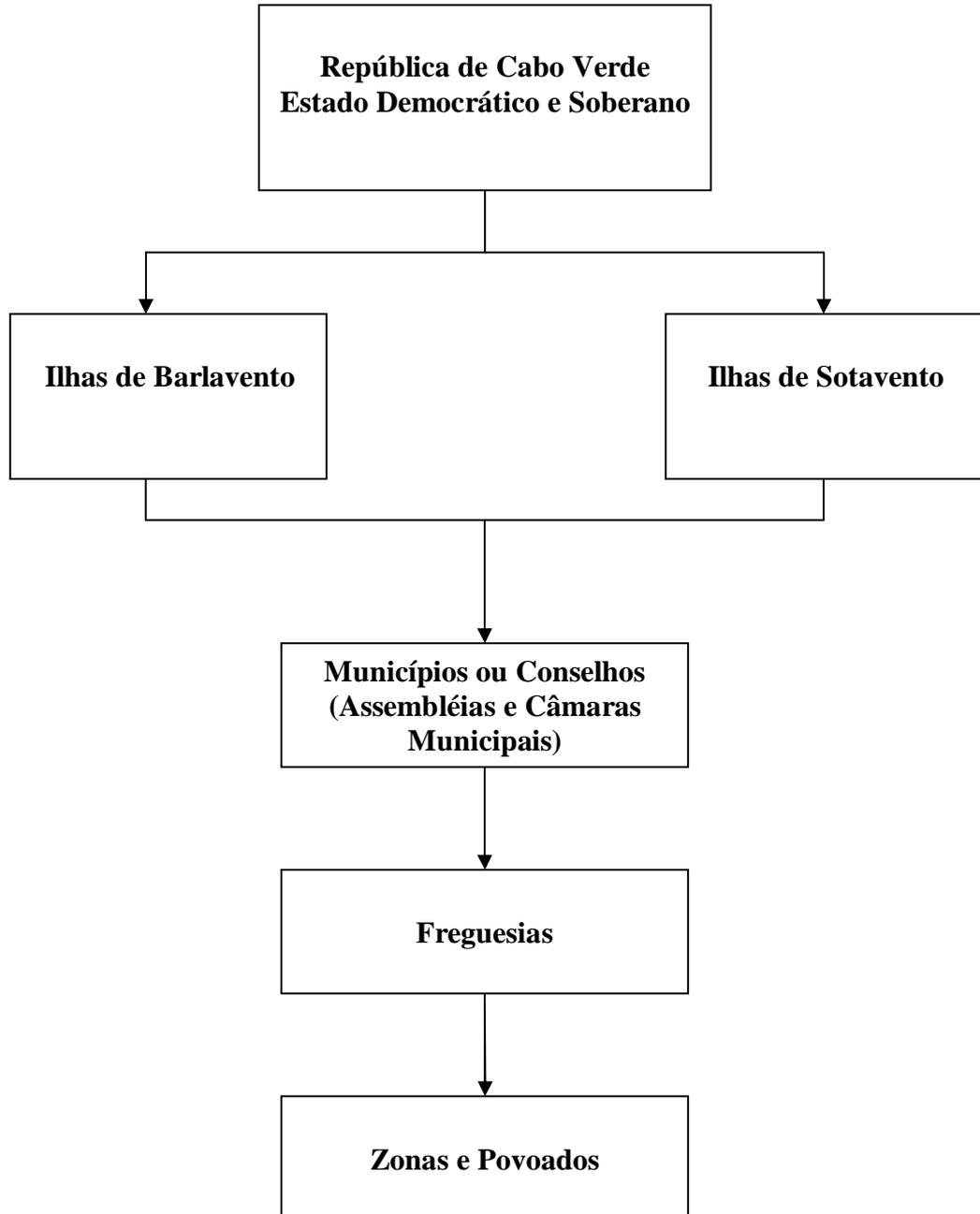
Segundo a Constituição da República de Cabo Verde, Artigo 226, Parágrafo 2: “As autarquias locais são pessoas coletivas públicas territoriais dotadas de órgão representativos das respectivas populações, que prosseguem os interesses próprios destas” (Constituição da República de Cabo Verde, p.48)

Assim, os Conselhos ou Municípios são organizações locais, isto é, entidades da divisão administrativa estatal, dotadas de personalidade jurídica e com determinada autonomia administrativa, constituindo-se de certos órgãos político-administrativos, que são as assembleias eleitas, formando a câmara municipal. Estas assembleias gozam de poder regulamentador próprio, dentro dos limites da constituição, com finanças e patrimônios próprios. A administração central garante aos conselhos ou municípios apoio técnico, material e recursos humanos.

As Freguesias, as menores divisões administrativas, são as subdivisões dos conselhos e são governadas por uma Junta de Freguesia.

O Código Geográfico Nacional de Cabo Verde (CGN-CV) é um padrão de nomenclatura geográfica criado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) de Cabo Verde e subdivide o território em Ilhas, Conselhos, Freguesias, Zonas e Povoados, sendo designados estatisticamente por Lugar. Na prática, muitas das zonas acabam por corresponder a cidades e vilas, sendo os lugares sub-zonas das mesmas.

Essa divisão administrativa do país pode ser melhor observada através do organograma a seguir:

Figura 2: Divisão Administrativa de Cabo Verde

A política econômica da década de 1990, sobretudo, do final da década é clara no que se refere a duas idéias essenciais: por um lado, a necessidade de desenvolvimento, isto é, crescimento econômico juntamente com uma distribuição equitativa do rendimento disponível e por outro lado, o desenvolvimento auto-sustentado, isto é, um processo ponderado de desenvolvimento que possa trazer às gerações vindouras, bem-estar e principalmente sustentabilidade.

A economia cabo-verdiana possui fracas potencialidades produtivas devido à escassez de recursos naturais geradoras de matérias-primas, o que não impediu de se fazerem importantes progressos. Isso pode ser observado no empenho do próprio Governo, elaborando seus planos nacionais de desenvolvimento, e mais importante nos resultados positivos de se fazer este tipo de planejamento.

Segundo Grassi¹⁶, “a situação econômica de Cabo Verde é caracterizada pela escassez de recursos naturais devido a sua situação geográfica e climática, que determina uma atividade agrícola muito precária” (GRASSI, 2003, p.108).

A abertura da economia de Cabo Verde vem conectando-a ao mundo globalizado, conferindo-lhes novas características, a de ser um país cada vez mais migratório, acolhedor da emigração, incrementando setores da economia como o turismo e serviços.

Como pequena economia aberta numa envolvida cada vez mais globalmente e competitivamente, Cabo Verde é muito condicionada pela conjuntura externa, sendo também muito volátil, principalmente por causa do seu fraco desenvolvimento da base produtiva.

O país tem tido normalmente o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) como principais parceiros no processo para a estabilização macroeconômica através de sucessivos acordos e programas com as mesmas.

O desenvolvimento econômico de Cabo Verde tem sido marcado, nas últimas décadas, por avanços, mas também está muito determinado por sua vulnerabilidade econômica, forte dependência em relação aos fluxos financeiros externos, limitação em termos de recursos naturais e fraca base produtiva.

¹⁶ Marzia Grassi é uma economista portuguesa que investiga as realidades dos países africanos. Sua pesquisa de doutoramento foi elaborada em Cabo Verde e hoje resultou no livro intitulado “Comércio espontâneo, transnacional em Cabo Verde”.

CAPITULO 5 – ANÁLISE SÓCIOECONÔMICA DE CABO VERDE

Este capítulo analisa o desenvolvimento socioeconômico de Cabo Verde, tendo em conta os diferentes indicadores usados, que ajudam a concluir se houve ou não qualidade de crescimento.

5.1 Perfil Demográfico de Cabo Verde

Nesta seção será analisado o perfil da população caboverdiana baseada nas informações disponibilizados pelo INE obtidas através dos Censos Demográficos¹⁷, dos Inquéritos às Despesas e Receitas Familiares e Inquéritos ao Emprego. Primeiramente parte-se da população total e em seguida é analisada a população economicamente ativa (PEA).

É extremamente importante analisar e diagnosticar os fatores que determinam a expansão demográfica de qualquer nação, assim como seu ritmo e evolução. Estes aspectos podem se transformar num importante estrangulador do crescimento econômico, melhor dizendo, do desenvolvimento socioeconômico.

5.1.1 População residente total

Para o estudo de desenvolvimento é muito importante analisar a distribuição da população, suas características e evolução. Nesta seção é apresentada a evolução do crescimento da população de Cabo Verde acompanhada da sua distribuição por ilhas, sendo analisadas de forma mais detalhada através do 2º Inquérito às Despesas e Receitas Familiares realizado em 2002 e do 3º Censo Demográfico, realizado no ano de 2000, os quais oferecem o panorama mais recente do comportamento da população caboverdiana e de suas características.

A população foi estimada em 475.947 habitantes (2005), sendo distribuída por nove das dez ilhas (uma delas é desabitada). A densidade populacional é de 118,0 habitantes por Km².

¹⁷ Os censos demográficos são registros estatísticos de uma determinada população, segundo critérios como sexo, idade, ocupação etc. Em Cabo Verde, os censos são realizados pelo INE, periodicamente de 10 em 10 anos.

O Quadro que se segue mostra a evolução da população por ilhas, desde a década de 1940 até a última projeção elaborada referente ao ano de 2010. Nela consegue-se observar como se comportou o crescimento populacional no país e sua intensidade nas diferentes ilhas.

Quadro 1: Distribuição da População Residente por Ilhas 1940-2010, em Números Absolutos

ILHAS	1940	1950	1960	1970	1980	1990	2000	2010*
Santo Antão	35.977	28.379	33.953	44.623	43.321	43.845	47.124	49.932
São Vicente	15.848	19.576	20.705	31.578	41.594	51.277	67.844	82.463
São Nicolau	14.846	10.366	13.866	16.308	13.572	13.665	13.536	12.875
Sal	1.121	1.838	2.608	5.505	5.826	7.715	14.792	20.956
Boavista	2.779	2.985	3.263	3.569	3.372	3.452	4.193	6.305
Maio	2.237	1.942	2.680	3.466	4.098	4.969	6.742	8.431
Santiago	77.382	59.394	88.587	128.782	145.957	175.691	236.352	299.920
Fogo	23.022	17.582	25.615	29.412	30.978	33.902	37.409	38.379
Brava	8.538	7.937	8.625	7.756	6.985	6.975	6.820	6.049
CABO VERDE	181.750	149.999	199.902	270.999	295.703	341.491	434.812	525.310

Fonte: INE (2007), Elaboração própria.

* Projeções

Pode-se observar uma expansão expressiva da população total, principalmente nos maiores centros urbanos localizados nas ilhas de São Vicente e Santiago, de modo mais acentuado. E nas demais ilhas este o crescimento é insignificante, quase que estagnado. Durante as décadas analisadas, em algumas ilhas essa expansão se mostra com fraca incidência em relação às outras, mas no geral a população é característica dos estados insulares: é reduzida devido à pequenez do país, crescendo de forma assimétrica e a uma velocidade reduzida. Outro fator a ser apontado é tradição migratória¹⁸ do país, em direção a outros países, principalmente para a Europa e América do Norte, o que acaba condicionando a expansão demográfica do país.

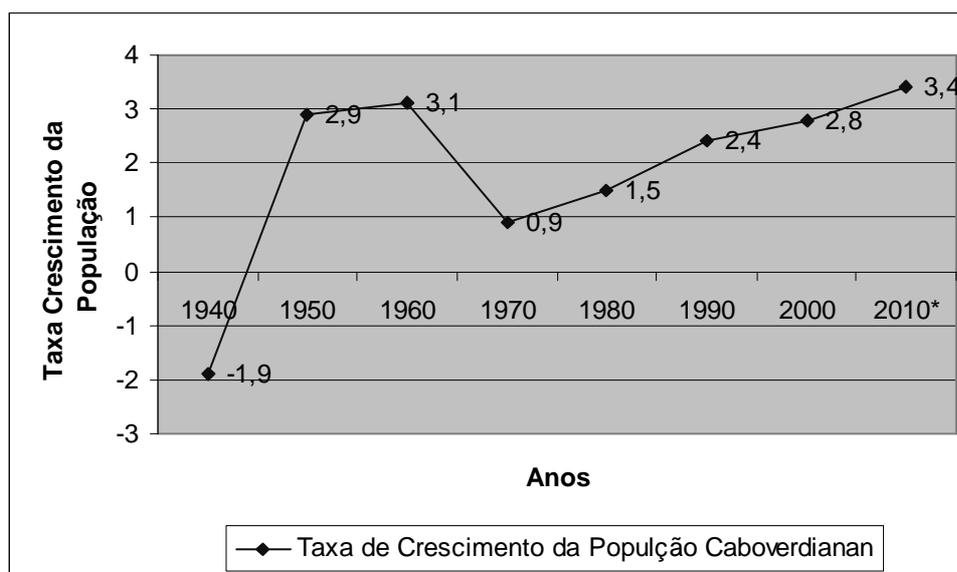
As taxas de crescimento demográfico do país se comportam de forma irregular quanto à sua distribuição, entre as ilhas (ver Quadro 1).

Através do gráfico pode-se visualizar melhor essa evolução da população. Observam-se duas tendências: da década de 1980 aos anos 1990 constata-se uma evolução lenta e reduzida da população. Por outro lado a partir dos anos 1990 aos de 2000 observa-se um aumento, num ritmo acelerado da população, houve um aumento total de 93.321 habitantes.

¹⁸ A migração é um movimento populacional que se dirige de uma região (área de emigração) para outra (área de imigração) (SANDRONI, 2002, p.389).

Se, aumentar a atenção sobre o período de 2000, obtém-se um perfil atualizado da população caboverdiana: há um aumento da população em ritmo lento, explicado pela diminuição da taxa de fecundidade, principalmente na metade das décadas de 1990 e 2000 respectivamente.

Figura 3: Taxas de Crescimento da População caboverdiana 1940/ 1950/ 1960/ 1970/ 1980/ 2000/2010*



Fonte: INE (2007). Dados correspondentes a taxa geométrica. Elaboração própria.

* Projeções

Observa-se o crescimento negativo na década de 1940, o que pode ser explicado pelo maior período de fome já vivenciado, a chamada “Fome de 40”¹⁹, que devastou o país. O longo período de seca em todas as ilhas comprometeu completamente a produção agrícola da época. A população que vivia da agricultura de subsistência, deparou-se com enormes dificuldades na obtenção de alimentos. Foram muitas pessoas que faleceram, por causa da fome e outras enfermidades, tais como a malária e a cólera, que acabaram surgindo em meio à pobreza e à fome.

Nas décadas de 1950 e 1960 a população, ainda se recuperando do período assolado pela fome, cresceu lentamente, a uma taxa de 2,9 para 3,1%. Ainda na década de 1960 foi iniciada a luta armada pela independência, onde muitos guerrilheiros caboverdianos se deslocaram para a Guiné para lutar contra metrópole, Portugal, o que em 1975 resultaria na independência dos dois países.

¹⁹ A fome foi resultado de um longo período de seca que devastou tanto as plantações de sequeiro como os de regadio, as quais representavam a produção agrícola do país, ainda que de modo fraco. Cabo Verde recebeu ajuda humanitária de países como os EUA.

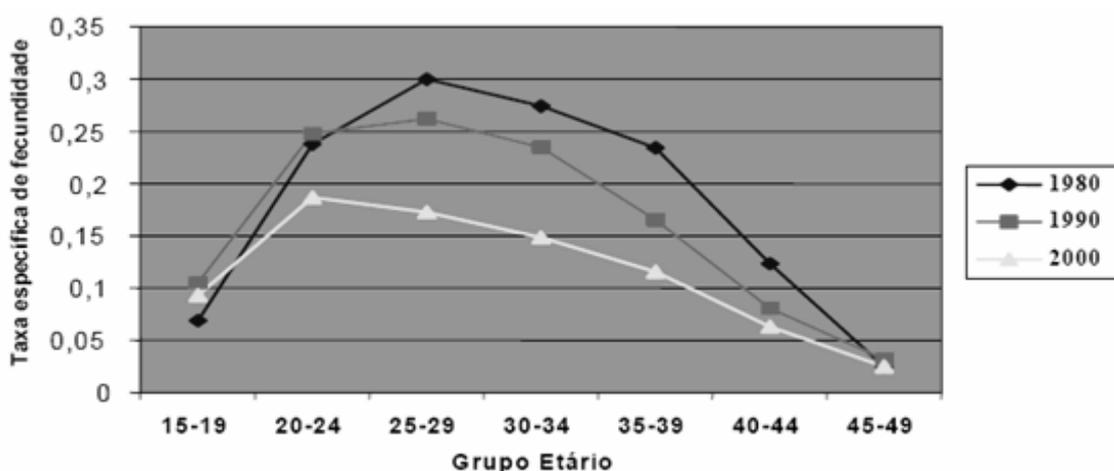
A década de 1970, foi marcada como um período de redução da população, pois nessa década ocorreu uma forte expansão da emigração cabo-verdiana, direcionada principalmente para os países Europeus. Esta mesma tendência acabou se intensificando ainda mais na década de 1980, quando a emigração passou a ser vista como alternativa de sobrevivência e busca de melhores condições de vida bem como uma solução para fugir da pobreza, conseqüentemente o crescimento populacional foi de apenas 1,5% ao ano.

Nos próximos períodos a taxa de crescimento da população aumentou consideravelmente. Nos anos de 1990, apesar de uma leve redução da taxa de fecundidade no país, houve um crescimento populacional de 2,4%. Isso é explicado pelos aumentos de barreiras de contenção ao fluxo migratório, devido às políticas de emigração restritivas pelos países de acolhimento.

A partir da década de 1990 até o ano de 2000, as taxas de crescimento da população aumentaram em ritmo moderado. De 1979 a 1981, a taxa de fecundidade aumentou para 7,05 filhos por mulher e nos anos posteriores até 1988, ela diminuiu para 5,95 filhos por mulher, mas na década de 1990 elas cresceram novamente, contribuindo para o aumento generalizado da população.

As taxas de natalidade nos períodos compreendidos entre 1980 a 1990 se mantiveram regulares e com tendência levemente crescente, enquanto a taxa de mortalidade decresceu levemente de 8,7 em 1985 para 8,4 em 1995, segundo o Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva realizada em 1998 pelo INE em conjunto com o Ministério da Saúde. As taxas de fecundidade do país são tratadas na figura logo abaixo:

Figura 4: Crescimento das Taxas de Fecundidade 1980/1990/2000



Fonte: Extraído do Ministério da Saúde de Cabo Verde (2007).

Na década de 2000, as taxas continuaram crescendo regularmente, embora as taxas de fecundidade²⁰ compreendidas neste período iniciassem um comportamento decrescente, de 4,6 filhos por mulher em 1999 para 3,8 filhos por mulher em 2003. A mesma tendência se refletiu nas taxas de mortalidade geral, decrescendo de 6,8% em 1996 para 6,4% em 2000.

Conforme cada faixa etária há uma forte tendência decrescente nos três períodos analisados. A faixa compreendida dos 25 aos 29 anos representa o auge da fecundidade da população caboverdiana, enquanto que entre 45 e 49 anos a taxa de fecundidade é a mais baixa, em função da própria condição biológica. A partir dos 30 até os 34 anos, a taxa de fecundidade inicia um período decrescente.

Conclui-se que a população caboverdiana se encontra mais apta à procriação nas faixas etárias situadas entre 20 e 34 anos, como mostra a Figura 4.

Recentemente, o segundo Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva realizado em 2005 pelo INE, evidencia-se um diminuição ainda maior das taxas de fecundidade, para 2,9 filhos/mulher, assim como da taxa de mortalidade infantil, que diminuiu de 33,4 mortes em cada mil nascidos para 30 mortes em cada 1000 nascidos.

Em função de a expansão demográfica se apresentar como um desafio para o crescimento, outros indicadores, como educação, saúde, terão que se adaptar e acompanhar essa expansão garantindo a qualidade em todo o processo de crescimento econômico.

Quanto à distribuição da população pelas ilhas, constata-se que há desigualdades regionais, com uma maior concentração da população nos maiores centros urbanos do país, que estão nas ilhas de Santiago, Sal e em São Vicente. Isso se deve a um conjunto de fatores, quais sejam:

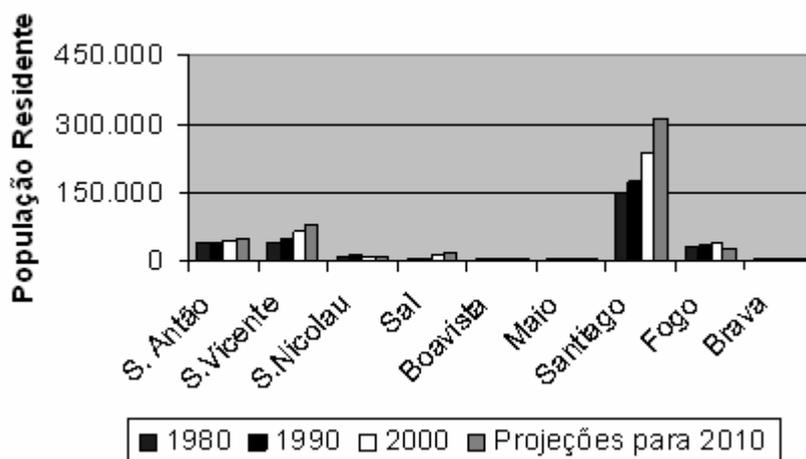
- melhor infra-estrutura
- melhores oportunidade de emprego
- melhores instituições educacionais
- melhores serviços de saúde
- concentração das instituições financeiras e de outros serviços, etc.

Existe um fluxo constante de pessoas em direção a essas ilhas, principalmente das ilhas que se encontram mais próximas, favorecendo a fragmentação da população das ilhas, tais como diminuição da população rural, causado pelo êxodo rural, e o envelhecimento das mesmas populações.

²⁰ As taxas de fecundidade se referem ao nível de efetivos de reprodução da população feminina, calculado para grupos de mil mulheres na faixa etária de 15 a 50 anos.

Esse fenômeno fica mais explícito na figura abaixo:

Figura 5: População Residente por Ilhas 1980/1990/2000/2010*



Fonte: INE (2007), elaboração própria.

* Projeções

Constata-se que o caráter evolutivo, de crescimento da população é desigual ou assimétrico e, ao mesmo tempo, irregular. Em algumas ilhas como São Vicente e Santiago se mantém a tendência crescentemente significativa ao longo das décadas. Isso se deve ao desenvolvimento social e econômico das mesmas, tal como a existência de maiores centros urbanos que atraem pessoas das demais ilhas, aumentando assim o fluxo imigratório em direção às mesmas. O INE mostra ainda que existe um movimento crescente da população nesses centros urbanos, que são as ilhas de Santiago, São Vicente e Sal, o que constitui uma característica marcante da evolução demográfica das três últimas décadas.

Na ilha de São Vicente, onde se localiza a cidade do Mindelo²¹, a segunda maior cidade de Cabo Verde, o aumento foi de 60% da população entre as décadas de 1980 e 2000. Observou-se também que entre as décadas de 1990 a 2000 ela se transformou num grande atrativo às populações das ilhas vizinhas. Um dos principais motivos de sua atratividade se deve à construção da chamada Zona Industrial²², acolhendo muitos empreendimentos (e oferecendo oportunidades de empregos) tais como muitas empresas de calçados portuguesas, a instalação da filial da empresa Coca-Cola, a construção de uma das maiores empresas de conservas de peixes e outros produtos marinhos - a Frescomar -, a construção dos três maiores

²¹ Mindelo foi à segunda cidade fundada no país, na ilha de São Vicente. Hoje o país conta com 5 cidades.

²² A Zona Industrial foi estrategicamente construída para atrair indústrias por meio de benefícios tributários e facilidades quanto às burocracias, como também pela disponibilidade de amplos terrenos para a construção dos parques industriais.

hotéis da ilha - pertencentes principalmente à grandes grupos italianos e portugueses - e a ampliação do aeroporto nacional que agora adquiriu o título de aeroporto internacional.

Ainda, São Vicente, bem como as demais ilhas, tem sido procurado por inúmeros comerciantes chineses, consequência dos acordos comerciais entre China e Cabo Verde. O país tem sido procurado como o principal destino de guinenses, nigerianos e senegaleses, na maioria das vezes clandestinamente, o que tem obrigado as autoridades caboverdianas a aumentarem o controle sobre tal situação e a fazer uso de diferentes instrumentos legais para combater a emigração clandestina.

Na ilha de Santiago, a capital, com a cidade da Praia que é o maior centro urbano, registrou-se um aumento populacional de 82% entre 1980 e 2000. Seu rápido crescimento se deve ao fato de acolher pessoas de todas as ilhas, principalmente em função do aumento de seu corpo industrial da ilha, recebendo investimentos diretos externos e do próprio governo e em muitos dos setores da economia, principalmente os serviços.

A ilha de Brava, com a menor área terrestre de todas as ilhas, mostra uma tendência decrescente da população. Sua população é velha devido à sua forte tradição migratória. Sua população jovem desloca-se para outras ilhas e principalmente outros países (que acolhem emigrantes caboverdianos) por diversos motivos, mas essencialmente pela busca de melhores instituições educativas, melhores condições de vida e oportunidades de trabalho. Esta mesma tendência migratória se aplica à ilha de São Nicolau, porém tem como principal destino os Estados Unidos da América.

Já o crescimento populacional da ilha de Santo Antão, embora a segunda maior ilha considerando seu território, mostra-se com alterações não muito significativas. Seu caráter rural não atrai as classes jovens a se manterem e darem continuidade às atividades agrícolas, o que implica no fato de o deslocamento da população, em busca de novas oportunidades, ser muito grande. Este fenômeno, designado *êxodo rural*, é mais acentuado nessa ilha, e ainda tem como destino principal, a ilha de São Vicente.

Na ilha do Sal, a partir do forte desenvolvimento de seu setor turístico e infra-estruturas, o crescimento da sua população foi rápida: seu crescimento populacional desde 1980 foi de 150%, isso tendo em conta a média geométrica. Isso pode ser explicado pelo significativo aumento de novos postos de trabalho, principalmente por acolher o maior pólo turístico do país, e pelas melhorias na educação, tornando-se um atrativo principalmente à jovens qualificados, tanto de cursos técnicos como de superiores. O maior empecilho à concentração populacional nesta ilha é o alto custo de vida, o que essencialmente pode ser

explicado por seu caráter turístico (que acolhe também uma significativa quantidade de estrangeiros que residem no ilha).

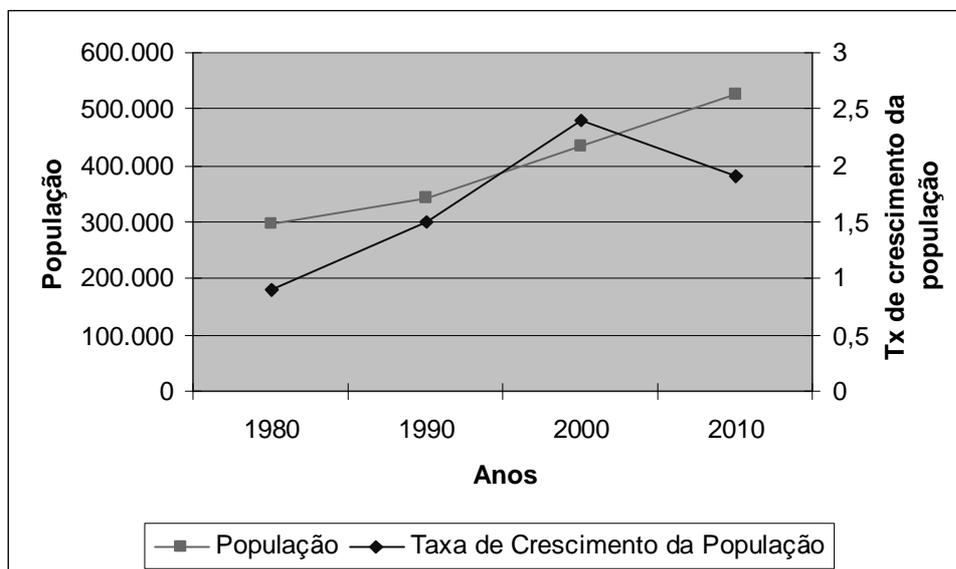
Na ilha da Boavista²³, o crescimento da população ao longo das décadas se encontra estagnada. É uma ilha com uma vila e pequenos vilarejos de pescadores, mas que, atualmente, acolherá um dos maiores pólos turísticos do país e do mundo. Ocorre que seu desenvolvimento bem como o deste setor tão promissor está fortemente condicionado às melhorias de infra-estrutura, saúde, educação, entre outros aspectos, ainda inexistentes, embora o Governo tenha disponibilizado grandes recursos para tais finalidades. Por enquanto, seu desenvolvimento tem sido auxiliado principalmente pela concentração de muitas vilas e resorts turísticos, dentre outros investimentos externo direto.

Com relação à ilha do Fogo, as projeções mostram uma diminuição no crescimento populacional, o que pode ser explicado principalmente pelo aumento crescente do fluxo emigratório, para fora do país, principalmente em direção aos EUA (que tradicionalmente é o maior acolhedor de emigrantes de Cabo Verde), e como evidencia a história da diáspora caboverdiana, principalmente a população jovem do Fogo tem como objetivo principal conseguir se deslocar ao exterior em busca de melhores condições de vida e também se reunir aos familiares residentes fora do país.

A emigração por melhores oportunidades de vida e principalmente entre os jovens é de cunho histórico para o país, sendo um dos principais fatores relacionados ao fluxo migratório caboverdiano. Estimou-se no ano de 2000, segundo estatísticas sobre a diáspora caboverdiana, que pouco mais de 500.000 caboverdianos trabalhavam no exterior, sendo cerca de 250.000 nos Estados Unidos, 106.000 em Portugal, 37.500 na Holanda, 35.000 na Angola, 22.500 no Senegal e mais 50.000 espalhados entre Espanha, Brasil, Canadá, Itália e Alemanha. Vejamos a figura a seguir.

²³ A ilha da Boavista foi reconhecida pelo forte potencial turístico, principalmente por empresários italianos. Em 2008, será assinado um projeto para a construção do segundo maior hotel da África, um investimento de milhões de euros.

Figura 6: Crescimento efetivo da população residente e suas taxas de crescimento – 1980-2010*



Fonte: INE (2007), elaboração própria.* Projeção para 2010.

Primeiramente, vê-se que a população caboverdiana aumentou 46% entre as décadas de 1980 e 2000. Evidencia-se ainda que a maior diferença na evolução demográfica do país deu entre as décadas de 1990 e 2000 (podendo ser justificada pela diminuição das taxas de mortalidade). Embora tenha se iniciado uma tendência decrescente das taxas de fecundidade, isto não afetou as taxas de crescimento da população de forma significativa. Outrossim, percebe-se que a expectativa de vida da população caboverdiana aumentou significativamente.

O Quadro 2, a seguir, mostra o perfil da distribuição da população do país, entre as nove ilhas em 2002, oferecendo o panorama mais recente obtido da distribuição da população de Cabo Verde. Em 2002, segundo os dados do INE mostraram que residiam no país 470.687 habitantes.

Realçando a distribuição da população residente entre as 9 ilhas habitadas, fica claro a presença de um forte desequilíbrio regional, que acaba por se realçar na estrutura demográfica da população caboverdiana.

Assim, a ilha de Santiago acolhe 54,4% da população, São Vicente 15,1% e Santo Antão 10,7% total do país. Juntas, representam aproximadamente 80% da população do país, enquanto que as demais ilhas (Boa Vista, Brava e Maio) têm cerca de 1% , 1.5% e 1.6%, como se observa no quadro abaixo.

Quadro 2: Distribuição da população residente por Ilhas, 2002

ILHAS DE CABO VERDE	POPULAÇÃO	
	Efetivo	%
Santo Antão	50.623	10,7
São Vicente	71.446	15,1
São Nicolau	14.923	3,17
Sal	16.908	3,6
Boavista	5.141	1,1
Maio	7.391	1,6
Santiago	255.974	54,4
Fogo	41.235	8,8
Brava	7.046	1,4
CABO VERDE	470.687	

Fonte: IDRF (2002), elaboração própria.

Observa-se mais uma vez que a ilha de Santo Antão, embora tenha uma área terrestre maior que a ilha de São Vicente (a segunda ilha mais populosa), possui uma população menor. Isso se deve à forte emigração que acontece em Santo Antão, a qual é essencialmente agrícola. Já em São Vicente, o desenvolvimento com grande concentração infra-estruturas e de setores geradores de emprego (como os de serviços e indústrias) confirmam a tendência observada na análise da evolução da população desde os anos 1980, de aumentos crescentes de sua população.

Santiago, onde se localiza a capital Praia, é a mais populosa, com 54,4% da população total, sendo a ilha que concentra grande parte dos investimentos e, portanto, as melhores oportunidades de empregos.

Brava tem pouca representatividade na população total caboverdiana, talvez por duas razões: por ter uma área terrestre relativamente pequena e por ser a ilha que historicamente foi a primeira a desencadear o processo emigratório de Cabo Verde, desde 1800²⁴.

O Quadro 3 mostra a repartição percentual da população segundo o total urbano e rural por meio de residência, sexo e idade no ano de 2002. Através desta informação conclui-se que a população caboverdiana é relativamente jovem.

A área urbana apresenta a maior concentração do número de habitantes com um total de 55,1 % contra 44,9 % da população rural.

²⁴ O movimento migratório de Cabo Verde em direção a outros países iniciou-se em 1800, com os antigos navios da pesca de baleia norte americanas. Os primeiros a migrarem foram as populações das ilhas do Fogo e da Brava, rumo aos EUA.

O processo migratório histórico e atual entre as ilhas faz com que este fenômeno seja tendencialmente cada vez mais acentuado. Ilhas mais urbanizadas como São Vicente, Santiago, recebem mais pessoas oriundas das outras ilhas. Esta tendência aumenta rapidamente, criando um fluxo contínuo de pessoas que estão se deslocando também para as ilhas do Sal e Boavista, caracterizadas como as de maior potencial turístico, com uma grande concentração de investimentos externos (que se resumem em grandes hotéis, pousadas, dentre outras atividades e eventos esportivos de caráter internacional). O aumento dos postos de emprego torna-se o maior atrativo para essa massa migratória. O quadro 3 a seguir mostra como está repartida a população segundo total urbano e rural por meio de residência, por sexo e idade, no ano de 2002.

Quadro 3: Repartição percentual da população segundo meio de residência, sexo e idade, 2002 (%)

	TOTAL		URBANO		RURAL	
	Absoluto		Absoluto		Absoluto	
TOTAL	470.687	100	259.321	100	211.366	100
SEXO						
Masculino	227.624	48,4	124.821	48,1	102.803	48,6
Feminino	243.063	51,6	134.500	51,9	108.563	51,4
IDADE						
Menos de 1 ano	8.950	1,9	4.649	1,8	4.301	2,0
1 a 4 anos	44.433	9,4	22.930	8,8	21.503	10,2
5 a 9 anos	66.420	14,1	33.168	12,8	33.252	15,7
10 a 14 anos	75.987	16,1	39.502	15,2	36.485	17,3
15 a 24 anos	97.668	20,8	57.557	22,2	40.111	19,0
25 a 44 anos	103.597	22,0	63.391	24,4	40.206	19,0
45 a 64 anos	42.163	9,0	23.523	9,1	18.640	8,8
65 e mais	31.469	6,7	14.601	5,6	16.868	8,0

Fonte: IDRF (2002), elaboração própria.

Constata-se que a população feminina é majoritária, 51,6% das mulheres contra 48,4% dos homens, apesar de ser pouco expressiva. A população é relativamente jovem e os idosos representam uma pequena percentagem da população (apenas 6,7%, do total dos residentes). Os residentes compreendidos entre a faixa etária dos 25 aos 44 anos representam a maioria da população, com 22% do total.

A maior parte da população se concentra nas áreas urbanas, mas ainda há uma forte concentração da população nas regiões rurais, principalmente de mulheres, que se dedicam fundamentalmente à agricultura e pecuária.

As maiores concentrações nas áreas urbanas são de indivíduos que se encontram no escalão etário compreendido dos 25 aos 44 anos, o mesmo fenômeno é observado para as áreas rurais. Há maior concentração de pessoas idosas com mais de 65 anos nas áreas rurais, o que se deve à dificuldade das mesmas em se deslocar, adaptar e principalmente desapegar emocionalmente do lar e lugar e também não esquecendo o êxodo rural, fenômeno esse desempenhada pela maioria dos jovens que residem em zonas rurais.

A evolução da população rural tem traçado uma tendência decrescente em função do êxodo rural, que tem, conseqüentemente, aumentado a população urbana, tirando a característica natural do crescimento da população (embora ainda não se constate um forte desequilíbrio) e gerado os problemas decorrentes das aglomerações urbanas não-planejadas, sem projetos de urbanização e as devidas condições sanitárias.

Relatando o crescimento urbano nas três décadas analisadas, o INE apontou um forte crescimento das taxas de urbanização de 28.6% na década de 1980, passando para 44% na década de 1990, para 53.7% em 2000 e para 55.1% em 2002.

Da análise elaborada sobre as características da expansão demográfica de Cabo Verde se conclui que durante o período analisado houve oscilações no crescimento da população. Isso se deve a importantes fatores tal como a forte tradição migratória do país, que justifica as desigualdades entre as ilhas no que concerne às taxas de crescimento. Outrossim, o aumento da expectativa de vida e a diminuição das taxas de mortalidade contribuíram para a expansão demográfica.

Em geral, observam-se duas características: a) a população é relativamente jovem, sendo que a maioria são mulheres, e b) a maior parte da população se encontra concentrada nos centros urbanos, em detrimento das áreas rurais.

5.1.2 População Economicamente Ativa (PEA)

Para analisar a população economicamente ativa, nesta subseção, são utilizados três períodos diferentes, 2000- 2002, 2005 e 2006, fazendo-se o comparativo entre ambos e estabelecendo as variáveis que influenciaram cada período. Não é analisada os períodos anteriores por falta de dados estatísticos, o que não possibilita analisar a evolução desse indicador, enfatizando somente as características.

Segundo o Inquérito ao Emprego, a população economicamente ativa, considerando a população na faixa etária igual ou superior a 15 anos, isto é, a idade a partir da qual se inicia a vida ativa, é de 174.644 indivíduos, o que equivale a uma taxa de aproximadamente 40% da população total do país. No ano de 2000, destes mesmos ativos, 88.070 eram homens (50.4%)

e 86.574 eram mulheres (49.6%). Os empregados representavam aproximadamente 4/5 dos ativos e os desempregados um pouco mais que 1/5.

O Quadro 4, mostra como se encontra distribuída a população ativa e seus componentes, destacando a taxa bruta de atividade, tanto para o sexo masculino como para o feminino.

Quadro 4: Repartição Percentual da população ativa e seus componentes, 2000 (%)

	TOTAL		MASCULINO		FEMININO	
POPULAÇÃO	EFETIVO		EFETIVO		EFETIVO	
Pop. Residente	431.989	-	207.994	-	223.995	-
Pop. Ativa Total	174.664	100	88.070	100	86.574	100
Pop. Ativa Empregada	144.310	82,6	78.314	88,9	65.996	76,2
Pop. Ativa Desempregada	30.334	17,4	9.756	11,1	20.578	23,8
Taxa Bruta de Atividade	40,4	-	42,3	-	38,6	-

Fonte: Extraído do IDRF (2000).

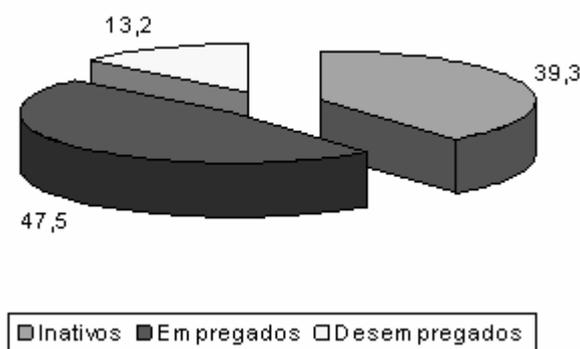
Primeiramente, observa-se que aproximadamente 40 em cada 100 caboverdianos são ativos e um certo equilíbrio dos ativos totais de ambos os sexos, apesar de vermos que - se considerarmos as demais componentes desta população - o número de homens que trabalha é bastante superior ao número de mulheres que trabalham, havendo um total de 12.318 homens trabalhando a mais do que as mulheres. Conseqüentemente, o número de mulheres desempregadas é bastante superior ao número de homens desempregados, embora há que se considerar que parte desse percentual de mulheres desempregadas estão á procura de emprego. Este panorama é muito desfavorável à mulher, principalmente para aquelas que são chefes da família, porque as crianças são afetadas diretamente, agravando as suas condições de vida em todas as diretrizes, tanto na educação, saúde e nutrição como no próprio desenvolvimento humano.

Agora se torna importante analisar o ano de 2002 para que se possa estabelecer um parâmetro comparativo entre os diferentes períodos.

Tendo em conta os dados do INE, com uma população residente totalizada em 470.687 habitantes no ano de 2002, a população economicamente ativa totalizou 166.381

indivíduos, dos quais 130.207 foram considerados empregados (ocupados) e 36.174 desempregados²⁵ (ver figura 7).

Figura 7: Repartição da população total de 15 anos ou mais segundo a condição na Atividade Habitual (%)



Fonte: IDRF (2002), elaboração própria.

A população inativa resume-se em 107.900 indivíduos, constituindo um grupo relativamente grande. Esta estatística é preenchida essencialmente por estudantes, indivíduos que se reformaram e outros pensionistas.

Constata-se que majoritariamente a população economicamente ativa era preenchida pela população masculina, conseqüentemente pode-se inferir que as mulheres sejam as maiores vítimas do trajeto do desemprego.

Vale enfatizar que neste período da maioria da população pesquisada, 48% se encontrava empregada e dentre os inativos 39% foram considerados inativos e o restante de 13% estavam desempregados.

Tendo em conta os setores de ocupação pela população economicamente ativa (empregada), a população encontra-se distribuída de forma desigual pelos diferentes setores de atividades dentro da economia.

²⁵ Desemprego refere-se a uma situação de ociosidade involuntária em que algumas pessoas se encontram pessoas essas que compõe a força de trabalho de uma nação (SANDRONI, 2002, p.168).

Quadro 5: Repartição da População Empregada segundo o Ramo de Atividade, 2002 (%)

SETORES DE ATIVIDADE	PERCENTAGEM
Agricultura, Pecuária e Pescas	20,2
Comércio e Reparação de Veículos	16
Administração Pública	15,3
Construção	11,0
Educação e Saúde	8,0
Outros Serviços	7,3
Indústrias Transformadoras	6,8
Transporte e Comunicações	5,4
Famílias com empregados domésticos	4,2
Hotelaria e Restaurações	2,7
Produção e Distrib. De Eletricidade e Água	1,1
Indústrias Extrativas	1,1
Atividades Financeiras	0,5
Organismos Internacionais	0,4
TOTAL	100

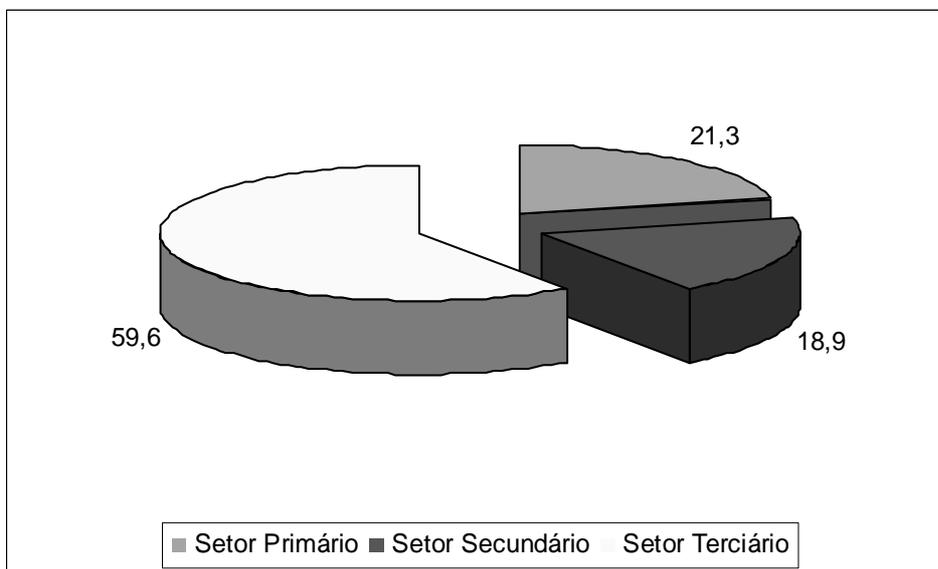
Fonte: IE (2002), elaboração própria.

De acordo com o quadro 5, a maioria da população do país com 15 anos e mais, nos 12 meses anteriores ao inquérito, trabalhou na Agricultura, Produção Animal e Pesca, significando 1 em cada 5 indivíduos. Imediatamente se destaca o Comércio e Reparação de Veículos, com 16%. A Administração Pública ocupa a terceira posição, com apenas 15% dos empregados.

Quanto à Atividade Econômica, o IE fez a seguinte questão aos indivíduos habitualmente empregados: “Qual é a atividade econômica principal da empresa/entidade onde trabalhou nos últimos 12 meses ou da última vez que trabalhou?”

O resultado da questão está explicitado no gráfico 8 que se segue.

Figura 8: Percentagem da População Empregada por Setor de Atividade, 2002 (%)



Fonte: IE (2002), elaboração própria.

É visível que dos entrevistados, 59% dos empregados estão enquadrados no setor terciário, sendo as outras pessoas distribuídas com pouca discrepância entre os setores primário e secundário.

Em relação ao setor terciário, o comércio é a atividade que mais contribui para essa porcentagem. Já os setores menos expressivos, o primário e secundário, dada à escassez de recursos naturais e as condições do clima que não propicia muito as atividades agrícolas, mas as pescas têm grande participação no setor primário.

A análise do nível de instrução da população ativa é muito importante, pois constitui ao presente trabalho elementos importantes para se estabelecer uma análise mais completa das características desses ativos na economia.

Analisa-se primeiramente a repartição da população empregada por alfabetização, sexo e grupo etário, considerando a faixa etária a partir dos 15 anos.

Quanto à repartição da população ativa empregada por alfabetização no ano de 2002, ela é bastante desigual entre os sexos, como mostra a tabela abaixo.

Os homens em todos os níveis de instrução apresentam melhores resultados do que as mulheres.

Quadro 6: População Empregada por Alfabetização segundo Grupo Etário e sexo, 2002 (%)

TOTAL CABO VERDE	ALFABETIZADO	ANALFABETO
Total	77,6	22,4
15-24 anos	94,2	5,8
25-44 anos	82,8	17,2
45-64 anos	50,7	49,3
65 + anos	32,1	67,9
MASCULINO	ALFABETIZADO	ANALFABETO
Total	84,4	15,6
15-24 anos	94,1	5,9
25-44 anos	88,5	11,5
45-64 anos	67,9	32,1
65 + anos	44,5	55,5
FEMININO	ALFABETIZADO	ANALFABETO
Total	69,6	30,4
15-24 anos	94,5	5,5
25-44 anos	76,1	23,9
45-64 anos	34,7	65,3
65 + anos	15,0	85,0

Fonte: IE 2002, elaboração própria

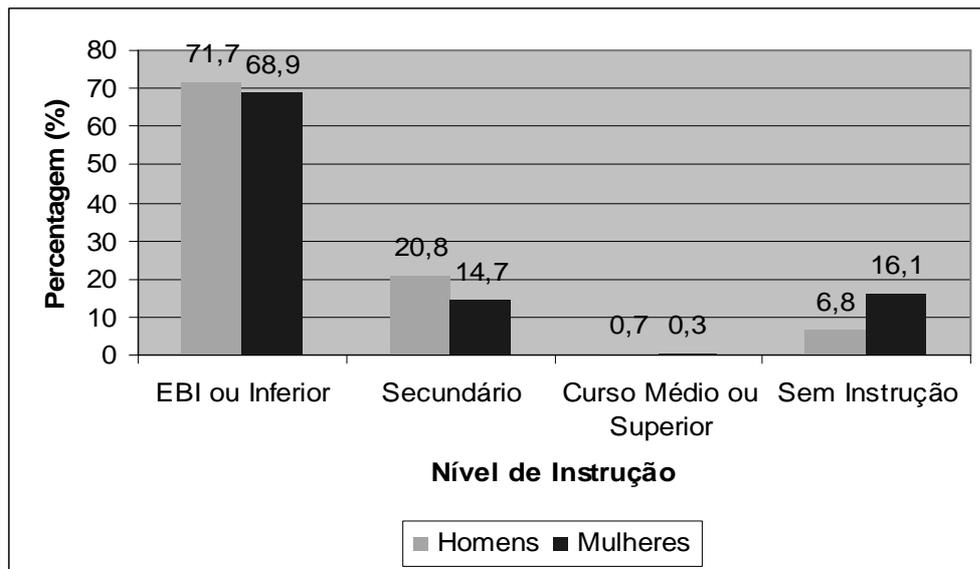
Da população empregada com 15 anos ou mais, cerca de 22,4% são analfabetos, sendo essa taxa ligeiramente inferior à observada para a população em idade ativa que é de 25,3%. Entre os homens, 84,4% são alfabetizados contra 15,6% de analfabetos, entre as mulheres a percentagem de analfabetos é praticamente o dobro da registrada entre os homens, ou seja, 30,4%.

Comparando os sexos na faixa etária dos 15-24 anos, constata-se que há menos analfabetos entre as mulheres (5,5%) do que entre os homens (5,9%), reflexo sem dúvida da democratização recente do sistema de ensino caboverdiano. Por outro lado, nas demais faixas etárias a percentagem de mulheres analfabetas é sempre superior a dos homens.

Verifica-se também que na faixa etária dos 15-24 anos, apenas 5,8% dos empregados são analfabetos, contra 17,2% entre os 25-44 anos, 49,3% na faixa dos 45-64 anos e 67,9% na faixa dos 65 anos ou mais (sendo estas duas últimas taxas superiores à média).

Separando-se as categorias de instrução das pessoas empregados constata-se claramente as diferenças entre os sexos e a forma como estes estão alocados nas mesmas. Esta análise é melhor observada na Figura 9.

Figura 9: População Empregada por Nível de Instrução e Sexo (15 anos ou mais), 2002 (%)



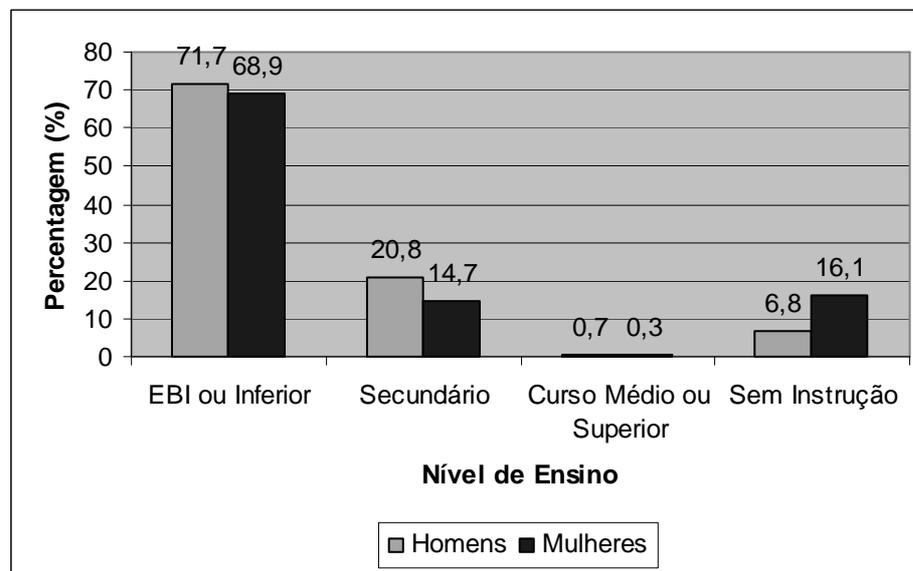
Fonte: INE (2002), IE (2002), elaboração própria.

No que diz respeito ao nível de instrução, constata-se que cerca de 64,0% da população empregada possui como nível de instrução máximo o EBI²⁶ (Ensino Básico Integrado) e que apenas 3,77% é detentora de uma formação média ou superior. Cerca de 16,4% possuem o secundário e valor semelhante é registrado para aqueles que não têm nenhuma instrução, ou seja, 16,2%.

Numa análise por sexo, verifica-se que cerca de ¼ das mulheres empregadas, ou seja, 22,9% não possuem nenhum nível de instrução, porcentagem que para os homens é de 10,6%. Cerca de 4% dos empregados do sexo masculino possuem o nível médio e superior contra 3,0% do sexo feminino. A tendência observada entre a classe dos desempregados quanto ao nível de instrução é igualmente desigual entre os sexos, mas assume um caráter diferente, como pode ser observado na Figura 10.

²⁶ O EBI é equivalente ao ensino fundamental no Brasil.

Figura 10: Repartição da População Desempregada segundo o Nível de Instrução por Sexo, 2002 (%)



Fonte: INE (2002), IE (2002), elaboração própria.

A grande maioria dos desempregados possui o EBI ou inferior (alfabetização ou pré-escolar) como nível de instrução.

A proporção desses desempregados com EBI é equilibrada entre ambos os sexos, de 71.7% dos homens contra 68.9% das mulheres, sendo que em média 70% dos desempregados possuem EBI ou inferior. Em relação à porcentagem dos desempregados com curso médio e superior esse valor é insignificante, menos de 1%. Já entre os desempregados sem qualquer tipo de instrução, a maioria são mulheres, sendo 9% a mais do que os homens.

Também neste nível, os desempregados são fortemente marcados pela idade, ou seja, à medida que aumenta a idade do desempregado, o peso do EBI ou inferior diminui, e isso, segundo o INE, é reflexo da ausência de escolarização obrigatória para as pessoas que nasceram antes da independência nacional. Este mesmo padrão ocorre para outros níveis de instrução superior, designadamente para o secundário. Este fenômeno é ainda mais extremo para as mulheres.

Para o período de 2005-2006, os dados são outros, mostrando que houve uma redução sensível e generalizada do desemprego, considerando a população de 15 anos ou mais, segundo o “Inquérito ao Emprego” realizado em 2006.

Abaixo se vê a distribuição da população ativa das ilhas por sexo e sua respectiva variação entre os anos 2005-2006.

Quadro 7: Situação na atividade da população 2005-2006 em números absolutos

DOMÍNIO	POPULAÇÃO EMPREGADA		POPULAÇÃO DESEMPREGADA		VARIÇÃO 2005-2006	
	2005	2006	2005	2006	Emprego	Desemprego
Santo Antão	11.743	12.065	5.759	4.487	333	- 1.272
São Vicente	22.139	24.696	10.507	8.179	2.557	- 2.328
Sal	7.019	8.699	1.598	860	1.680	- 738
Interior de Santiago	47.620	48.030	10.848	10.364	410	- 484
Praia (Capital)	36.199	42.781	12.402	7.862	6.582	- 4.540
Fogo	12.019	13.409	3.051	1.822	1.390	- 1.229
TOTAL	136.728	149.680	44.165	33.574	12.952	-10.591
POPULAÇÃO ATIVA:	180.893	183.254	-	-	2.361	-

Fonte:Extraído do IE (2006), elaboração própria.

A população empregada nas ilhas obteve uma melhora no período estudado 2005-2006. Houve um aumento de 1,29 % do total de pessoas empregadas em relação ao ano de 2005. O maior aumento observado foi na ilha de Santiago, precisamente na capital do país, Praia, com um acréscimo de 15,4%, o que pode ser explicado pela maior concentração dos investimentos empreendida na Capital, deste modo aumentando os postos de trabalho. O aumento mais inexpressivo foi na ilha do Santo Antão, que registrou 322 novos empregados, posteriormente seguem-se as ilhas do Fogo com 1390 novos empregados e do Sal com 1680 novos empregados.

O desemprego decresceu entre 2005 e 2006 de forma significativa, registrando-se variação de 10.590 desempregados a menos.

Do total de 44.165 desempregados constatados em 2005, 45% eram homens, a maioria entre as faixas etárias compreendida entre 15 e 24 anos, contra 54% das mulheres, a maioria entre a mesma faixa. Estas continuam sendo as maiores vítimas do desemprego.

Em relação ao ano de 2006, esse total diminuiu aproximadamente 24%, em comparação ao ano de 2005. Dos desempregados, 39% são homens e 61% são mulheres, aumentando cada vez mais o hiato do desemprego entre os homens e as mulheres.

Segundo os ramos de atividades, a população ativa se encontra dispersa entre as atividades da seguinte forma, como mostra o Quadro 8.

Quadro 8: Empregados e Desempregados segundo os Ramos de Atividade, 2005-2006 (números absolutos)

RAMO DE ATIVIDADE	2005		2006	
	Empregados	Desempregados	Empregados	Desempregados
Agricultura e Pescas	39.658	3.082	45.125	967
Comércio	21.377	2.585	23.931	1.752
Administração Pública	15.245	2.006	12.771	3.307
Construção	11.579 5.747		14.085	3.922
Educação	8.953	366	7.216	256
Outros Serviços	3.579	504	3.057	867
Indústrias Transf. e Eletricidade	9.830	2.505	10.662	1.596
Transporte e Comunicações	6.883	898		598
Saúde	1.986	69	1.792	33
Serviços às Empresas	2.262	374	3.166	468
Indústrias Extrativas	1.229	93	5.661	217
Atividades Financeiras	1.165	41	710	28
Organismos Internacionais	462	11	489	196
Alojamento e Restauração	4.280	1.229	4.410	1.130
Famílias com empregados	5.896	2.543	6.581	1.986
Não Responderam	2.334	1.351	1.705	897
TOTAL	136.728	23.404	149.679	18.211

Fonte: IE (2006), Instituto do Emprego e Formação Profissional, elaboração própria.

A tabela mostra-nos o resultado do Inquérito ao Emprego²⁷ elaborado em 2006, que distribui os empregados e desempregados segundo os ramos de atividades. Assim, podemos constatar que em 2005, 29% dos empregados entrevistados trabalhavam na agricultura ou na pesca e que no ano 2006 essa percentagem aumentou para 30.15%. Note-se que esses são os setores que apresentam maior número de pessoas empregadas em termos absolutos.

Em segundo lugar está o ramo do comércio que empregou quase 16% dos entrevistados em ambos os períodos, seguida da administração pública e da construção, os quais constituem os setores com maior percentagem de pessoas empregadas.

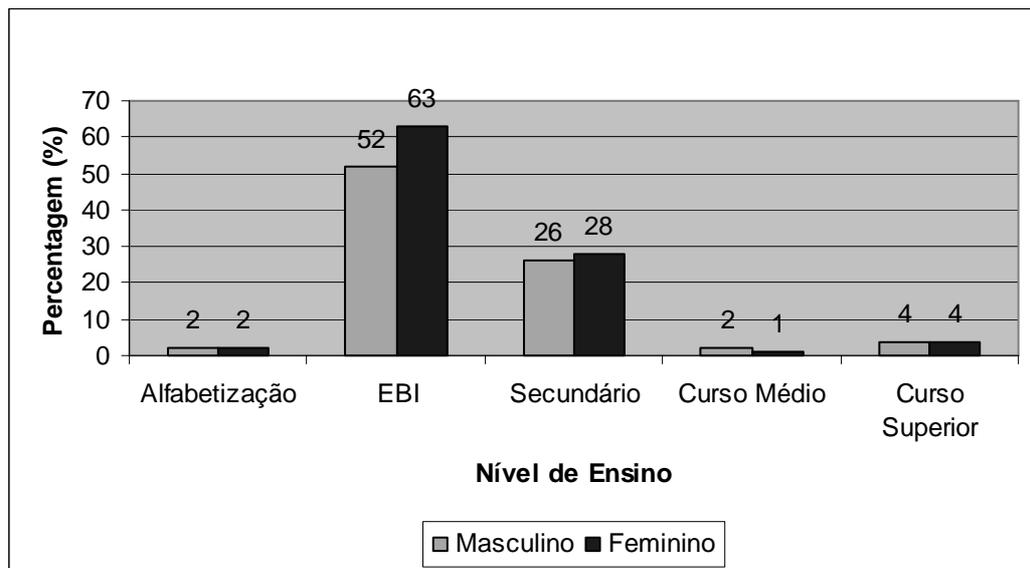
²⁷ O IE na sua metodologia, ela aleatoriamente entrevistou diretamente 18.224 indivíduos, num total de 4.040 empregados familiares. O erro de amostragem é de 5% num intervalo de confiança de 95%.

Os ramos de atividades com maior porcentagem de desempregados é o setor de Construção, representando 25% dos desempregados entrevistados em 2005 e apenas 9% em 2006. A seguir, surgem a Agricultura e pescas, o Comércio, a Indústria Transformadora e Eletricidade e, ainda, Famílias com empregados com percentagens significativas de desemprego entre os entrevistados.

Em 2006, ano em que houve uma redução importante do desemprego, há reduções em determinadas atividades (tal como na Construção), mas em contrapartida setores que em 2005 empregavam muitos dos entrevistados, agora as mesmas percentagens estão reduzidas.

Observando a relação população ativa - nível de instrução, para o mesmo período, entre as classes dos empregados e desempregados, observa-se, diferentemente do período de 2002 analisado anteriormente, que entre os dois sexos diminui a discrepância quando se trata do nível de instrução, como podemos observar na tabela abaixo:

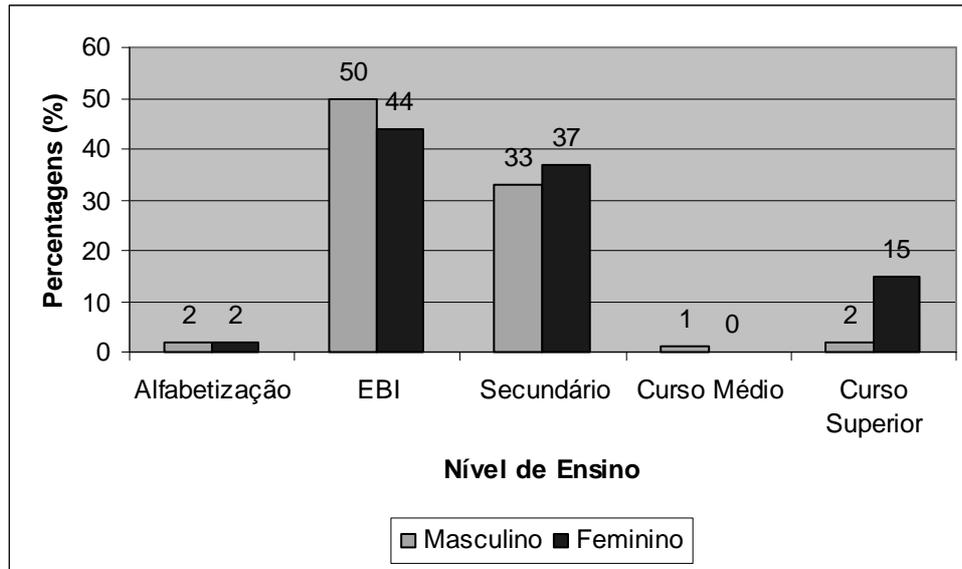
Figura 11: Nível de Instrução da População Ativa Empregada, 2005, (%)



Fonte: INE (2007), IE (2006), elaboração própria.

Em 2005, 49% dos empregados completaram o ensino básico integrado, somente 3% eram alfabetizados, 24% completaram o ensino secundário, 2% tinham curso médio e 4% o curso superior. Dos desempregados, 2% eram alfabetizados, 47% tinham o ensino básico integrado, 35% o ensino secundário, 37% o ensino secundário e 2% o ensino superior, como mostra o gráfico a seguir.

Figura 12: Nível de Instrução da População Ativa Desempregada, 2005 (%)

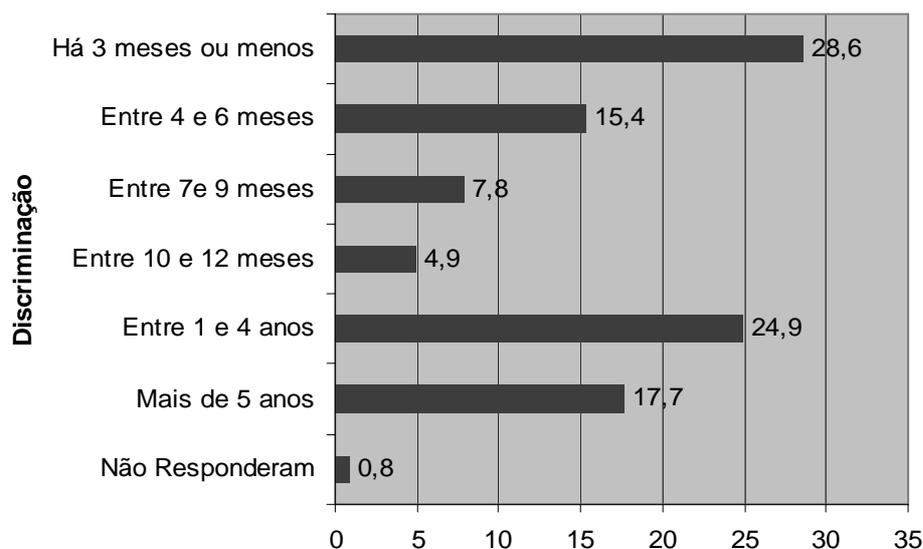


Fonte: IE (2005), elaboração própria.

Em relação a 2006 essas mesmas taxas não se comportaram com significativas variações. As taxas de ativos empregados, as porcentagens mantiveram-se constantes para os alfabetizados e para os que possuíam o ensino médio e curso superior, sendo que o destaque coube aos possuidores do ensino básico integrado, com 61%, uma variação de 12% em relação à 2005. Para os desempregados alfabetizados a taxa aumentou 2% em relação à 2005, enquanto que para os que completaram o ensino básico integrado isso significou 5% a mais. Os desempregados com ensino secundário são maiores em 6%, e os desempregados em termos percentuais com curso superior são maiores do que os desempregados com curso médio.

Quanto à durabilidade no desemprego, o Inquérito ao Desemprego questionou os entrevistados sobre o período de duração em seu desemprego cujo gráfico abaixo resume o resultado das respostas.

Figura 13: Cabo Verde, Tempo de Desemprego, 2005 (%)



Fonte: IE (2005).

Dos entrevistados, 28,6% se encontravam desempregados há três meses ou menos, enquanto que 24,9% se encontravam desempregados há um e quatro anos e 17,7% estavam desempregados há mais de cinco anos (período de maior duração no desemprego). Os demais, aproximadamente, 28,1% estavam desempregados entre quatro a doze meses. Isso aponta para uma situação de desemprego crônico.

Conclui-se que o desemprego em Cabo Verde detém um caráter de temporalidade curta, abrangendo na sua maioria a população com idade compreendida entre 15 e 24 anos.

Com maiores dificuldades estão os trabalhadores que se encontram nas atividades agrícolas e na administração pública, que apresentaram maior taxa de desemprego durante os períodos analisados.

Em conjunto os quatro períodos, os resultados apontam para melhorias nas taxas de desemprego (ver Quadro 9).

Quadro 9: Relação entre a PEA nos anos de 2000, 2002, 2005 e 2006

POPULAÇÃO	2000	2002	2005	2006
População Total	431.989	470.687	478.163	487.121
PEA Total	174.664	166.381	180.893	183.254
PEA Empregada	144.310	130.207	136.728	149.680
PEA Desempregada	30.334	36.174	44.165	33.574

Fonte: INE (2006), IE (2006), elaboração própria.

As variações na PEA, nos períodos analisados acompanham o crescimento populacional. Até os anos 1990 o setor público administrativo empregava a maioria da população demandava por emprego, enquanto que os anos 2000 o setor privado - tanto o relacionado ao capital nacional como ao externo - assumiu um caráter mais empregador, embora também tenham contribuído para a ampliação do mercado informal de trabalho. Neste mesmo período, as taxas de desemprego diminuíram, resultado do aumento dos investimentos em infra-estruturas de utilidade pública, como novos portos e ampliação dos aeroportos.

O ano de 2002, a taxa dos desempregados aumentou significativamente, bem como em 2005, contudo em 2006, essa taxa diminuiu sensivelmente.

O ritmo com que a taxa de desemprego desacelerou, passando de 24,4% em 2005 para 18,3% em 2006. Isso reflete a enorme campanha contra o desemprego desencadeado no país, podendo ser observado no período compreendido entre 2005 e 2006, segundo o Inquérito ao Desemprego, uma variação de 10.590 desempregados a menos.

O mercado de trabalho²⁸ cabo-verdiano evidencia altas taxas de desemprego, condicionadas, principalmente, pela incipiente estrutura produtiva do país, que é muito fraca e pouco desenvolvida. Além disso, pode-se apontar a fragilidade do tecido empresarial nacional, que é constituído essencialmente por pequenas e micro-empresas (das 7000

²⁸ Mercado de Trabalho é a praça real ou ideal de conforto entre a procura e a oferta de trabalho.

empresas recenseadas em 1998, cerca de 95% empregavam menos de 5 pessoas, segundo o INE).

O diagnóstico do desemprego nesse panorama aponta uma situação de desemprego estrutural, resultante de desajustamentos entre a oferta e a procura de mão de obra: há insuficiente procura por mão-de-obra em relação à dinâmica da oferta de alguns fatores produtivos.

As taxas de desemprego atingem principalmente as faixas etárias mais jovens, aqueles que procuram o primeiro emprego ou em situação débil de contratação. Contudo as canalizações de investimentos para a formação e capacitação de jovens nos programas sociais em Cabo Verde (juntamente com o aumento dos investimentos nos setores de serviços, e a ampliação de micro crédito, oferecendo assim condições de trabalho á população) é um dos fatores que contribuem para essa estatística de redução de desemprego, pois o nível de instrução tem aumento do entre as faixas etárias mais jovens.

No entanto, por essa perspectiva pode-se considerar o desemprego jovem significativamente como friccional²⁹ ou normal, na medida em que o empregador não tem conhecimento suficiente acerca das qualificações e instruções educacionais dos jovens que procuram o primeiro emprego ou mudança para um emprego mais satisfatório. Consequentemente há um desajuste entre a procura e a oferta no mercado de trabalho. Por outro lado, o desemprego caboverdiano não é imune aos problemas das assimetrias regionais, características de um estado insular, pequeno como Cabo Verde. A atividade econômica é muita aquecida nos principais centros urbanos, na capital, Praia, em S. Vicente e Sal, onde se concentram a maioria das infra-estruturas produtivas e de serviços, enquanto que as demais regiões, essencialmente as rurais, dependem das chuvas e do comércio local, sendo que muitos se mantêm e são auxiliados pelas remessas dos familiares emigrados.

Resume-se que o desemprego durante os períodos oscilou, mas no final (em 2000) apresentou uma queda significativa, assim como o emprego apresentou sua melhor performance. Vale enfatizar que o êxodo rural e a emigração ainda se apresentam como soluções de sobrevivência para a mão-de-obra à procura de emprego.

A resolução da problemática do desemprego, que constitui um dos maiores desafios da economia caboverdiana, pode ser em parte solucionada pela dinamização da produção

²⁹ *Desemprego friccional* ocorre por desajustes ou falta de mobilidade entre a oferta e a demanda. Os empregadores desconhecem a disponibilidade como as qualificações da mão de obra disponível e os desempregados desconhecem as vagas que são oferecidas pelos empregadores.

nacional, acoplada à valorização e qualificação do capital humano, como sinalizaram os dados até então mostrados.

Conclui-se que cada vez mais a redução do desemprego é apontada como um fator primordial para a redução da pobreza. Ambos estão ligados diretamente ao nível de educação e instrução da população, ou seja, há uma correlação positiva entre o a) desemprego e nível de instrução e b) educação da população com o desemprego e a pobreza, na medida em que o nível de instrução se torna maior se reduz o desemprego - consequentemente a pobreza também sofre redução. Esta interdependência mostra que a qualidade de crescimento está atrelada à interdependência desses fatores e ainda de outros abordados posteriormente, assim Cabo Verde está caminhando com passos certos.

A população jovem que vem se beneficiando das melhorias na educação, formação e capacitação se mostra mais propensa e preparada para encarar o mercado de trabalho e aproveitar as oportunidades oferecidas pela ampliação dos postos de emprego e logo auxiliando na diminuição das porcentagens de pessoas nas linhas de pobreza.

5.2 Características do Desenvolvimento Econômico

Nesta seção enfoca-se a evolução de um dos mais importantes indicadores do crescimento econômico, o PIB.

Para qualquer análise econômica torna-se essencial o estudo desse indicador, pois ele é o resultado do valor agregado de todos os bens e serviços finais produzidos dentro do território nacional dos proprietários das mesmas unidades produtoras, segundo Sandroni (2002). Ele é capaz de mostrar como se comportam os setores e colaboram para o crescimento da economia.

5.2.1 Produto Interno Bruto - PIB

Esta subseção aborda a evolução do PIB e o comportamento dos setores de produção que o constituem para que possamos estabelecer um panorama da economia caboverdiana no período que se estende entre anos de 1993 e 2005.

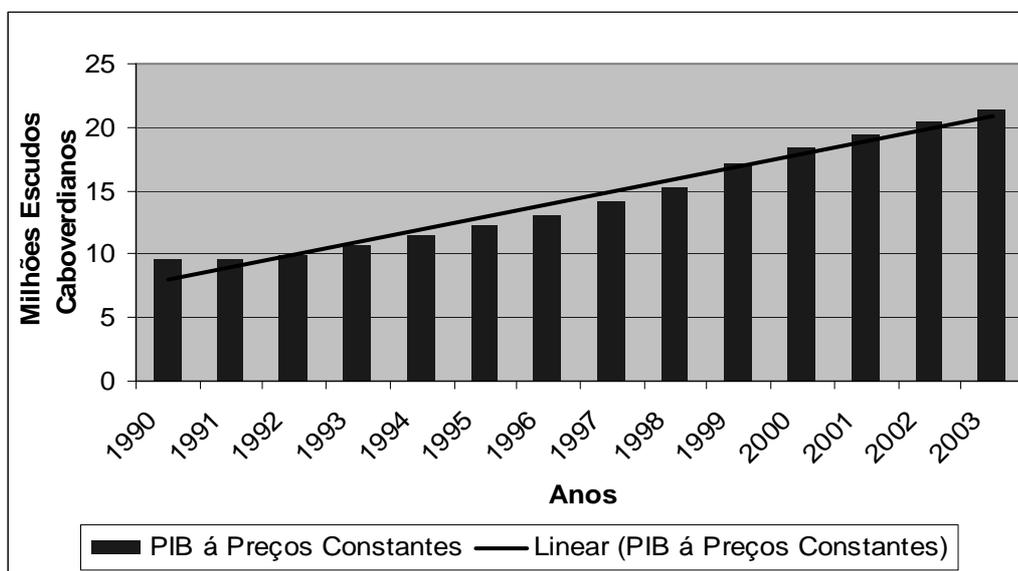
Vale enfatizar que são inúmeras as dificuldades enfrentadas pelos caboverdianos, tais como a dispersão territorial, a pequenez do mercado interno juntamente com a escassez de recursos naturais e matérias primas (derivado a da semi-aridez do clima), os quais

desestimulam o desenvolvimento de determinadas atividades como a agricultura e as atividades industriais de relevo - assim, se pressupõe que sua contribuição ao PIB não é muito intensa, embora sua melhora seja importante.

Cabo Verde é um país essencialmente importador, pois sua base produtiva é fraca e pouco desenvolvida. As indústrias mais representativas no país são as de calçados, bebidas e produtos marinhos, sendo o setor de maior relevância os serviços e comércio, principalmente o turismo.

Para compreender melhor a evolução do crescimento do país e posteriormente analisar suas contribuições qualitativas ao desenvolvimento do mesmo, a Figura 14 mostra a evolução do PIB de Cabo Verde em milhões de ECV³⁰ entre 1993 e 2005.

Figura 14: PIB a Preços Constantes de 1990- 2003 (em milhões de ECV)



Fonte: BCV (2004). Contas Nacionais, elaboração própria.

Valores deflacionados pelo deflator implícito do PIB com ano base em 1990. (INE).

É perceptível a evolução positiva do PIB ao longo do período analisado, de forma contínua e crescente e com certa regularidade, durante o período analisado, oferecendo à economia caboverdiana um conjunto de conseqüências qualitativas resultantes desse crescimento.

Após adotar o regime político multipartidário e ter aderido ao regime democrático em 1991, a economia caboverdiana adotou um novo modelo, passando a apostar na abertura da

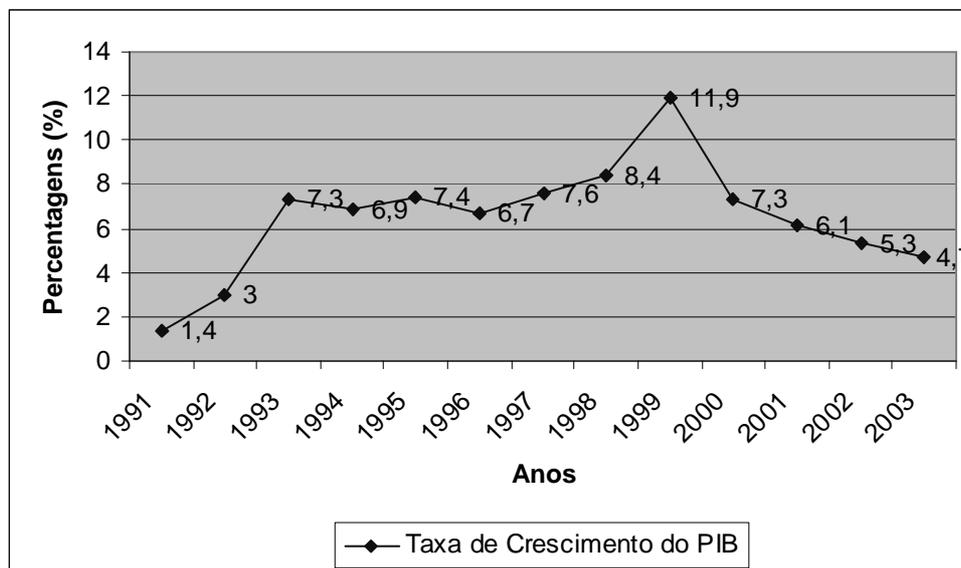
³⁰ ECV é a moeda de Cabo Verde, representa escudos caboverdianos, tendo em conta o acordo de Cooperação Cambial celebrado entre Portugal e Cabo Verde em março de 1998 que garante a paridade do Escudo Caboverdiano com a Euro, segundo o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

sua economia ao exterior, na adoção de uma estratégia baseada na livre empresa e no desenvolvimento do mercado, canalizando seus esforços para desenvolver um programa voltado ao incentivo de exportações e ao setor privado, abrindo o país ao investimento externo. Embora houve crescimento reduzido da economia anteriormente, ela estava baseada no desenvolvimento de atividades destinadas ao mercado externo, que não necessariamente melhoram as condições de vida da população.

O crescimento no período se mostrou lento e a inexperiência do partido no poder acabou não sabendo direcionar de forma mais produtiva os recursos e seus esforços acabaram resultando num desequilíbrio das contas internas do país.

Após a elaboração dos Planos nacionais de Desenvolvimento, a economia cresceu a um ritmo mais acelerado. Os resultados da adoção desse novo modelo podem ser constatados no gráfico, onde há um crescimento da economia de forma significativa, que não era observado nos períodos anteriores quando a economia era sustentada principalmente pelas remessas de emigrantes.

Figura 15: Taxa de Crescimento (%) do PIB 1991-2003



Fonte: INE (2003). Contas Nacionais, elaboração própria.

Após ter estagnado à taxa de 1,4% em 1991, a produção nacional, medida pelo PIB, cresceu em média, em termos reais, cerca de 4% a.a entre 1992 e 1995 e 5,5% em 2004, segundo o Ministério das Finanças. Este crescimento deveu-se sobretudo ao elevado e crescente nível das despesas públicas nos setores dos transportes e comunicações, infra-

estruturas, energia e construção. No entanto, ainda se trata de um crescimento frágil e fortemente condicionado pela ajuda internacional e pelas transferências dos emigrantes.

As estatísticas indicam que somente para 1997 a Cooperação Internacional tenha apoiado Cabo Verde com um volume de cerca de US\$ 103,562 milhões de dólares. Desse total, os donativos atingiram US\$ 87,139 milhões de dólares ou 84,24% de total de ajuda externa e os empréstimos 16,322 milhões ou 15,76%, o que evidencia um valor elevado em ajuda externa.

O PIB real, em 1997, iniciou uma tendência crescente passando de 7,6% para 8,4 % em 1998. A aceleração do peso dos serviços, principalmente dos turísticos, foi muito importante para todo o período em que se analisou o PIB. A economia é dominada pelo setor terciário, seguido do setor secundário.

As doações externas atingiram entre 2000 e 2002 US\$ 87,8 milhões de dólares e em 2003 e 2004, respectivamente 4.400 e 4.882 bilhões de escudos, segundo o Ministério das Finanças.

A partir de 1999 o crescimento do PIB assumiu um caráter mais dinâmico, atinge um crescimento de 11,9% a.a, o que pode ser explicado, em certa medida, pela ampliação do micro-crédito nessa década, que favoreceu muito o setor terciário e contribuiu ainda mais para o crescimento econômico do país. Contudo, em 2000 voltou a crescer 7,3% a.a. Deste período em diante a economia iniciou uma leve desaceleração, mas com um seu ritmo de crescimento satisfatório, crescendo 6,1% a.a em 2001, 5,3% a.a em 2002 e 4,3% a.a em 2003, contribuindo principalmente para a redução do desemprego.

Essa desaceleração no ritmo de crescimento da economia em relação às suas próprias taxas reais se deve ao registro de queda na produção agrícola, da ordem de 23,7%, em termos nominais em 2004, tanto em nível de produção de sequeiro, particularmente da produção de milho, uma redução estimada em 66,7% em relação á 2003, como na produção de regadio. Contudo de 2001 a 2004 o investimento realizado no país totalizou 21 milhões de contos, atingindo cerca de 32% do PIB em 2004. Em particular destacaram-se os investimentos realizados no setor do turismo e da indústria, principalmente a de calçados e bebidas: somente no setor do turismo foram investidos 8 milhões de escudos caboverdianos, resultando numa contribuição de 12% do PIB em 2004, e 3 milhões de contos no setor da indústria.

Segundo informações disponibilizadas pelo Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas, as condições agro-climáticas pouco favoráveis, caracterizadas por precipitações superficiais e temporárias, explicam a redução da produção agrícola em 2004. A produção no setor das pescas, igualmente registrou uma diminuição em termos nominais, de cerca de 4,6%.

De forma geral a economia cabo-verdiana em termos reais cresceu a um ritmo acelerado principalmente a partir de 1995, devido à solidificação da política de liberalização da economia, havendo uma leve desaceleração a partir de 2000 como resultado de questões climáticas que afetaram o setor primário, nomeadamente a agricultura.

Segundo o Fundo Monetário Internacional, a economia cabo-verdiana cresce acima da média para o continente africano e, particularmente à África Subsahariana³¹, embora o continente tenha registrado taxas de crescimento bastante satisfatórias na ordem dos 4,6% em 2004 contra 3,7% em 2003.

Tendo em conta as análises elaboradas pelo FMI sobre a economia africana bem como a redução dos desequilíbrios macroeconômicos, a contínua redução dos encargos com a dívida externa em resultado da implementação da iniciativa *Heavily Indebted Poor Countries*³², a relativa estabilidade política, a recuperação da produção agrícola após a seca prolongada e, principalmente, a cotação em alta dos preços do petróleo e das matérias-primas, a evolução das economias produtoras e exportadoras de petróleo, entre outras, países como Nigéria, Angola, Chade, contribuíram significativamente para o crescimento da atividade econômica africana em 2004. Explica o desempenho da economia africana no período, que consequentemente beneficiaram o crescimento da economia cabo-verdiana.

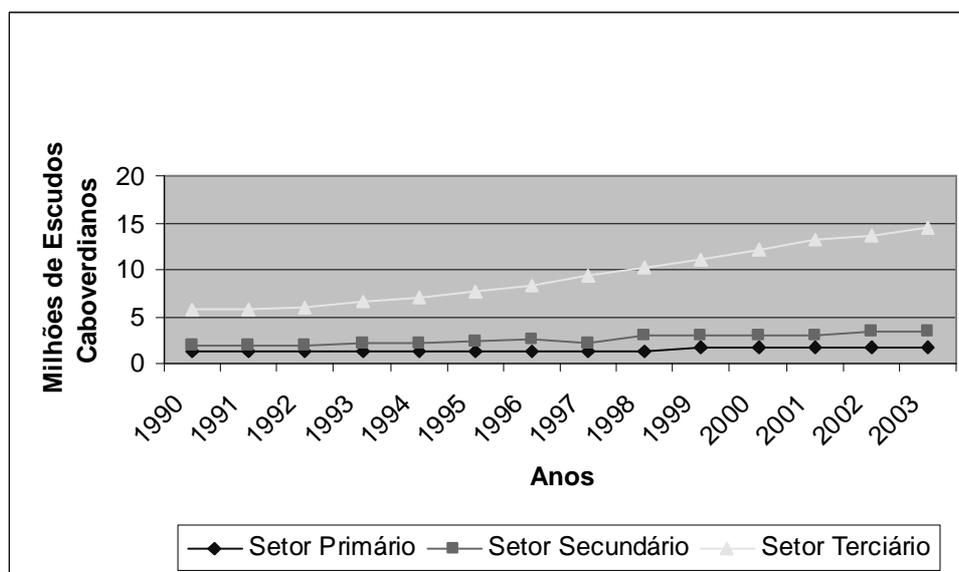
5.2.2 Produto Interno Bruto por Setores Econômicos

Determinados setores da economia, incentivados pelo governo ao longo do período analisado, se desenvolvem formando uma base sólida e com grande representatividade no crescimento e desenvolvimento do país, tal é o caso do setor de serviços. A Figura 16 oferece um panorama da evolução da participação dos setores de atividades da economia no PIB do país no período de 1991 até 2003.

³¹ África Subsahariana (ASS), é formada por 46 países africanos, incluindo Cabo Verde, pertencentes à parte sul do continente africano.

³² A iniciativa *Heavily Indebted Poor Countries* ou a HIPC é um esquema desenvolvido conjuntamente pelo FMI e Banco Mundial para fazer face ao problema da dívida externa dos países pobres fortemente endividados.

Figura 16: Participação dos Setores Econômicos no PIB á Preços Constantes 1990-2003
(em milhões de escudos caboverdianos)



Fonte: BCV (2003). Contas Nacionais, elaboração própria.

* Valores deflacionados pelo deflator implícito do PIB com base no ano 1992.

Observa-se que o setor primário tem um desempenho frustrante até 1999, devido ao fraco crescimento agrícola e à escassez e irregularidade das precipitações, levando o país a aumentar mais suas importações em detrimento das exportações. A partir desse período, o setor se expandiu lentamente, mas se mantendo-se praticamente constante até o final do período analisado.

No início do período analisado, esse setor representava 14,5% do PIB de 1990, iniciando uma tendência decrescente, quanto a sua participação no PIB, para 13,5% em 1991, 12,3% em 1992, 12,4% em 1993 até chegar aos 9,7% em 2000, sua pior performance.

O setor agrário está exposto a uma grande vulnerabilidade, tendo em conta as condições climáticas, pragas, escassez dos recursos naturais água e solo (aproximadamente 10% do solo de Cabo Verde é arável, tendo como plantações mais importante são a cana de açúcar, feijão, milho e a banana). Ainda neste setor, as ilhas de Santo Antão, Santiago e Fogo são as mais representativas, principalmente por possuírem a maior parte das áreas aráveis de Cabo Verde.

A agropecuária não se desenvolve de forma satisfatória, pois a base desse setor continua sendo a subsistência, com pequenos assentamentos familiares pouco organizados, uma base rural arcaica.

Neste setor, as atividades que mais prosperaram foram a agricultura irrigada, a extração da pozolana, as extrações salinas, a pecuária para consumo no mercado interno (nomeadamente de suínos, caprinos e bovinos, sendo que esta última representa cerca de 25% dos rendimentos da população rural).

O ramo mais representativo para o país é o tradicional ramo da pesca. Fazendo parte da dieta da vida da população representa um dos principais produtos de exportação para o país.

O setor secundário, composto pelas indústrias, quase que se mantém estagnado, tendo se expandido lentamente a partir de 1996, período este caracterizado pela entrada de investimentos externos no país, destacando-se filiais de empresas de calçados e têxteis portuguesas. No início do período analisado sua participação na composição do PIB era de 19,5%, tendo passado para 20,2% em 1996, atingindo seu melhor desempenho, e acabando por iniciar uma descida suave para 16,2% em 2000.

Na década de 1990 surgiram atividades industriais muito importantes para esse setor, até então inéditas no país, tais como reparação e montagem naval, novas atividades agro-alimentares, indústrias de tratamento e engarrafamento de águas naturais.

A indústria caboverdiana caracteriza-se por um número restrito de unidades industriais, essencialmente de pequenas e médias dimensões. Estas empresas fazem parte dos subsectores das indústrias alimentares, de bebidas e tabaco, têxteis nomeadamente as confecções, química como, tintas e vernizes, sabões, detergentes, farmacêutica, de calçado, construção civil e de fabricação de componentes eletrônicos, entre outras.

O setor terciário, composto pelos serviços turísticos e pelo comércio, é o setor que mais oferece potencialidades de desenvolvimento, conseqüentemente o país tratou de incentivá-la. O resultado pode ser constatado no gráfico. Seu desenvolvimento é indiscutível, sendo o que mais auxiliou o crescimento e desenvolvimento do país ao longo do período e, como foi mostrado na seção anterior, a diminuição do desemprego, assumindo um caráter de amparo à população jovem recém-formada que vê neste setor a oportunidade de emprego e início de carreira.

Crescendo rapidamente, em 1990 representava 60,6% do PIB e atingiu 66,3% em 1997. Contudo, decresceu levemente em 2000, para 65,8% do PIB, mantendo-se ainda a mais representativa na composição do PIB.

O que mais contribui para a ótima performance do setor terciário são o turismo e os demais serviços que compõem esse ramo.

O comércio decresceu muito principalmente entre 1998 e 2000, tendo representado 16,21% e 15,55% do PIB respectivamente. Neste setor convivem os serviços governamentais, os comerciantes, retalhistas, grossistas, importadores etc.

Os serviços têm oferecido importante contribuição ao crescimento qualitativo de Cabo Verde, ajudando a reduzir o desemprego (e conseqüentemente auxiliando a redução da pobreza), contribuindo para a melhoria das principais infra-estruturas, incentivando os jovens a se qualificarem (a se especializarem para fazer frente à este setor que cresce a cada dia) e fornecendo, enfim, muitas perspectivas positivas aos caboverdianos. Esse caráter promissor do setor de serviços é dado principalmente pelo desenvolvimento das potencialidades turísticas do país.

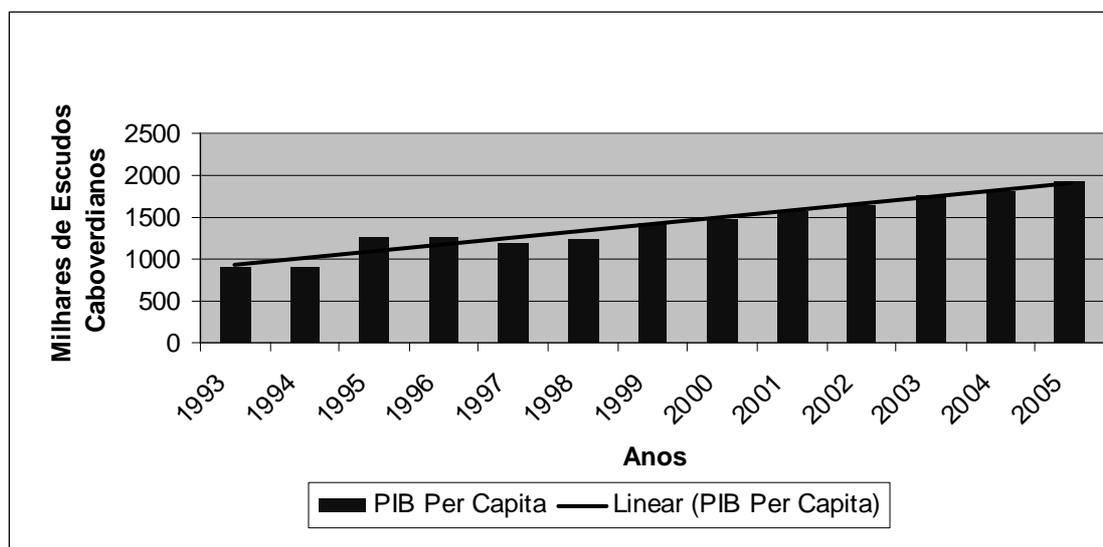
Vale enfatizar a importância do montante de remessas enviadas por emigrantes para o país, as quais contribuem e sempre contribuíram para o crescimento do país, assumindo um peso significativo na balança de transferências correntes. Cabo Verde é um país com um caráter tradicionalmente migratório e foi sustentado durante os anos pós-independência pelas remessas dos emigrantes.

5.2.3 Produto Interno Bruto *per capita*

O produto interno bruto *per capita* representa o PIB dividido pela população total, e ajuda a avaliar a renda numa nação. No período analisado, o PIB *per capita*, apresentou tendência crescente, embora tenha oscilado 1993 e 1998. No início o PIB *per capita* resumia-se em 895 ECV\$, aumentando 2,12% no ano seguinte, porém, posteriormente, cresceu negativamente à taxa de 4,7% em 1997.

A partir de 2000, o crescimento se deu de forma mais estável e equilibrada, substituindo a instabilidade anterior.

Figura 17: Evolução do PIB *per capita*, em milhares de ECV de Cabo Verde 1993-2005



Fonte: INE (2006), elaboração própria.

Valores deflacionados pelo deflator implícito com base no ano 1992.

Focando-se o crescimento populacional e o PIB *per capita* na década de 90 para 2000, temos que o primeiro foi de 17%, enquanto que o crescimento da renda *per capita* cerca de 66%. Este valor superou e muito as taxas de crescimento da população, totalizando um crescimento maior do que o triplo do crescimento da população caboverdiana. Nos anos seguintes, o crescimento do PIB *per capita* apresentou sua melhor performance, embora as taxas de crescimento populacionais tenham aumentado mais em relação às taxas anteriores.

5.3 Perfil do Desenvolvimento Social

Nesta seção pretende-se destacar os indicadores qualitativos do processo de desenvolvimento de Cabo Verde, os quais são analisados conjuntamente com os aspectos anteriormente enfatizados (tais como população e economia), constituindo a base para se compreender o desenvolvimento sócio econômico do país e consequentemente analisar algumas de suas qualidades.

5.3.1 Distribuição de Renda

Esta subseção enfoca o Índice de Gini para conhecer o grau de concentração na distribuição de renda.

O Índice de Gini é extremamente importante quando se trata de elaborar uma análise sócioeconômica de qualquer país. É uma medida muito utilizada para medir a desigualdade da renda de qualquer sociedade, variando de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade da renda, e quanto mais próximo de 0, menor a desigualdade.

Cabo Verde detém um Índice de Gini de 0,54, como é observado no gráfico abaixo. Logo, pode-se concluir que não existe uma forte concentração de renda no país, embora entre todas as ilhas sua distribuição justa não seja muito acentuada. A redução da concentração de renda é um importante indicador de progresso, mostrando que o país está num processo de crescimento, pode-se diagnosticar aspectos qualitativos e satisfatórios.

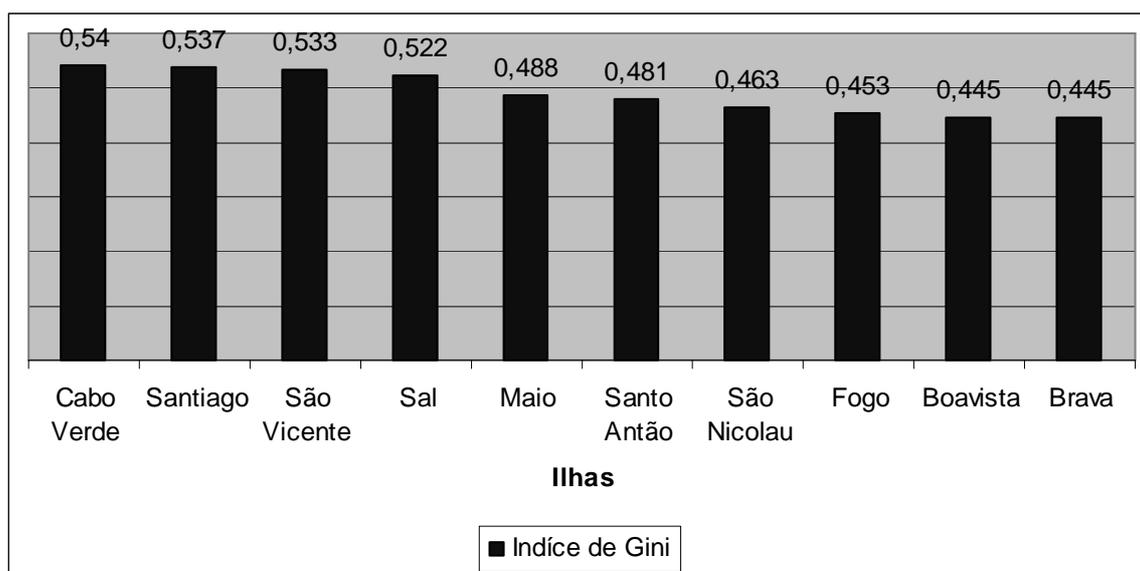
Em relação ao ano de 1989 em que coeficiente era de 0.43, o ano de 2002 apresentou um aumento do coeficiente, atingindo 0.54. Segundo o INE, este “[...] forte agravamento das desigualdades em Cabo Verde onde o índice de Gini passou de 0.43 em 1989 para 0.54 em 2002” é explicado pela:

[...] forte expansão dos rendimentos em atividades como o turismo e outras atividades de serviços [o que] induziu o aumento do desnível na repartição do rendimento. [...] a forte pressão demográfica, combinada com os fenômenos de degradação dos solos na agricultura teve um impacto negativo sobre o rendimento rural por habitante, e deste modo, levou também a um aumento da desigualdade na repartição do rendimento (MFP, 2004a, p.42-43).

A debilidade da distribuição de renda é apresentada como um dos grandes empecilhos para o desenvolvimento e para reduzir a pobreza que assola o continente africano. Cabo Verde não foi diferente no período pós-1975 com a independência, pois a concentração de renda era muito forte, a maioria da população vivia em condições precárias e a pobreza incidia sobre a população de todas as ilhas.

Atualmente, a concentração da renda é mais acentuada nas áreas urbanas, principalmente nas ilhas de São Vicente, Santiago e Sal. Essas, por sua vez, são os receptores do *êxodo rural*, acolhendo pessoas das outras ilhas, o que acaba gerando um aglomerado de pessoas desempregadas e com dificuldades, contribuindo para a pressão demográfica nessas ilhas.

Figura 18: Índice de Gini por Ilhas, 2002



Fonte: IDRF (2002), INE 2002, elaboração própria.

Relativamente à concentração da renda nas ilhas, pode-se observar uma maior desigualdade na distribuição da renda na ilha de Santiago, com um índice correspondente à 0,537, o maior de todos. Segue-se ainda das ilhas de São Vicente, Sal e Maio.

As ilhas de menos concentração da renda são as ilhas de Boavista e Brava, como se observa no gráfico.

A concentração de renda mais acentuada nas áreas rurais explica a maior incidência da pobreza nessas mesmas áreas.

A diminuição da concentração da renda aumenta o poder de compra, refletindo assim, o aumento do nível de bem estar da população, do consumo, de melhorias na saúde das pessoas (tal como uma dieta mais nutritiva) e melhor acesso à educação.

5.3.2 Índice de Desenvolvimento Humano

Esta subseção trata de um dos importantes indicadores que revela a qualidade do crescimento de qualquer país.

Nos anos 1990, pelo Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNUD), desenvolveu-se uma metodologia de mensuração do bem-estar das populações de 177 países. Este indicador, chamado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), é formado pela combinação de indicadores econômicos, educacionais e de longevidade de cada país, passando a ser usado com grande frequência como um modo de mensuração das condições de vida de um povo.

A partir do cálculo do IDH, o PNUD classifica os países dentro de uma tabela envolvendo todos eles. Assim, as nações que somam um IDH maior que 0,800 são classificadas como países de IDH alto, as que ficam entre 0,500 e 0,799, como países de IDH médio e as que ficam abaixo de 0,500, como de IDH baixo.

Em relação ao desempenho de Cabo Verde, esse indicador tem mostrado um satisfatório desempenho, mudando de posição na escala do IDH dos 177 países, de forma compensatória.

Segundo o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento de 2006, no ranking mundial do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Cabo Verde ocupa a terceira posição na África. Num total de 177 países, o documento coloca Cabo Verde no 106º lugar, baixando uma posição em relação aos anos de 2004 e 2005. Apesar desta queda no ranking houve uma melhoria do Índice de 0,721 para 0,722.

A esperança média de vida em Cabo Verde é de 70,7 anos e o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, em termos de paridade de poder de compra, passou de US\$ 5.214 para US\$ 5.727.

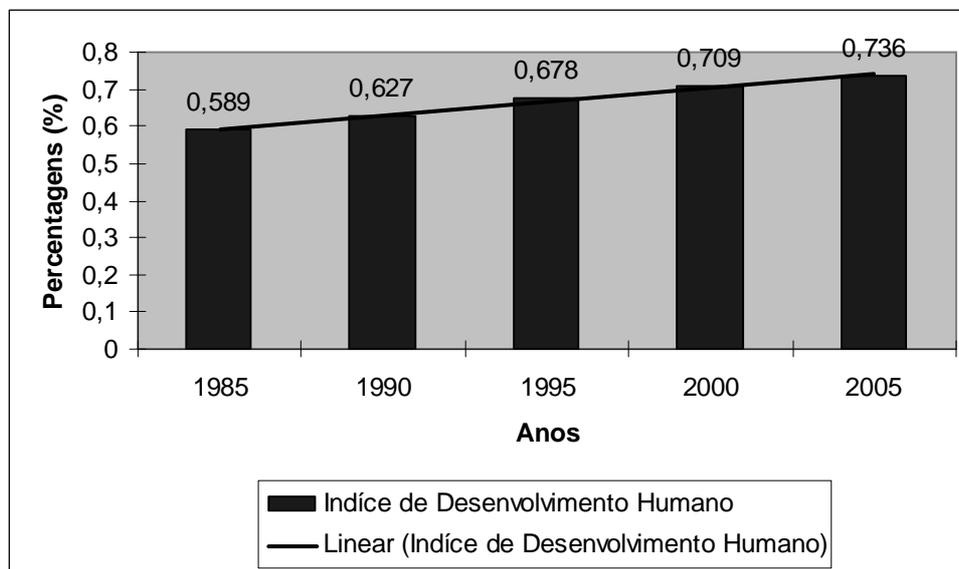
O Índice de Desenvolvimento Humano elaborado pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas vem progredindo ao longo dos anos, sendo divulgado anualmente desde 1990.

Saliente-se que a Noruega, segundo o relatório do PNUD, é o país com o mais alto nível de desenvolvimento humano, sendo que o Níger surge como o último da lista.

A enorme diferença entre os países mais ricos e pobres constitui uma fonte de grande preocupação para o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2006, por isso, apelou à necessidade de garantir que "a tendência crescente da prosperidade aumente as oportunidades para a maioria e não apenas para os poucos privilegiados".

Cabo Verde tem tido um bom desempenho, pois o IDH se mantém no nível médio de desenvolvimento humano. O gráfico abaixo sintetiza o comportamento do país, conforme o indicador do PNUD.

Figura 19: Índice de Desenvolvimento Humano 1985/1990/1995/2000 e 2005 (%)



Fonte: PNUD (2005), elaboração própria.

A evolução do Índice de Desenvolvimento Humano durante o período reflete a dinâmica da economia cabo-verdiana e também o impacto dos investimentos contínuos realizados nos domínios da educação e saúde. A tendência se mantém satisfatória destacando-se como a terceira melhor no ranking dos países africanos.

As melhorias na performance desse índice, para Cabo Verde, tendo em conta as três dimensões abordadas por este indicador, deve-se à ampliação dos programas de alfabetização e melhorias na educação, nomeadamente à criação de universidades nacionais, além da concepção de bolsas e auxílio aos alunos que se formam no exterior (através do aumento dos programas entre países, como os, programas educacionais conjuntamente como o Brasil, Portugal, Espanha, França, Cuba, Rússia), que contribuem para o aumento da qualificação e diversidades de quadros profissionais no país.

Outrossim, as melhorias na saúde, principalmente a ampliação dos programas de vacinação, chegando às massas localizadas distantes dos centros urbanos (nas áreas rurais), seja através da construção dos centros de saúde ou pelos agentes das campanhas de vacinação, além do auxílio e informação dada às mulheres e mães, têm trazido um aumento satisfatório da expectativa de vida.

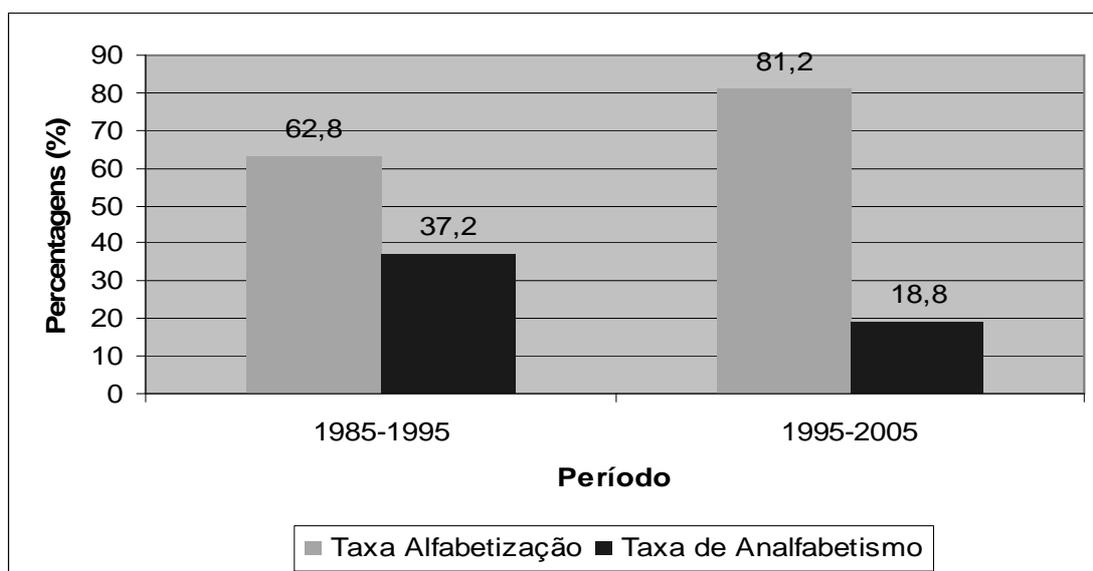
a) Educação

Os níveis de alfabetização de uma população representam, por uma parte, um reflexo do nível alcançado pelo sistema educativo e seu avanço e, por outra parte, um indício do potencial humano que pode dedicar-se ao desenvolvimento econômico, social e cultural do país.

Segundo a UNESCO, um país alcança a alfabetização universal ou quase universal quando mais de 90% da sua população adulta está alfabetizada. Tendo em conta os dados do Censo 2000 a taxa de alfabetismo foi de 75% e de 81,2% em 2005, aumento que pressupõe que os esforços e investimentos feitos pelo governo cabo-verdiano e outras entidades internacionais (incluindo países como Luxemburgo e Holanda) estão sendo utilizados de forma racional e proveitosa para a população (ver Gráfico 20)³³.

O gráfico abaixo mostra as taxas de alfabetismo e analfabetismo da população cabo-verdiana nos anos de 1985/1995 e 2000/2005.

Figura 20: Taxas de Alfabetismo e Analfabetismo da população maior de 15 anos, 1985-1990/ 1995-2005 (%)



Fonte: INE (2007), elaboração própria.

³³ Segundo a UNESCO a taxa de analfabetismo entre os adultos é calculada, especificamente, para a população de 15 anos e mais que não sabe ler e escrever.

Em Cabo Verde, aproximadamente 62.696 pessoas não sabem ler nem escrever. Consta-se que o analfabetismo incide mais sobre as mulheres (33%) do que sobre os homens (17%), embora haja uma maior participação de mulheres nos diferentes cursos de alfabetização que os homens: a relação é praticamente de 2 mulheres para cada homem.

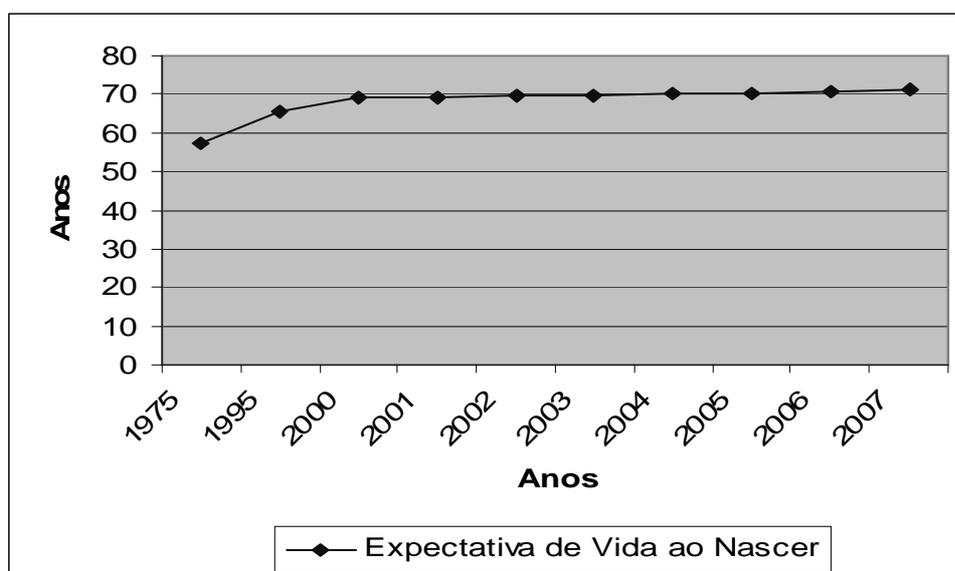
Considerando a população identificada na faixa etária dos 15 aos 24 anos, 95% se encontram alfabetizados, em Cabo Verde.

As taxas de alfabetização estão satisfatórias, mas o objetivo é alcançar a alfabetização universal, ou seja, 90% da população alfabetizada.

b) Longevidade

A expectativa de vida ao nascer nas últimas décadas foi resultado de avanços na medicina e da rede hospitalar nacional, da erradicação de doenças e de uma melhor nutrição da população. Para Cabo Verde não foi diferente, pois o combate e a erradicação das doenças contagiosas típicas dos países africanos (tais como a malária, o sarampo e a poliomielite) com amplos programas de vacinação e a expansão das unidades hospitalares e empreendimento de novos centros de saúde, foram responsáveis pela diminuição da mortalidade infantil e aumento da expectativa de vida dos caboverdianos.

Figura 21: Expectativa de Vida ao Nascer, 1975-2007



Fonte: INE (2007), elaboração própria.

Em 1975, a expectativa de vida ao nascer para os caboverdianos era de 57,5 anos, o que é pouco. Isso se deveu às condições de vida da época, quando brotava uma nação independente e a pobreza abrangia quase toda a população.

O aumento da expectativa de vida foi de aproximadamente 14% em relação ao período anterior, iniciando uma performance cada vez mais ascendente.

A diminuição da desnutrição crônica, que atinge principalmente as crianças (o que é um fator preocupante quando se fala da mortalidade infantil), se mostra cada vez mais com uma variabilidade decrescente, acabando por favorecer a expectativa de vida ao nascer dos caboverdianos.

Em termos de crescimento econômico, o aumento do nível de renda com uma distribuição equilibrada tem correlação positiva com o aumento da expectativa de vida, trazendo melhores condições à população quanto às melhorias de sua dieta alimentícia, mais rica em nutrientes, ao aumento das taxas de escolaridade, e às melhorias na medicina hospitalar.

c) Renda

A distribuição de renda em Cabo Verde segundo o índice de Gini é de 0.54 (dado de 2002), como foi visto na seção anterior, evidenciando que a distribuição da renda está equilibrada, apesar de em algumas ilhas ser mais acentuada que em outras a má distribuição.

Nos maiores centros urbanos, como as ilhas de São Vicente, Sal e Santiago, a renda é mais concentrada e nas demais ilhas, principalmente onde a população rural é grande, a concentração de renda é menor.

5.3.3 Avaliação das Metas do Milênio para Cabo Verde

As Metas de Desenvolvimento do Milênio surgiram num contexto onde predominava a necessidade de se rever e elaborar medidas que norteassem e comprometessem as nações menos desenvolvidas como o desenvolvimento econômico.

Difundida pela Organização das Nações Unidas no dia 8 de Setembro de 2000, a “Declaração do Milênio” foi adotada por 191 países. Ela tratou de consolidar as várias cúpulas organizadas no âmbito internacional nos anos de 1990, que traziam em seu bojo a nova visão de desenvolvimento econômico, abordando a pobreza, a igualdade de direitos entre os sexos, a preservação do meio ambiente, o desenvolvimento dos indicadores sociais, o crescimento com qualidade e, principalmente, a sustentabilidade.

As “Metas do Milênio” são oito, tendo como perspectiva de cumprimento o ano de 2015, que possam melhorar e proporcionar um mundo mais justo para todas:

- Erradicar a pobreza e a fome
- Atingir o ensino básico universal
- Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia da mulher
- Reduzir a mortalidade infantil
- Melhorar a saúde materna
- Combater o HIV e outras doenças contagiosas
- Garantir a sustentabilidade ambiental
- Estabelecer uma Parceria Mundial para o desenvolvimento

Adotadas as “Metas do Milênio”, os países precisam da interdependência e coordenação do corpo institucional nacional e local, bem como das demais organizações internacionais (tais como o Banco Mundial, ONU, FMI), criando e expandindo as políticas e as medidas que auxiliam no cumprimento das metas.

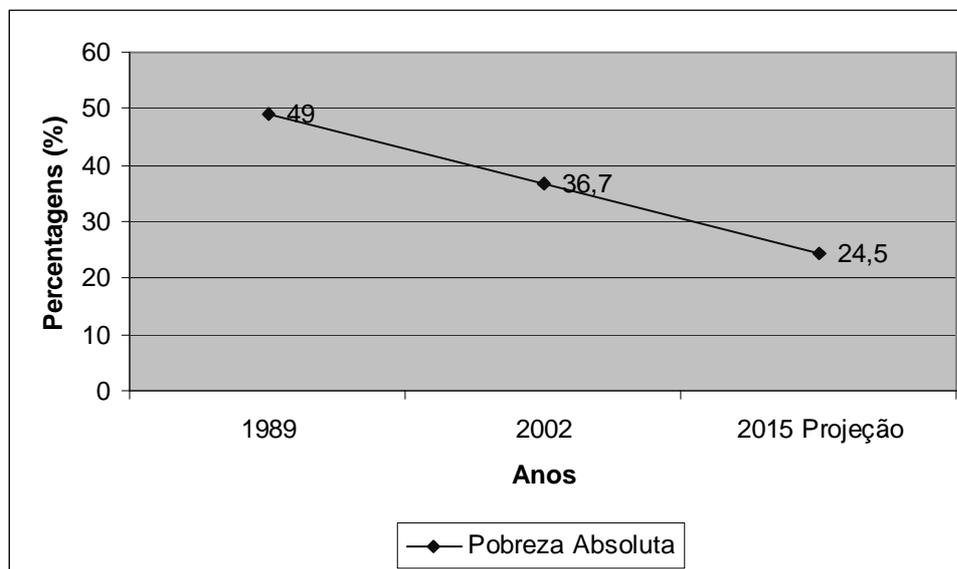
Deste modo, Cabo Verde adotou as metas do milênio como palavra de ordem rumo ao desenvolvimento, criando muitas políticas para conseguir concluir as metas até 2015.

5.5.3.1 Redução da pobreza absoluta e a fome

Uma das importantes metas do milênio para o desenvolvimento elaborado pela ONU é a redução da pobreza e da fome. Entendida como um dos maiores entraves ao desenvolvimento, sua erradicação é primordial principalmente para as nações pobres, tais como para os da África, não sendo diferente para Cabo Verde.

A pobreza absoluta, que se baseia na noção das necessidades básicas, é o alvo das políticas de redução da pobreza e da fome. O gráfico abaixo demonstra a evolução da pobreza absoluta no país com sua respectiva projeção para 2015.

Figura 22: Comportamento da Pobreza Absoluta em Percentagens 1989-2002-2015 (Projeções)



Fonte: ONU (2007), elaboração própria.

Através da leitura do gráfico, constata-se uma redução satisfatória dos níveis de pobreza absoluta no período compreendido entre 1989 e 2002, de 49% para 36,7%. Já nas projeções para 2015, ano de referência para o cumprimento das metas, percebe-se uma redução ainda maior, para 24,5%.

Essa ótima performance se deve às políticas desenvolvidas para tal fim e que ainda estão em andamento cada vez mais comprometidas em reduzir a pobreza pela metade, entre 1990 e 2015 assim como a proporção de pessoas vítimas da insegurança alimentar.

Considerando a segurança alimentar, o país traçou a “Estratégia e Programa de Segurança Alimentar” (ENSA), cujo objetivo principal é reduzir a fome até 2015. Não sendo menos importantes, seus objetivos específicos, segundo o relatório da mesma, são:

Os objetivos específicos constituem o objeto e a base dos programas para atingir a segurança alimentar em Cabo Verde [...] são:

Objetivo específico n.º 1: Garantir a disponibilidade e estabilidade alimentar no abastecimento dos mercados centrais e periféricos

Objetivo específico n.º 2: Promover o desenvolvimento sustentável do sistema agroalimentar nacional (aumento da produção/productividade e diversificação)

Objetivo específico n.º 3: Prosseguir com as políticas e estratégias para a erradicação da pobreza nos meios urbanos e rurais, com particular incidência nas camadas e zonas mais vulneráveis

Objetivo específico n.º 4: Melhorar os dispositivos de prevenção e gestão das crises no quadro do sistema de segurança alimentar

Objetivo específico n.º 5: Reforçar a capacidade institucional dos atores e consolidar os mecanismos e dispositivos de gestão da segurança alimentar

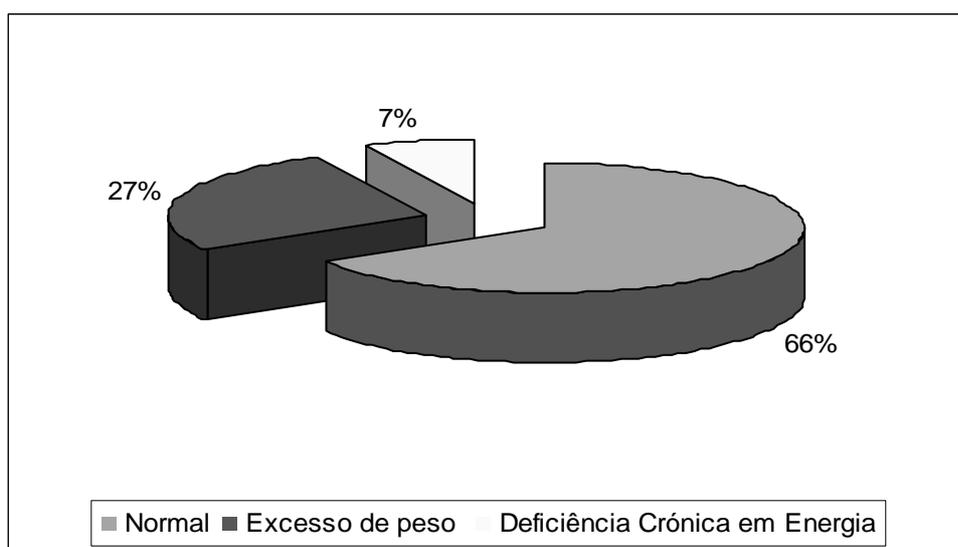
Objetivo específico n.º 6: Promover a segurança sanitária e a qualidade dos alimentos e da água, com vista à proteção da saúde pública e do consumidor (ENSA,2000, p.24).

Segundo os estudos da ONU, para estabelecer os índices de desnutrição toma-se como base o Índice de Massa Corporal (IMC), o qual mede a peso em relação à altura dos adultos com mais de 17 anos.

O INE estabeleceu que um valor de IMC inferior a 18.5 é considerado como um indicador de carência ou deficiência crônica em energia. Já um valor de IMC entre 25 e 30 indica uma situação de excesso de peso e a partir de 30, significa obesidade. Assim, o gráfico abaixo traz o panorama do país, baseado nos estudos realizados pela INE.

A diminuição da pobreza acarreta no aumento dos níveis de bem estar, nomeadamente melhorias na alimentação, podendo proporcionar uma dieta mais saudável à população e consequentemente melhores índices de massa corporal (ver Figura 23 a seguir).

Figura 23: Variação da População com mais de 17 anos segundo o Índice de Massa Corporal no Período 2002-2003



Fonte: PNUD (2004), elaboração própria.

Segundo a INE, aproximadamente $\frac{2}{3}$ da população adulta está na faixa de normalidade do, 22% está acima do peso e 5% é considerada obesa. Além disso, 7% da população adulta sofre com a carência crônica em energia, das quais 8% são mulheres e 5% homens, evidenciando maior incidência de pobreza no sexo feminino.

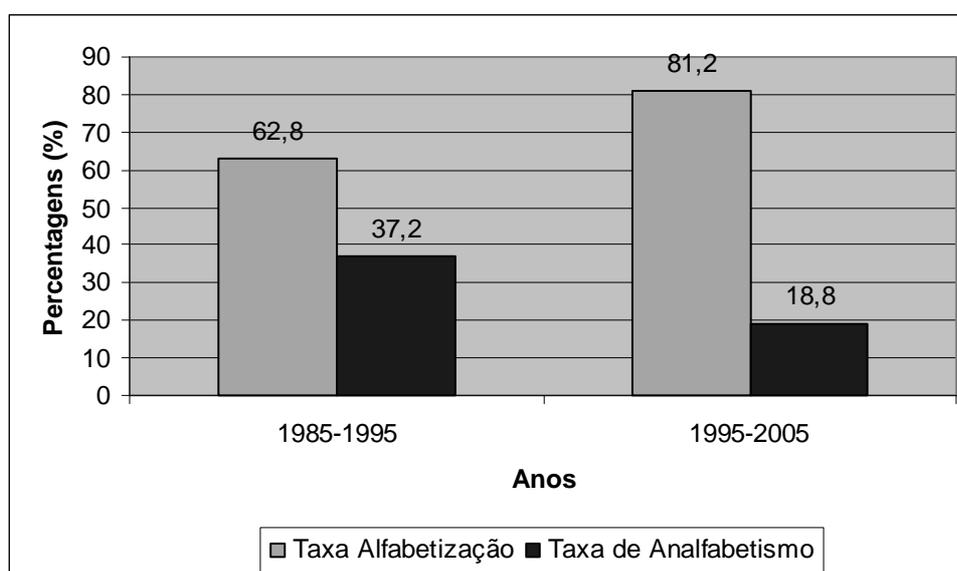
Em suma, a país não apresenta níveis altos de desnutrição, pois a maioria da população revela ter níveis de IMC satisfatórios ou normais. Deve-se se atentar para as pessoas que sofrem carência crônica de energia, pois se mostram nutricionalmente debilitadas. Considera-se que há um equilíbrio na distribuição do índice de massa corporal, apesar de a sociedade caboverdiana não apresentar distúrbios graves em relação à sua nutrição.

5.5.3.2 Atingir o Ensino Básico Universal

A educação é importante para o desenvolvimento de qualquer país, revelando a qualidade, ou não, do crescimento. Segundo o Banco Mundial a educação primária é primordial para o desenvolvimento econômico, de modo que atingir a alfabetização universal e aumentar os níveis de escolaridade qualifica a população.

Em Cabo Verde, 95% da população entre os 15 e 24 anos está devidamente alfabetizada.

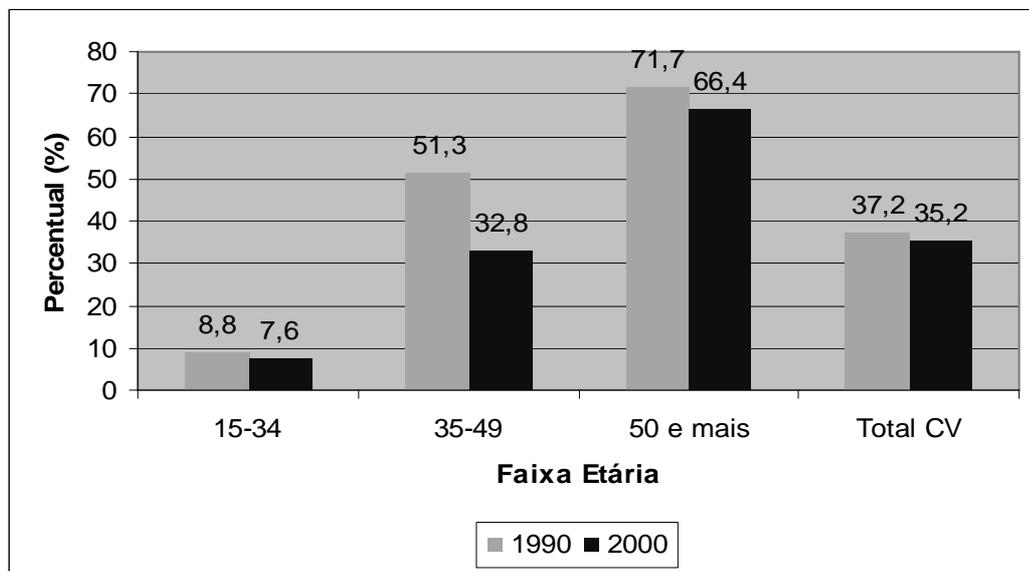
Figura 24: Variação das Taxas de Alfabetismo e Analfabetismo 1985-1995/ 1995-2005, (%)



Fonte: INE (2007), elaboração própria.

Cabo Verde já realizou o objetivo de assegurar a educação primária para todos. Todavia há que melhorar a qualidade do sistema educativo e encorajar os alunos a terminarem o ciclo secundário - ou o ensino profissional - para que possam aceder às reais oportunidades de inserção profissional. A taxa de alfabetização registrou um importante aumento ao longo dos últimos dez anos (ver Figura 25).

Figura 25: Taxas de Analfabetismo por Faixa Etária 1990-2000, (%)



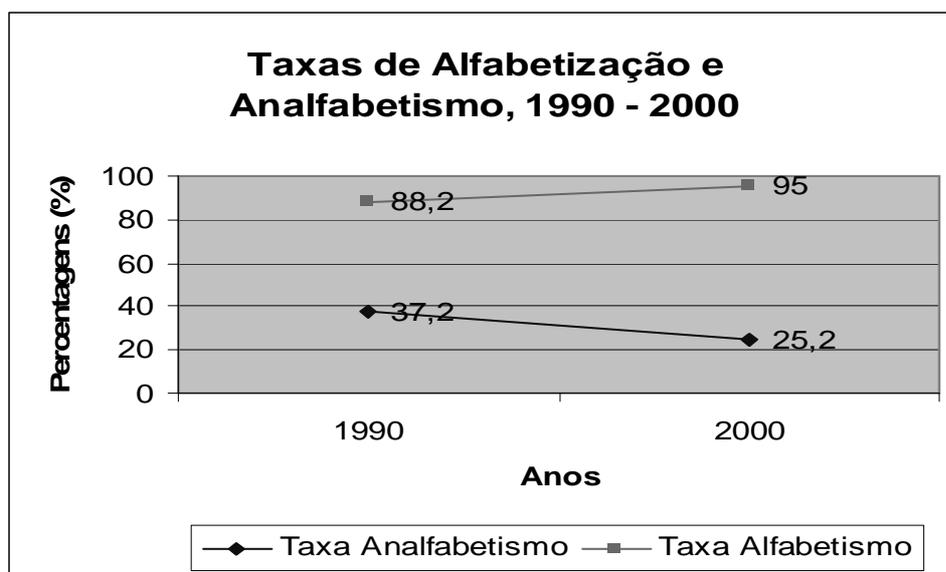
Fonte: INE (2007), elaboração própria.

O esforço tem sido considerável, mas há muito ainda por fazer, sobretudo considerando as disparidades de gênero entre o meio rural e urbano.

5.5.3.3 Promoção da igualdade entre os sexos e a autonomia da mulher

O crescimento econômico, quando qualitativo, dentre as melhorias na educação que ela proporciona, acaba principalmente por diminuir a defasagem existente entre a educação feminina e a educação masculina, criando maiores oportunidades para as mulheres no mercado de trabalho, permitindo tornarem-se competitivas e participativas na sociedade na qual se inserem.

Figura 26: Taxa de Atividade por Sexo (%) 1990 e 2000



Fonte: BM (2007), elaboração própria.

Observando a taxa de atividade por sexo, a variação da defasagem entre os sexos é limitada, com uma diferença muito pouca, de 42,3% para os homens em detrimento de 38,6 para as mulheres. No que concerne ao desemprego, as mulheres são mais afetadas do que os homens por este fenômeno devido à sua baixa qualificação, acabando por serem as maiores vítimas da pobreza.

Marzia Grassi, numa investigação elaborada em 2003, concluiu que a maioria delas são solteiras, com uma média de idade de cerca de 30 anos, e com:

[...] um fraco nível de escolaridade que, como é óbvio, condiciona a sua actividade comercial e limita, sobremaneira, o seu horizonte e visão, transformando-o num grupo caracterizado, fundamentalmente, pelo imediatismo e, de certo modo, pelo lucro fácil [...] (GRAZI, 2003, p.189).

A igualdade entre os gêneros se encontra assegurada pela garantia da educação, com ênfase na educação primária.

As mulheres continuam a registrar progressos na sua autonomia, ainda que permaneçam mais expostas do que os homens ao analfabetismo e desemprego. De um modo geral, são elevados os progressos realizados em matéria de igualdade dos sexos e de

autonomia das mulheres. A condição feminina está institucionalizada, com uma presença das mulheres nas instituições do Estado (Parlamento, Governo) em constante aumento.

Porém, ainda a mulher caboverdiana precisa conquistar maior espaço, o indiscutivelmente já mostra sinais de estar acontecendo, evidenciado pelas altas taxas de mulheres freqüentando instituições superiores de educação, inclusive fora do país, apostando na sua qualificação e autonomia.

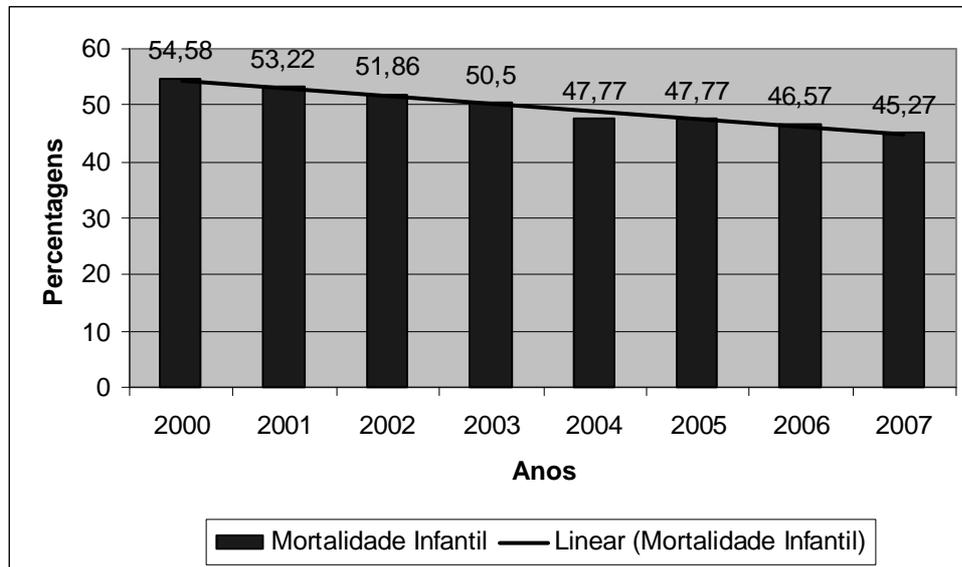
5.5.3.4 Redução da Mortalidade Infantil

A mortalidade infantil está presente e de forma drástica para os países pobres, principalmente na África Subariana. Sua redução implica numa expectativa de vida maior assim como, de certa forma, expressa qualidade de vida.

Em cabo Verde, a tendência é positiva, seja no que se refere à mortalidade das crianças de menos de 5 anos seja na redução da mortalidade infantil em geral. A vulnerabilidade do país exige, uma vigilância permanente, entre outras medidas, a continuação da rotina vacinal e o melhoramento das condições de parto nos hospitais. O objetivo de reduzir em dois terços a mortalidade infantil até 2015 pode ser atingido, desde que sejam reforçadas as políticas passadas que propiciaram os resultados atuais.

A taxa de mortalidade infantil subiu moderadamente até 1994, ano em que começou um movimento de redução, até atingir o valor de 32,1 por 1000 em 1998. A mortalidade pré-natal mostrou importantes melhorias: segundo o Ministério da Saúde, o valor mais baixo registrado no período até então (no ano de 1995) tinha sido de 38,4%, mas entre 1996 e 2000 diminuiu continuamente até atingir 29,2% no ano de 2000.

A taxa de mortalidade entre os menores de 5 anos passou de 43,2%, em 1996, para 28,2%, no ano 2000, embora tenha tido um pico de 55,5% em 1997, ano de epidemia de sarampo. Para os períodos mais recentes, as taxas continuaram decrescendo de forma significativa, como mostra a Figura 27.

Figura 27: Mortalidade Infantil (2000-2007) em Percentagens

Fonte: Ministério Saúde (2007), elaboração própria.

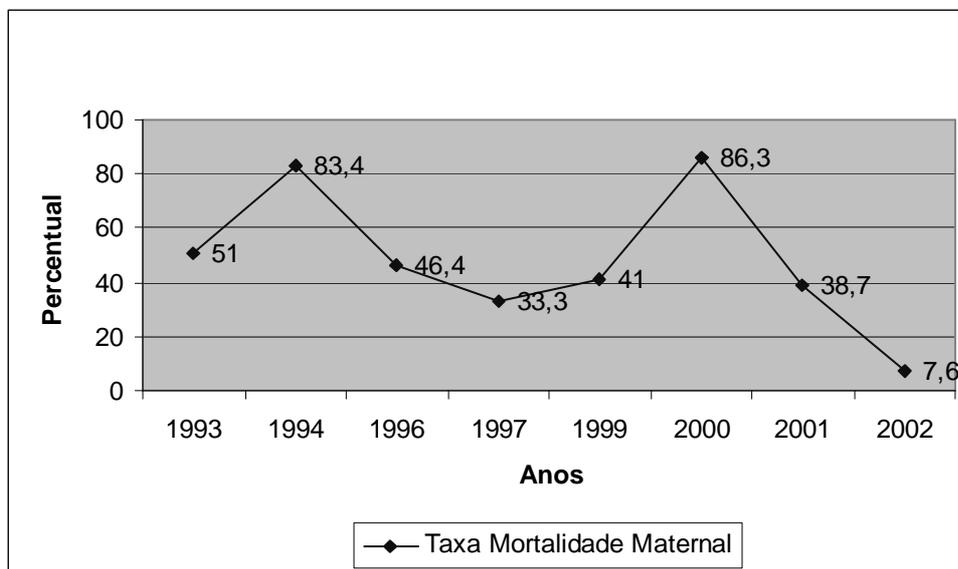
Dentre os fatores responsáveis pela redução das taxas de mortalidade infantil, destacam-se os de origem ambiental (como a melhoria do abastecimento de água e de saneamento básico às populações), e os de origem educacional (como por exemplo, a redução do analfabetismo). Contudo, essas melhorias nos indicadores escondem uma importante vulnerabilidade, ainda presente no país, referente a certas patologias, segundo o Ministério da Saúde.

5.5.3.5 Saúde maternal

A redução das taxas de mortalidade maternal está relacionada às melhorias em muitos outros indicadores, tais como educação das mulheres e assistência médica, principalmente à mulher.

A diminuição da mortalidade maternal e, também, da mortalidade infantil é justificada principalmente pelo aumento de escolaridade das mulheres e do país em geral.

No período analisado, constantemente se observa oscilação, algumas apresentando picos elevados: entre estes, em 1994, a taxa de 83,4 por mil e, em 2000, a taxa de 86,3 por mil, a maior observada no período.

Figura 28: Taxa de Mortalidade Maternal

Fonte: BM (2007), elaboração própria.

Embora este indicador tenha oscilado muito, no final do período decresce significativamente, o que representa uma variação negativa de 85% em relação ao início do período, explicando-se isso pelas melhorias na prestação de serviços à mulher e à criança.

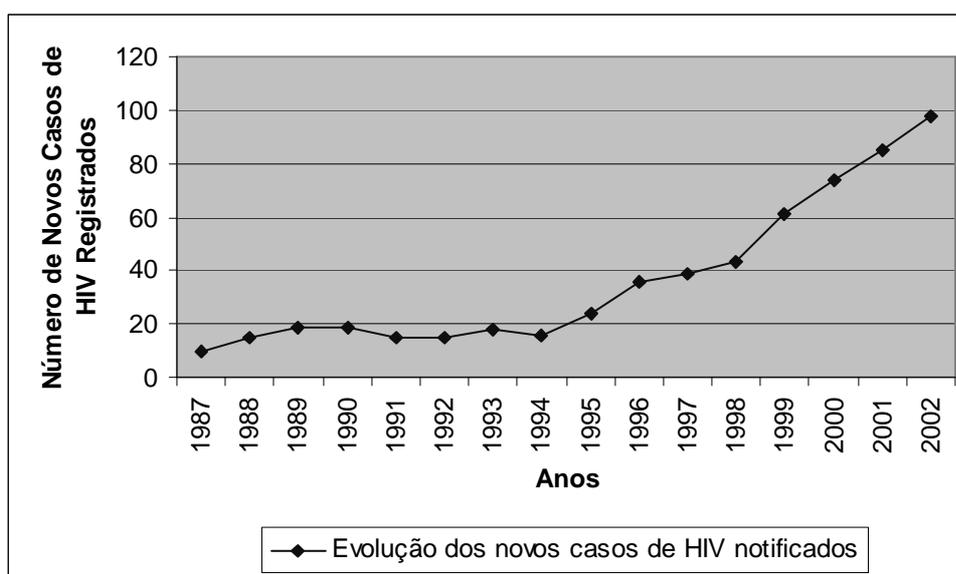
5.5.3.6 Combate às Doenças Contagiosas

Erradicar doenças contagiosas típicas de países pobres é primordial para que a população possa beneficiar do bem estar e conseqüentemente do desenvolvimento. Essa meta do milênio tem como objetivo principal reduzir e acabar com as epidemias de malária, tuberculose, HIV e outras doenças contagiosas. Neste sentido, as políticas principalmente de caráter educativo são muito importantes.

Como prioridade, Cabo verde aposta em campanhas educativas para que a população conheça e saiba se prevenir dessas epidemias.

Conforme a Figura 26, o país tem se confrontado com o aumento de novos casos de pessoas contaminadas com HIV (acompanhando a tendência do continente observada no mesmo período), o que também pode ser explicado por seu aumento populacional.

Figura 29: Evolução dos Novos Casos de HIV Notificados em Números Absolutos, 1987-2002



Fonte: MS (2007), elaboração própria.

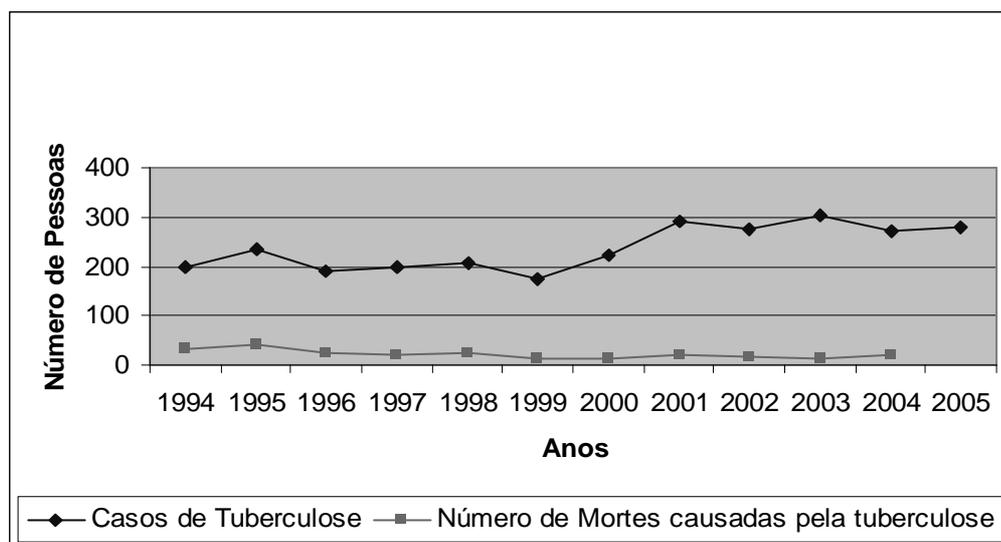
O tratamento dessa doença, longe de não ser importante, é muito custoso para o país, sendo extremamente crucial se investir em campanhas de prevenção, ao invés de focar-se somente no tratamento.

O aumento do número de casos da doença se deu de forma rápida: em 1987 eram somente 10 casos, aumentando para 15 casos no período seguinte. De 1989 a 90 se manteve constante com 19 casos e diminuiu para 15 casos novos em 1991. A partir de 1995 o número de casos aumentou drasticamente, acompanhando o aumento das taxas de crescimento da população.

Em relação à tuberculose, sua evolução teve altos e baixos. A doença já é controlada no país, possuindo-se tratamento garantido através da saúde pública e com resultados satisfatórios. Observa-se a tendência de redução dos números de vítimas da doença. Dos últimos casos registrados, constatou-se que a doença foi importada de outros países que ainda convivem com a epidemia, assim há necessidade de um maior controle de pessoas vindas desses países através do cartão internacional de vacinação, que prevê o controle da doença.

Essa meta está sendo vitoriosamente alcançada graças às campanhas de vacinação, educação e tratamento médico, de modo que hoje a doença já não é considerada uma ameaça para a população.

Figura 30: Evolução dos Casos de Tuberculose e o Número de Pessoas Vitimadas pela Doença



Fonte: MS (2007), elaboração própria.

Cabo Verde, como país que ainda se encontra em processo de transição epidemiológica, ainda enfrenta doenças típicas de países menos desenvolvidos, tais como as infecciosas e parasitárias, e dificuldades originadas por deficiências na infra-estruturação de saneamento básico, situação agravada pelo importante êxodo rural.

Em suma, o país em relação a essa meta, está conseguindo relativo sucesso e, assim, resultados positivos, apesar de o maior problema ser o vírus da HIV, que tem tido uma alta incidência (de 10 casos em 1987 passou-se para 98 casos em 2002).

5.5.3.7 Sustentabilidade Ambiental

Garantir a sustentabilidade ambiental representa garantir qualidade e bem estar a uma sociedade, assim como mantê-la sustentável para as gerações vindouras, para que estas beneficiem e dêem continuidade a um meio ambiente saudável.

Cabo Verde, após a independência em 1975, deu início - com a assistência da cooperação internacional - a um importante programa de plantações florestais, cobrindo a quase totalidade do arquipélago.

Com ampla participação da sociedade, o objetivo principal desta cooperação foi lutar contra a desertificação, restaurar os ecossistemas e melhorar a base produtiva do setor rural através de trabalhos de reflorestação e de conservação de solos e águas. O resultado deste esforço resultou em cerca de 90.000 hectares de área reflorestada com 36.142.133 de plantas fixadas, partindo de um total de cerca de 3.000 hectares, segundo o Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas.

Segundo os dados do BM, as áreas florestais em Cabo Verde aumentaram significativamente entre as décadas de 90 e 00, como mostra o quadro abaixo.

Quadro 10: Proporção de Áreas Florestais (%)

Período	1990	2000
Proporção de Zonas Florestais	8,7	21,7

Fonte: BM (2007)

A reduzida proporção de zonas florestais deve-se ao clima do país, pois essas áreas estão mais concentradas em algumas ilhas. Essa talvez seja um dos entraves para o cumprimento da meta pelo país.

5.5.3.8 Parceria Mundial para o Desenvolvimento

Cabo Verde é um país ainda carente de muitos recursos, mas devido ao seu empenho e boa gestão, muitos recursos têm se mostrado disponíveis ao país junto às Comunidades Internacionais.

O Banco Mundial conjuntamente com suas filiais assumem um papel ativo nas políticas de liberalização levadas à cabo pelo governo de Cabo Verde, havendo parcerias nos seguintes domínios:

- promoção da competitividade externa do país;
- modernização dos portos;
- reorganização dos sectores de transportes, construção, reabilitação e manutenção de estradas, incentivando a integração econômica nacional.

O BM ainda tem ação direta na reestruturação de empresas públicas, apóia a modernização de instituições públicas e acompanha a gestão das políticas econômicas. Efetiva, ainda, ações nos níveis da educação e formação profissional e na promoção e criação de empregos no setor privado.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) conjuntamente com o BM, PNUD e a Cooperação Portuguesa, participam em programas de luta contra a pobreza e promoção do emprego.

Cabo Verde ainda é um dos países constituintes do grupo África Caraíbas Pacífico (ACP) que se beneficia da cooperação com a União Europeia (UE). A Cooperação com a UE tem sido orientada no sentido de melhorar as infra-estruturas, os projetos de eletrificação, águas, saneamento e rodoviários.

As Nações Unidas também ajudam no auxílio ao processo de desenvolvimento de Cabo Verde através das suas agências especializadas, reforçando o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), a FAO (no desenvolvimento agrícola), a ONUDI (em nível industrial), a UNESCO (nas áreas da educação), UNICEF (no apoio à criança em condições difíceis), a PAM (com ajuda alimentar) e a FNUAP (visam reforçar a capacidade do Estado para desenvolver uma relação viável entre a população, os recursos e o desenvolvimento).

Outras entidades, igualmente importantes, prestam um considerável apoio financeiro ao desenvolvimento de Cabo Verde, tais como o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e o Banco Árabe de Desenvolvimento dos Estados Africanos (BADEA).

Para além destas instituições e organizações que apóiam o desenvolvimento de Cabo Verde, existem países que apostam fortemente na cooperação bilateral, tais como Portugal, Luxemburgo, Holanda, China, Japão, França, Alemanha e Brasil. Holanda, Alemanha e Portugal se apresentam como importantes parceiros financeiros, que auxiliam na concretização de diversos projetos. A Alemanha apóia projetos de ampliação e construção de infra-estruturas. Por sua vez, Luxemburgo se direciona aos serviços à população (saúde e educação). Já o Brasil, enfoca nos programas de formação de quadros (PEC-G) e a França apóia projetos em telecomunicações, energias.

Todas essas parcerias são importantes para o desenvolvimento de Cabo Verde, auxiliando-o principalmente nos campos onde apresenta maiores dificuldades.

CAPÍTULO 6 – POBREZA EM CABO VERDE

Este capítulo aborda o problema da pobreza em Cabo Verde, de modo que as medidas adotadas para a redução da mesma, se baseiam em determinados indicadores que apontam as linhas de pobreza e bem estar da população caboverdiana.

O *desenvolvimento* entendido como redução de pobreza, na década de 90, foi um importante passo para a análise do desenvolvimento. Assim, para os países em desenvolvimento se tornou crucial entender a pobreza como forte condicionante do desenvolvimento e se posicionar empreendendo medidas de contenção e de redução.

Observa-se que a partir de 1996, o país está mais consciente quanto à questão da redução da pobreza e sua importância para o desenvolvimento do país. Com este sentido foi elaborado o primeiro “Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza” (PNLP), com vigência até 2008, contando com o apoio de vários parceiros internacionais. Os seus princípios norteadores consistem:

- na redução da pobreza com características sustentáveis ao longo do tempo ;
- ter como base elevadas taxas de crescimento das atividades econômicas;
- na descentralização da execução deste programa, direcionando as “bolsas; de pobreza” para os diferentes municípios;
- por último, no desenvolvimento de uma abordagem participativa.

Dentro desses objetivos, tendo em conta que seja um processo duradouro, o país tenta focar em determinadas direções específicas, de extrema importância. Face ao processo de redução da pobreza, são várias essas direções, nomeadamente, a) eliminação dos fatores de marginalização, b) atuação integrando os pobres na economia usando meios como a formação profissional, c) adoção de uma política de expansão do micro crédito, d) implementação de infra-estruturas econômicas e sociais nas comunidades mais pobres, aumentando e melhorando o acesso dos pobres aos serviços básicos (água potável, saneamento básico, saúde e educação), e) mobilização do corpo institucional do país para a concepção e implementação de políticas de combate à pobreza, políticas de instrução, escolarização, micro crédito, planejamento familiar e inserção das mulheres na vida econômica e, finalmente, f) prestação de assistência aos excluídos do sistema.

Os demais Planos de Desenvolvimento Nacional implementados no país após este período vêm adotando como prioridade a redução da pobreza para seguir rumo ao desenvolvimento.

6.1 Perfil da pobreza em Cabo Verde

Nesta seção do capítulo, trata-se do perfil da pobreza e indigência em Cabo Verde, isto é, da proporção de pessoas pobres ou indigentes numa determinada população, grupo socioeconômico ou espaço. A pobreza é um fenômeno multidimensional, pelo que importa observá-la segundo diferentes ângulos. Neste ponto, tem-se em conta a análise da pobreza em função do gênero, da idade, do nível de instrução e da condição na atividade econômica.

Para estabelecer essa análise, o capítulo tem como alicerce, o referido anteriormente, o “Inquérito às Despesas e Receitas das Famílias” (IDRF) de 2002, onde se adotado dois critérios: os pobres e os muito pobres ou indigentes. Ainda definem-se duas linhas de pobreza: a linha da pobreza que corresponde a \$42.673 CVE *per capita* anual (aproximadamente 387 euros/ano) e a linha da extrema pobreza equivalendo a \$28.448 CVE *per capita* anual (aproximadamente 261 euros/ano).

Segundo o último estudo elaborado pelo IDRF, a incidência dos pobres e dos muito pobres na população total de Cabo Verde se encontra estratificada da seguinte forma:

Quadro 11: Incidência da Pobreza por Meio de Residência, 2002

Meio de Residência	População Pobre	População Muito Pobre
	%	%
Cabo Verde	37	20
Rural	51	30
Urbano	25	12

Fonte: IDRF (2002), elaboração própria.

No inquérito elaborado pelo INE se observa que 37% da população total de Cabo Verde são pobres, 20% está na classe dos muito pobres ou indigentes, as classes das áreas rurais são as que mais sofrem com a pobreza, representando 51% de pobre e 30% de muito pobres.

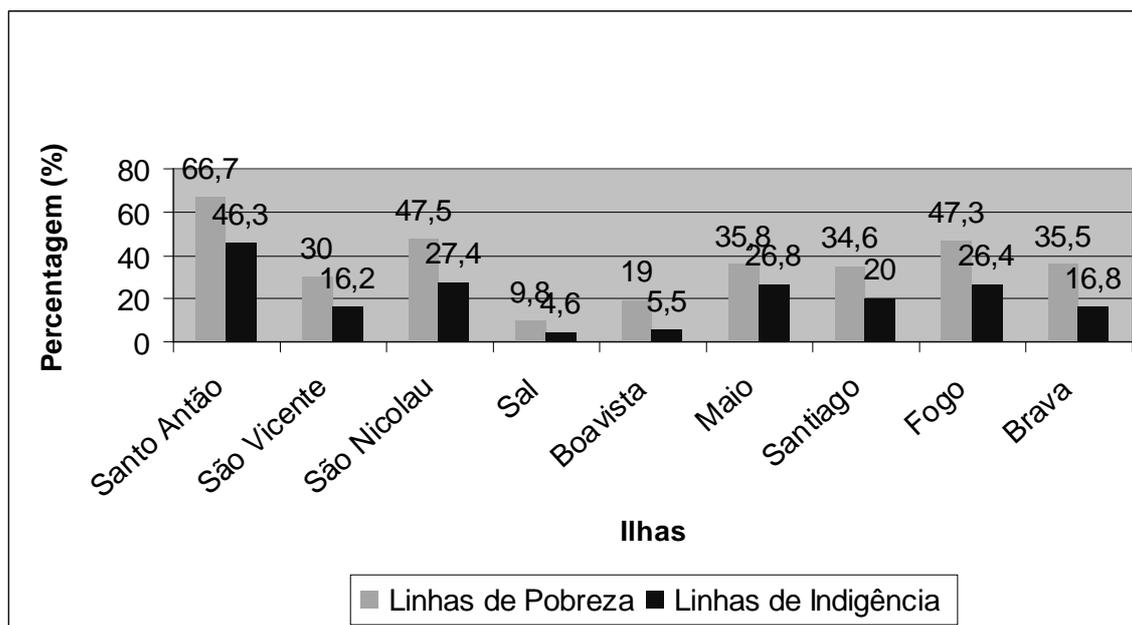
Considerando a tendência da pobreza absoluta, pois até então a pobreza tem sido medida em termos relativos, foi reestimada a incidência da pobreza em 1989, donde resultou

uma forte redução da incidência da pobreza absoluta, que passou de 49% em 1988-1989 a 37% em 2001-2002, ou seja, uma redução de 12 pontos percentuais num período de 13 anos, sensivelmente 0,92 ao ano. Não fosse o aumento das desigualdades, a pobreza absoluta teria sido reduzido em cerca de 14 pontos percentuais. Em termos de efetivo da população pobre, em vez de mais 8000 do que em 1989, Cabo Verde teria hoje apenas mais 1000 pobres, segundo o INE.

Nas áreas urbanas essa incidência da pobreza é menos representativa, 25% são pobres e apenas 12 pessoas num total de 100 pessoas são muito pobres.

A pobreza é, sobretudo, rural, onde vivem 30% dos muito pobres. Constatase que o êxodo rural ocorrido durante a década de noventa está na origem de alguma transferência da pobreza do meio rural para o meio urbano, principalmente quando o fluxo se diverge para outras ilhas, onde o meio urbano oferece mais condições de vida.

Figura 31: Porcentagens de Famílias abaixo das Linhas de Pobreza e Indigência por Ilhas, 2002



Fonte: IDFR (2002), elaboração própria.

A incidência do nível de pobreza difere de ilha para ilha. As ilhas como Santo Antão de carril agrícola, com grande parte da população residindo em áreas rurais, apresenta 66% da população como sendo pobre e aproximadamente 46% dos residentes muito pobres, sendo as maiores porcentagens do país, como pode ser observado na Figura 28.

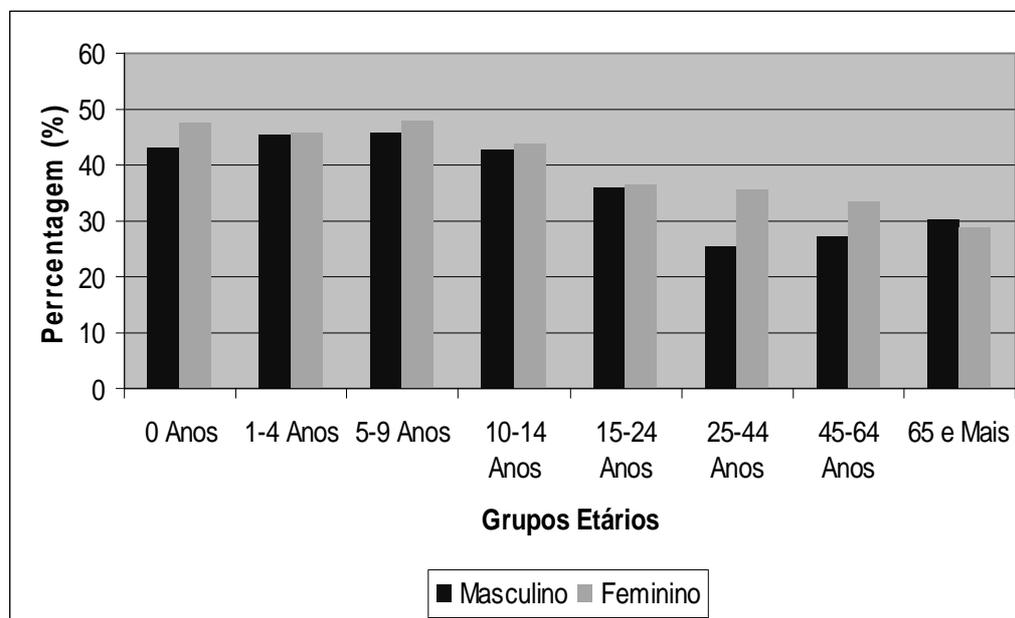
A ilha de Santiago é a maior e mais populosa ilha de Cabo Verde, com mais de 50% da população total residente e possui um nível de pobreza ligeiramente inferior à média

nacional, em cerca de 2 pontos percentuais. No entanto, a sua expressão populacional faz com que praticamente metade dos pobres e 48,6% dos indigentes do país residam nessa ilha.

Fogo é a quarta ilha em termos populacionais, tendo a maioria das pessoas vivendo no meio rural. Assim, nesta ilha, a incidência da pobreza nas famílias é de 39,2% no meio rural e 16,3% no meio urbano (o que representa uma elevação de 46,6% do meio urbano em relação ao rural).

Na ilha de São Vicente a pobreza está intimamente relacionada à mobilidade física das pessoas, ao enorme fluxo migratório em direção à mesma.

Figura 32: Indicência da Pobreza segundo Sexo e respectivos Grupos Etários (%)



Fonte: IDRF (2002), elaboração própria.

A população pobre é muito jovem, como se conclui do fato de cerca de 49% dos pobres terem menos de 15 anos. O mesmo acontece com a grande pobreza, com 51% dos muitos pobres com idade inferior a 15 anos, os quais normalmente são provenientes de famílias rurais que têm um número de filhos superior à média, o que faz baixar o rendimento *per capita* dos membros do agregado familiar.

A população feminina em todas as faixas etárias, exceto a faixa compreendida de 65 anos e mais, é representante da maioria dos pobres em relação aos de sexo masculino, embora na faixa entre 1 e 4 anos não haja disparidades de gênero. Esse fenômeno pode ser explicado pelo aumento cada vez mais de mulheres como chefes dos agregados familiares, muitas das

quais ainda sofrem com o desemprego causado, em parte, pela falta de um bom nível de instrução, donde seus lares e famílias serem os que mais sofrem com a incidência da pobreza.

Embora Cabo Verde tenha demonstrado um esforço em reduzir a pobreza - e com resultados positivos -, compreende-se que ainda há questões que precisam de maior atenção e que são básicas, tal como dar maior atenção ao sexo feminino desde sua educação até oportunidades de empregos (já que esse pode ser um forte alicerce para a redução da pobreza visto que as mulheres são as maiores vítimas desse flagelo social). Só assim haverá uma qualidade de crescimento que abranja todas as classes da população igualmente.

Em relação aos agregados familiares segundo o gênero do chefe de família, o Quadro 12 deixa claro que a incidência da pobreza é maior nos agregados familiares chefiados por mulheres: 32 entre 100 famílias chefiadas por mulheres são pobres, contra 26% das famílias pobres chefiadas por homens.

Quadro 12: Incidência da Pobreza por Gênero de Chefe de Família, 2002 (%)

Gênero do Chefe de Família	Total de Pobres	Muito Pobres	Não Pobres
Masculino	26	14	74
Feminino	32	16	68
Total	29	15	71

Fonte: IDRF (2002), elaboração própria.

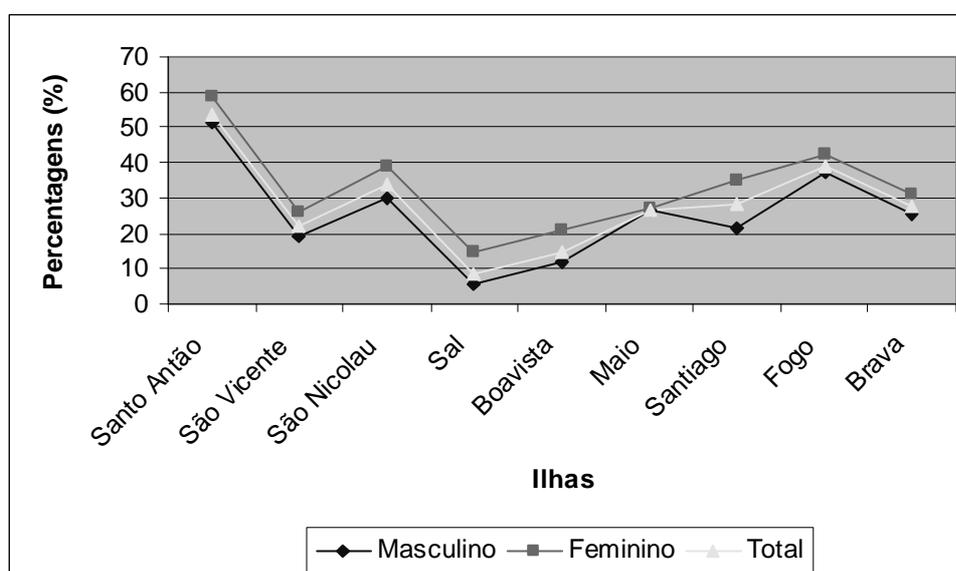
Essa incidência da pobreza nos domicílios chefiados por mulheres deve-se, como visto anteriormente, ao fato de sua dificuldade de inserção no mercado de trabalho, à sua fraca instrução e escolaridade (fruto da cultura machista, cultivada principalmente no período de independência, quando as mulheres eram excluídas dos processos de alfabetização e se dedicavam somente ao trabalho doméstico). Na atualidade isso ainda é observado, principalmente nas populações rurais.

Quadro 13: Famílias Pobres segundo o Gênero do Chefe de Família, por Ilhas, 2002 (%)

Ilhas	Masculino	Feminino	Total
Santo Antão	51,6	58,9	53,9
São Vicente	19,4	26,0	22,1
São Nicolau	30,2	39,2	34,1
Sal	5,9	14,7	8,5
Boavista	11,7	21,1	14,4
Maio	26,4	27,1	26,8
Santiago	21,6	35,2	28,2
Fogo	37,1	42,2	39,2
Brava	25,2	31,1	27,7
CABO VERDE	26,0	35,4	30,1

Fonte: IDRF (2002), elaboração própria.

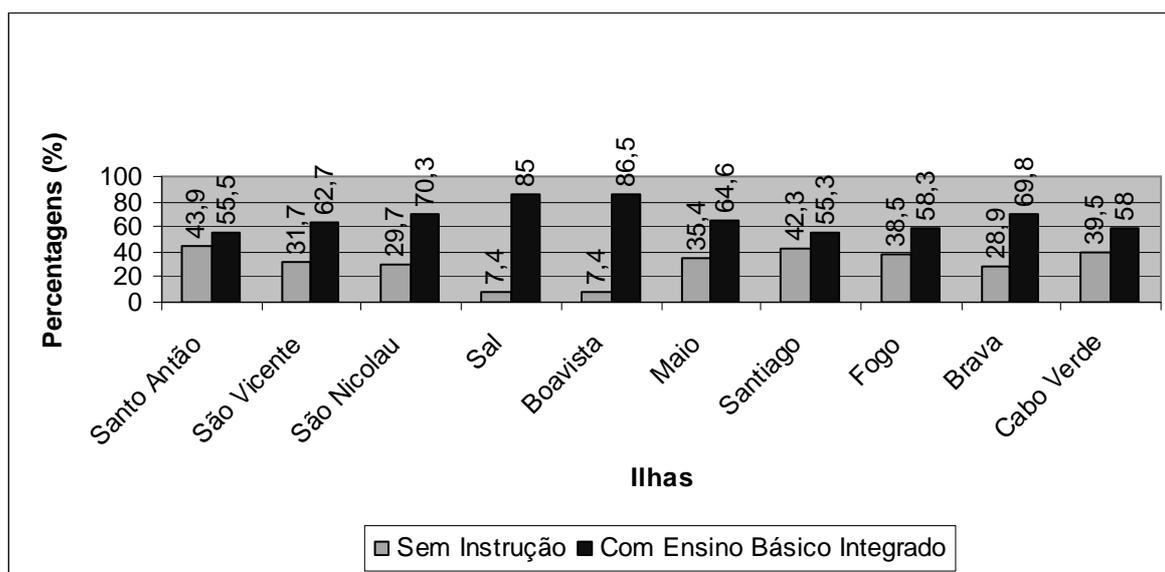
Pela leitura do quadro, as famílias chefiadas por mulheres são majotritárias em todas as ilhas, em relação às chefiadas por homens. Essas famílias chefiadas por mulheres, como mostra o gráfico abaixo, são as que mais convivem com o problema da pobreza (em relação às famílias chefiadas por homens), e apresentam uma média superior à nacional: são 35,5% contra 30,1% da média das famílias pobres de Cabo Verde.

Figura 33: Famílias Pobres segundo Gênero do Chefe de Família e por Ilhas, 2002 (%)

Fonte: IDRF (2002), elaboração própria.

Em relação à educação das famílias pobres em Cabo Verde constata-se que a maioria possui o ensino básico integrado: sabem ler, escrever, freqüentaram o ensino básico, contudo não se podem desprezar as porcentagens dos pobres sem instrução (ver Figura 34).

Figura 34: Percentagem de Famílias Pobres segundo o Nível de Instrução e por Ilhas, 2002 (%)



Fonte: IDRF (2002), elaboração própria

Mais uma vez, o meio de residência tem influência tanto na pobreza como no nível de instrução das famílias, ou seja, em Santo Antão, onde a maioria da população vive no meio rural, a percentagem de pobres sem instrução é a maior entre as ilhas, inclusive maior do que média nacional, 43,9%, seguidas das ilhas de Santiago, Fogo e Maio.

Santiago é a maior ilha em termos territoriais e detêm mais de 50% da população residente do país. As famílias pobres sem instrução são 42,3%, o que em nível nacional representa um número significativo e preocupante - o mesmo se aplica às ilhas do Fogo e do Maio. Suas famílias, na maioria residentes no meio rural, vivendo da agricultura, nunca freqüentaram a escola, este pública é alvo das campanhas de alfabetização desencadeadas no país, tentando levar cada vez mais perto dessas populações afastadas das áreas urbanas condições necessárias para aprenderem a ler e escrever.

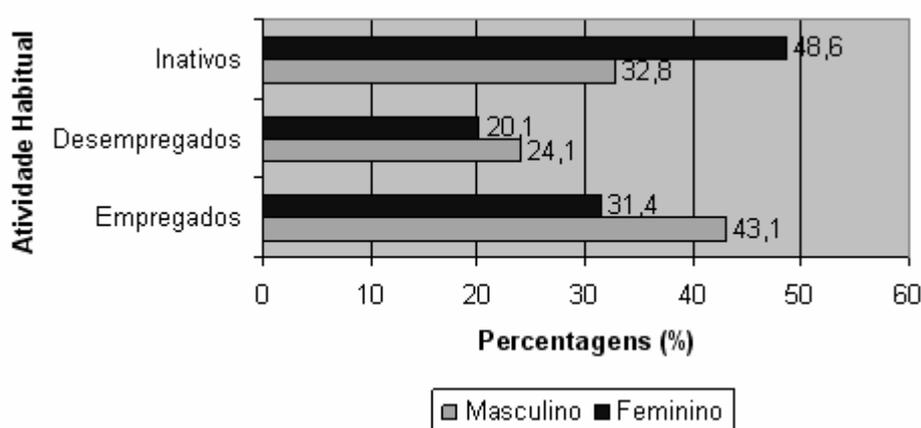
A ilha da Boavista é a que mais possui famílias pobres instruídas: 86,5% dessas famílias são instruídas, sendo seguida da ilha do Sal e depois da Brava.

A repartição da população pobre segundo a atividade habitual é tratada na Figura 32, onde se observa que a população masculina apresenta os melhores resultados em relação ao

emprego, 43,1% dos mesmos se encontram empregados contra somente 31,4% do número de mulheres empregadas.

Em relação às percentagens dos desempregados entre os pobres, já não se observa tanta discrepância entre os sexos, havendo uma diferença de 3 pontos percentuais, ou seja, a taxa de desemprego abrange tanto os homens quanto as mulheres de forma equilibrada.

Figura 35: Repartição Percentual da População Pobre segundo a Atividade Habitual, 2002 (%)



Fonte: IDRF (2002), elaboração própria.

Os inativos entre os pobres são na sua maioria mulheres, 48,6% contra 32,8% de homens inativos, sendo isso resultado de um grande número de mulheres caboverdianas que se dedicam essencialmente ao trabalho doméstico, significando, nesse caso, que são famílias normalmente chefiadas por homens.

Em suma, é essencial destacar que a população pobre de Cabo Verde, apesar de enfrentar o desemprego, mas muitos se encontram empregados, contribuindo principalmente para a redução da pobreza no país, a redução do desemprego e o aumento das oportunidades para a população é considerado o elemento chave para se caminhar para um processo continua de redução da pobreza.

6.2 Condições de Vida dos Pobres em Cabo Verde

Para analisar as condições de vida dos pobres caboverdianos, recorre-se a um determinado conjunto de bens, por assim dizer, que o auxiliam na obtenção de um melhor bem estar e melhores condições de vida, quais sejam, o acesso à água potável, eletricidade, a

um banheiro e ao saneamento básico e, finalmente, à bens como televisão, rádio, geladeira e telefone.

O Quadro que se segue traz a leitura das condições de vida dos pobres e também dos muito pobres de Cabo Verde.

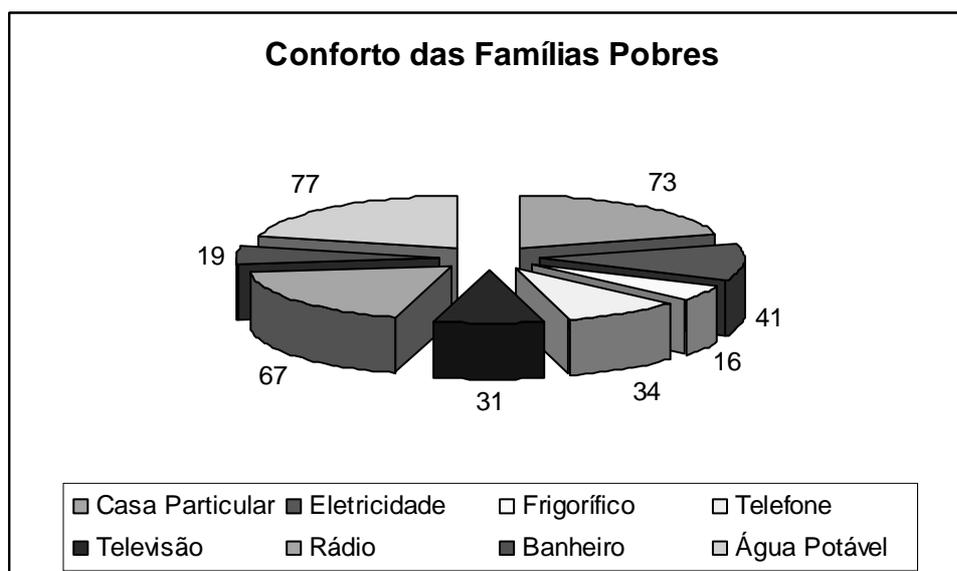
Quadro 14: Condições de Vida das Famílias, 2002, (%)

Conforto	Total	Pobres	Muito Pobres
Casa Particular	68	73	73
Eletricidade	59	41	23
Frigorífico	41	16	6
Telefone	52	34	19
Televisão	49	31	14
Rádio	75	67	57
Banheiro	45	19	6
Água Potável	83	77	73

Fonte: IDRF (2002), elaboração própria.

As famílias caboverdianas são beneficiadas pela preocupação que o governo tem em disponibilizar serviços de forma eqüitativa à todas as classes sociais. Assim, da população total, 83% tem acesso à água potável e 59% à eletricidade. Mesmo na classe dos muito pobres, 73% tem acesso à água potável, uma diferença de 10 % se considerarmos a média do país.

Figura 36: Conforto das Famílias Pobres 2005, (%)



Fonte: IDRF (2002), elaboração própria.

Verifica-se que, na abrangência da grande maioria das famílias pobres e muito pobres, 73% possuem uma casa particular, uma porcentagem acima da média nacional.

O acesso à rede elétrica entre os pobres é de 41%, sendo que a média do país é de 59%. Isso mostra que cada vez mais os pobres estão tendo acesso a esse serviço, principalmente por causa das políticas de inclusão social em Cabo Verde. Da mesma forma o acesso à água tratada e potável é de 77% entre os pobres, uma diferença de 6 pontos em relação à média do país. Essas, são contribuições que significativamente atenuam as difíceis condições de vidas dessas pessoas pobres.

Dos pobres, 31% possuem televisão, 67% rádio, 34% telefone e 16% possuem geleadeira, confortos que podem ser explicados, em parte, pelas transferências que os emigrantes efetuam para suas famílias.

Conseguir assegurar à população pobre acesso a esses serviços de forma equitativa, e a se beneficiar do crescimento do país, é o papel assumido pelo governo.

Os pobres de Cabo Verde satisfatoriamente tem acesso aos serviços e bens que trazem melhorias nas suas vidas. Por ser um país africano, embora sofra com as consequências do fraco e lento desenvolvimento do continente, mostra-se, contudo, cada vez mais otimista, crente e incentivador das políticas de redução da pobreza, as quais têm se mostrado favoráveis ao crescimento qualitativo do país.

6.3 O Papel das Políticas de Redução da Pobreza em Cabo Verde

Cabo Verde vem traçando metas internas - além das metas do milênio traçadas pelo Banco Mundial - para que o país possa caminhar rumo ao desenvolvimento. Assim, uma de suas metas principais é reduzir da pobreza, principalmente a pobreza absoluta, e o fornecimento de seguridade aos pobres (à satisfação das suas necessidades essenciais).

Considerar suas especificidades e enfrentar as restrições que emperram seu crescimento e desenvolvimento leva o país a desenvolver um pacote de estratégias e políticas que se encaixam ao seu perfil. Isso é um importante pressuposto para solidificar o pilar do crescimento e desenvolvimento sustentado e qualitativo.

Em 2000, a comunidade internacional diagnosticou os “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio” (e, particularmente aqueles referentes à redução da pobreza são a base fundamental de toda a política de desenvolvimento) e avaliou o “Programa para a Redução da Pobreza e para o Crescimento do FMI, que requer de cada governo a elaboração de estratégias formais de redução da pobreza” (FALL, 2006, p.6).

Entende-se que o papel das instituições de governança traz em seu bojo as condições necessárias para que se possa estabelecer e cumprir as metas para se reduzir a pobreza conjuntamente com o crescimento do país. Assim, as autoridades governamentais com o auxílio do Banco Mundial, elaboraram a “Estratégia de Crescimento e Redução da pobreza”, centrada num conjunto de políticas focais e eixos estratégicos.

As políticas que assumem um caráter prioritário na promoção do crescimento econômico e na luta contra a redução da pobreza. Essas políticas enquadram os cinco eixos de intervenção estratégica e programática que constituem, por sua vez, as modalidades concretas de intervenção pública e que encontram expressão nas políticas setoriais focalizadas no combate à pobreza.

A estratégia de redução da pobreza em Cabo Verde integra a noção de equidade, na medida em que melhorando a situação dos pobres e defendendo uma distribuição de recursos mais igualitária, tal estratégia tem um efeito positivo sobre o crescimento econômico e num segundo momento, sobre a incidência e a natureza da pobreza.

CAPÍTULO 7 – CONCLUSÃO E SUGESTÕES

A análise do desenvolvimento econômico de Cabo Verde entre o período de 1980 e 2005, que foi objetivo geral deste trabalho, foi alcançada devido ao uso e avaliação de indicadores que facilitaram diagnosticar se houve ou não a qualidade do crescimento. Contudo a falta de determinados dados para 1980 condicionou a análise, na medida em que dificultou traçar e analisar tendências.

Conclui-se que de forma geral Cabo Verde tem conseguido atribuir aspectos qualitativos ao crescimento, embora em algumas áreas essa qualidade de crescimento, tão almejada, não tenha se realizado como nas demais.

Segundo os princípios da “Teoria da Qualidade de Crescimento”, de Vinod Thomas, os benefícios se deram de forma assimétrica e desigual quanto à intensidade. O capital físico, humano e natural, conjuntamente proporcionam a qualidade de crescimento.

Em Cabo Verde, o panorama geral do capital humano e social é satisfatório. Referindo-se às aptidões e habilidades, o agente estimulador é a educação para todos. Neste contexto, a alfabetização alcançou 95% da população jovem, os quais constituem a maioria da população do país. A emigração é um importante condicionador deste capital, visto que pouco mais da população caboverdiana, aproximadamente 500.000, reside no exterior. O desemprego jovem é de caráter friccional, mas no todo é apontado como um problema estrutural, causado pelas mudanças na demanda dos consumidores, fazendo surgir novas indústrias, por isso a temporalidade do desemprego não é muito duradoura.

Quanto ao capital físico (que ajuda a aumentar os demais capitais), o qual contribui para a produção, constatou-se que ainda é fraco e muito vulnerável ao setor externo. Entretanto, observando a tendência do crescimento do PIB, seu desempenho mostrou-se satisfatório, o que pode ser atribuído a alguns ativos estratégicos priorizados pelo governo, conferindo ótimos níveis de desempenho e crescimento de setores (tais como os serviços e o comércio), importantes alvos de investimento direto externo. O crescimento do PIB foi fortemente condicionada pela deficiência na estrutura produtiva do país, contudo sua evolução foi proporcionada principalmente pelo setor terciário e principalmente pela informalidade, mercado em desenvolvimento em Cabo Verde.

O capital natural ou ambiental é afetado principalmente pelo clima. Nesse sentido, devido à escassez de recursos naturais pouco se contribuiu para o crescimento econômico do

país, apesar de sua preservação e sustentabilidade representarem um meio para atingir o desenvolvimento.

Os aspectos distributivos quanto ao crescimento econômico de Cabo Verde se deram de forma assimétrica. A distribuição de oportunidades ainda é ditada também por questões referentes à cultura. Mas vale enfatizar que quanto maior as desigualdades regionais maior é a democracia.

Os homens são os que menos sofrem com o fenômeno do desemprego e, conseqüentemente, com a pobreza, aspecto que está diretamente relacionado à educação, mas esse contexto se encontra num período de mudanças, explicadas principalmente pela relação entre as taxas de atividades entre os sexos, uma diferença de 3,7% na relação entre os homens e as mulheres. Isto afeta diretamente na redução da pobreza no país.

A estrutura do Governo do país ou o bom Governo, através da análise elaborada neste trabalho, mostra a importante campanha de transparência, que conseqüentemente combate a corrupção e a importância que o governo dá em investir no povo quer pelas melhorias na educação, nos campos da saúde, quer no estímulo às atividades (através do aumento da concessão de crédito), no âmbito de diminuir as taxas de desemprego, como foi observado para o período de 2006.

As parcerias e o aumento da importância do auxílio de instituições internacionais, tomadas a cabo pelo Governo de Cabo Verde, foram importantes para determinar e combater os agentes estranguladores do desenvolvimento cabo-verdiano, auxiliando projetos, financeiramente ou com ajuda técnica e humanitária.

A descentralização do Governo ajudou, e muito, a garantir a participação da sociedade nas decisões políticas.

Não obstante, a pobreza se apresenta ainda como o maior entrave ao desenvolvimento do país. Está diretamente relacionada às taxas de desemprego, ao meio de residência - no caso ao rural - e ao nível de instrução, pois a pobreza afeta as pessoas com baixo nível de instrução ou nenhuma, assim como o gênero feminino, visto que as maiores vítimas são, por diversas razões constatadas, as mulheres.

A tradição migratória do país, principalmente o êxodo rural, embora um fenômeno recente, apresenta-se como um grande estimulador da pobreza, pois ocasiona o aumento das aglomerações nos principais centros urbanos, ocupando-se áreas sem a devida estrutura, saneamento ou projeto de urbanização adequado.

A condição de vida dos pobres em Cabo Verde, conforme o nível de conforto é diferenciada em relação aos demais países no que se refere a essa categoria. Isso é explicado

pelas remessas dos emigrantes às suas famílias, estão mais propensos à auferir bens como casa própria, televisão, entre outros. Outros confortos que contribuem para melhorar a condição das famílias pobres são aqueles garantidos pelo Governo, tais como eletricidade e água potável, que proporcionam à população pobre melhores condições de vida. Os projetos como o PNLP e a ENSA contribuíram para a luta contra a pobreza.

A vulnerabilidade do país em relação ao setor externo condiciona o seu desenvolvimento e assim a qualidade do mesmo. Há necessidade de criarem instrumentos que protejam o país dos choques externos, para garantir sua independência.

A economia cabo-verdiana, em termos sociais conferiu qualidade de forma desigual. Contudo ainda há muito a ser feito, e acredita-se na redução da pobreza rumo ao desenvolvimento qualitativo e sustentável.

REFERÊNCIAS

BANCO DE CABO VERDE (BCV). **Boletim de estatísticas 1990-2000**. Disponível em < <http://www.bcv.cv> >. Acesso 27 setembro 2007.

BANCO DE CABO VERDE (BCV). **Indicadores econômicos**. Disponível em < <http://www.bcv.cv> > Acesso 9 janeiro 2008.

BANCO MUNDIAL. **Desenvolvimento e Redução da Pobreza: Reflexão e Perspectiva**. Banco Mundial, 2004.

BANCO MUNDIAL (BM). **Dados objetivos do milênio**. Disponível em <<http://www.worldbank.org>>. Acesso 7 novembro 2007.

BARQUERO, Antônio V. Desenvolvimento Endógeno em Tempos de Globalização. Tradução de Ricardo Brinco. **FEE**, Porto Alegre, , p. 37-55, 2001.

BIANCHI, Ana Maria *et al.* **Técnicas de Pesquisa em Economia: transformando curiosidade em conhecimento**. Organizador Dulio de Avila Berni. São Paulo: Saraiva, 2002.

GOVERNO DE CABO VERDE. **Constituição da Republica de Cabo Verde**. Governo de Cabo Verde. Disponível em < <http://www.presidenciarepublica.cv> >. Acesso 20 outubro 2007.

GOVERNO DE CABO VERDE. **Informações sobre parcerias com Cabo Verde**. Governo de Cabo Verde. Disponível em < <http://www.governo.cv> >. Acesso 5 dezembro 2007.

DOMINGOS, Danuza. **Paralelo de Desenvolvimento Microrregional: Microrregiões de Blumenau, de Itajaí e de Joaçaba**. 2007. 101f. (Monografia) – Curso de Graduação em Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

DUARTE, António. **Pobreza em Cabo Verde**. 2005. (Dissertação) - Mestrado do Curso de Economia, Universidade Fluminense, Rio de Janeiro, 2005.

ESTATÍSTICAS ECONOMICAS CABO VERDE. **Negócios, cooperação e solidariedade entre Portugal e Cabo Verde**. Disponível em < <http://www.portugalcaboverde.com> > Acesso em 18 outubro 2007.

FALL, Babakar. **A modelação da redução da pobreza**. 2006. Disponível em < <http://www.hipc.cbpc.org> > Acesso em 23 novembro 2007.

FONSECA, Eduardo Giannetti da. O que é o desenvolvimento econômico. **Folha de São Paulo**, Economia Ilustrada, São Paulo. 2 jan. 1994.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). **Indicadores econômicos de Cabo Verde**. Disponível em <<http://www.ifm.org>>. Acesso 24 agosto 2007.

UNIVERSIDADE DE CABO VERDE (UNICV). **Informações sobre o ensino em Cabo Verde**. Disponível em < <http://www.unicv.cv> >. Acesso 10 fevereiro 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Inquérito as despesas e receitas familiares**. Cabo Verde. Disponível em < <http://www.ine.cv> >. Acesso 10 agosto 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS. **Estratégia Nacional de Segurança Alimentar**. Disponível em < <http://www.ine.cv> >. Acesso 23 janeiro 2008.

MALUF, Luiza Augusto F. F.; MATTEI, Lauro; LINS, Hoyêdo Nunes. Contribuição aos estudos sobre desenvolvimento socioeconômico em Santa Catarina: comportamento do IDS entre 1991 e 2000. *In: Textos de Economia*, Florianópolis, v. 9, n. 1, p.91-117, 03 abril 2006. Jan/ Jun.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E ENSINO SUPERIOR. **Estatística sobre educação**. Cabo Verde. Disponível em <<http://www.minedu.cv>>. Acesso 2 fevereiro 2008.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Relatório estatístico de saúde**. Cabo Verde. Disponível em < <http://www.minsaude.gov.cv> >. Acesso 8 agosto 2007.

MINISTÉRIO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL. **Inquérito ao emprego**. Cabo Verde. Disponível em <<http://www.iefp.cv>>. Acesso em 8 agosto 2007.

MONTIBELLER FILHO, Gilberto. **Ecodesenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável: Conceitos e Princípios**. *In: Textos de economia*, 4(1) p.131-142,1993.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Relatório do desenvolvimento humano**. Disponível em < <http://www.unpd.org> >. Acesso 12 setembro 2007.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 2002.

THOMAS, Vinod. *et al.* **A Qualidade do Crescimento**. Ed. UNESP, 2000.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico**. 2ª ed. São Paulo: Atlas,1995.

THWEAT, William O. **Teoria do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

TOLEDO, Geraldo et al. **Estatística Aplicada**. 2 ed. São Paulo, Atlas, 1995.

KINDLEBERGER, Charles. **Desenvolvimento Econômico**. Tradução de Sónia Schwartz. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1976.